

REVISTA PRÓ-MEMÓRIA



Sumaré, Meu Patrimônio.

CRÉDITOS

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ - 2013/2014

Presidente:- FRANCISCO ANTÔNIO DE TOLEDO

Vice-Presidente:- ULISSES PEDRONI

1º Secretário:- GUTEMBERG PORTELLA

2º Secretário:- JOSÉ ANTÔNIO RODRIGUES

1º Tesoureiro:- LAÉRCIO APARECIDO FREGATTI

2º Tesoureiro:- FÁBIO ARAÚJO PIRES

Diretor de Patrimônio:- ALAERTE MENUZZO

Vice-Diretor de Patrimônio:- WELLINGTON C. OLIVEIRA

Diretor Social:- ROBERTO CORDENONSI

Vice-Diretor Social:- ANETE MARIA AZEVEDO

CONSELHO FISCAL

DIONISIO KALVON

EDUARDO GIGO

OSMAR MIRANDA JUNIOR

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Gabriela Biondo

REVISÃO

AlaerteMenuzzo

Francisco Antônio de Toledo

Fernanda Gabriela Biondo

José Antonio Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

Adrielle Aline Alloi dos Santos

Sonia Maria de Oliveira Fregatti

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Odair Silva Santos

IMAGENS

Acervo Associação Pró-Memória de Sumaré

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fabio Guerra

COLABORADORES

ACIAS – Assoc. Comercial, Indl. e Agrop. de Sumaré

Alfred Spahrn Jr.

Emilli Nardin

Lions Clube de Sumaré

Wesley Silva de Oliveira

PATROCINADORES

Câmara Municipal de Sumaré

Textil Assef Maluf Ltda.

Veccon Empreendimentos e Serviços Imobiliários Ltda.

IC Transportes Ltda.

Eldorado Empreendimentos Imobiliários S.C.Ltda.

REVISTA PRÓ-MEMÓRIA

Sumaré, Meu Patrimônio.

2014



**ASSOCIAÇÃO
PRÓ-MEMÓRIA
SUMARÉ**

Praça da República 102 – Centro - Sumaré/SP

E-mail: promemoriasumare@gmail.com

Fones: 19 3803-3016 e 19 3883-8829

APRESENTAÇÃO

FERNANDA GABRIELA BIONDO

Proteger e preservar o patrimônio cultural sumareense é missão da Associação Pró-Memória de Sumaré. Fundada em 2004, tem lutado desde então para manter nas páginas da história, nas ruas da cidade e no cotidiano das futuras gerações, a memória e o percurso que trouxe nossa cidade e seus moradores até este exato momento.

A Associação Pró-Memória acredita que o caminho da sensibilização e educação da população sumareense, respeitando suas diversas realidades e peculiaridades culturais, seja o melhor instrumento para a salvaguarda do nosso patrimônio. Sumaré tem mais de um século de histórias, de vidas que migraram e migraram construindo, pouco a pouco, o populoso município em que habitamos. Cada esquina, rua, livro, poesia, música, lei, artigo de jornal, contam um pouco dessa trajetória e guardam as diversas memórias e histórias repletas de personagens e atores que, juntos construíram a cidade. Desta forma, no intuito de preservar, registrar e divulgar as memórias de Sumaré, a Associação Pró-Memória publica a **REVISTA PRÓ-MEMÓRIA**, como um canal de comunicação, diálogo, informação e devolução das pesquisas realizadas em seu riquíssimo acervo para a sociedade.

A **REVISTA PRÓ-MEMÓRIA** foi pensada no contexto de comemoração do centenário do prédio da Antiga Prefeitura, patrimônio tombado de Sumaré e, atualmente Centro de Memória “Thomaz Didona” e sede da Associação Pró-Memória. Esse evento comemorativo fomentou diversas discussões no âmbito da Pró-Memória, sendo observada uma real necessidade de diálogo entre toda a população sumareense, sobre a situação atual do nosso patrimônio cultural, memória e história. Isso posto, a entidade promoveu, no dia 25 de outubro de 2013, o **I Fórum de Patrimônio e Memória de Sumaré**, reunindo dentre todos os interessados ao tema, professores, diretores e

“A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio”.

Aloísio Magalhães, diretor do IPHAN

administradores de escolas municipais, estaduais e particulares da cidade. O objetivo central do fórum era fomentar uma discussão inicial sobre os conceitos, valores e instrumentos de proteção do patrimônio cultural e da memória. Como produto desse evento, o lançamento da **REVISTA PRÓ-MEMÓRIA**, emerge como uma forma democrática, dialógica e horizontal de devolver para a população sumareense o conteúdo desta discussão.

Portanto, sob o tema **“SUMARÉ, MEU PATRIMÔNIO”**, a primeira edição da **REVISTA PRÓ-MEMÓRIA** reúne uma seleção de artigos de profissionais que atuam no campo do patrimônio cultural, em áreas interdisciplinares, no intuito de estimular a reflexão e o debate acerca da história, da memória e do patrimônio do município de Sumaré. Primeiramente, pelas palavras de seus mentores e fundadores, Alaerte Menuzzo e Francisco Antonio de Toledo, levaremos os leitores a conhecer a estrutura, acervo e publicações da Associação Pró-Memória, seguido de um detalhista levantamento bibliográfico de obras sobre a história da cidade de Sumaré. Posteriormente, o leitor poderá se deparar com diversos artigos elaborados por autores que pesquisaram e estudaram a história e as peculiaridades de Sumaré; outros que exploram estudos de casos específicos de ações para preservação do patrimônio cultural, em Sumaré, Campinas, Limeira, Jundiaí e, até mesmo, em Olinda, cidade considerada Patrimônio da Humanidade pela Unesco; e por fim, artigos que abordam estudos teóricos sobre os conceitos e métodos de trabalho no campo do patrimônio. Esta seleção de textos foi pensada no sentido de estimular a reflexão da população de Sumaré, e sensibilizar seus moradores da responsabilidade que cada um de nós temos sobre nossa história, nossa memória e nosso patrimônio cultural.

“O que lembro tenho”.

Guimarães Rosa

SUMÁRIO

- 2** Créditos
- 6** **Alaerte Menuzzo** | O ACERVO DA PRÓ-MEMÓRIA
- 8** **Francisco Antônio de Toledo** | O QUE SE DEVE LER PARA CONHECER SUMARÉ
- 11** **Miriam Cecília Lara Netto** | PRODUZINDO O PASSADO
O PRÉDIO DA ANTIGA SUB PREFEITURA DE SUMARÉ-SP
- 13** **Ema Regina Bianchi Aguiar** | HISTÓRIA DA MÚSICA EM SUMARÉ
- 16** **Roberto Cordenonsi** | CONDEPHAEA: CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,
ARTÍSTICO, ETNOLÓGICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ
- 18** **Ulisses Pedroni** | PROCESSO DE TOMBAMENTO DO COMPLEXO SERTÃOZINHO
- 21** **Sérgio Azevedo** | O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE NOVA VENEZA
- 24** **Cinthia Ongaro Monteiro de Barros**
O COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SUMARÉ: REFLEXÕES SOBRE SEU VALOR CULTURAL NA INDÚSTRIA PATRIMONIAL AS POSSIBILIDADES DE USO PARA O RESGATE DESTES “VAZIOS URBANOS”
- 27** **Wellington Correia de Oliveira** | A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL HOJE
- 29** **Fernanda Biondo** | PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SUMARÉ
- 33** **Ana Cláudia Orrú** | EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS
- 35** **Ana Cláudia Cermaria Soares da Silva**
MEMÓRIA E RESGATE: PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE E ASSUNÇÃO, LIMEIRA-SP
- 39** **Márcia Hazin** | A MENINA QUE DESENHAVA. Estratégias para a Sala de Aula.
- 41** **Laura Alecrim** | O ENSINO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL: O CURSO OBRA-ESCOLA NA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DOS MILITARES
- 48** **João Paulo Berto** | A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A POSTURA CRÍTICA COMO METODOLOGIA DE ATUAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO
- 51** **Aline Ribeiro** | JUNDIAÍ E OS REMANESCENTES DA SÃO PAULO RAILWAY
- 53** **Gabrielle Dal Molin** | DIVERSIDADE CULTURAL: O PODER DAS INVENÇÕES
- 55** **Jessica Venceslau** | FOTOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA
- 57** **Regina Márcia Moura Tavares** | CULTURA E PATRIMÔNIO NA DIREÇÃO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO
- 59** **Sócios Contribuintes**
- 60** **Autores**

O ACERVO DA PRÓ-MEMÓRIA

ALAERTE MENUZZO

Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos; sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.

Guardar documentos históricos. Esse foi um “hobby” que sempre tive. Com certeza a formação de professor fortaleceu esse hábito. Quando algum aluno tinha necessidade de fazer algum trabalho histórico sobre Sumaré, minha casa virava biblioteca.

Lá no começo da década de 1990 o companheiro de Faculdade e amigo de décadas, Chico Toledo, me procurou pedindo a doação desses documentos para compor o acervo do Centro de Memória de Sumaré que tinha sido criado. Com relutância, cedi todo o material, na condição de ser “empréstimo”, não doação. Um sexto sentido me dizia para não doar esse material para o Poder Público. O político, na generalidade, é insensível à valorização da História, mesmo sendo da cidade que nasceu ou administra. O resultado desse empréstimo foi sua devolução alguns meses depois, após a exoneração do Chico da Prefeitura, classificada como “corte de despesas”.

De novo com o material em casa, passei a discutir com amigos professores e historiadores de Sumaré o que fazer com esse material, bem como desenvolver ações visando a preservação de material histórico disperso pela cidade, que estava se perdendo. Essa preocupação deu origem à Associação Pró-Memória de Sumaré, no ano de 2004.

A principal preocupação na as-

sembléia que criou a entidade foi a de não ter nenhuma vinculação com o poder público. Seria uma entidade particular, dirigida por diretores eleitos em assembléia de sócios. Quase dez anos depois, devo confessar que acertamos. Nas mãos da iniciativa privada, o trabalho ganha respeito, tem respaldo da população. Isso porque nem todos governantes são iguais: alguns valorizam a história; outros a ignoram completamente. Mal sabem eles que é essa mesma História que dará para seus familiares, ou mesmo para a posteridade, o seu verdadeiro retrato de homem público – com qualidades e defeitos. Pesou nessa decisão a opinião do empresário Paulo Levi, de Limeira, um dos donos da ENGEPE. Com o seu Pró-Memória ele nos incentivou a criar uma entidade similar em nossa cidade, sem vinculações com o Poder Público.

De 2004 para cá começou uma batalha que está longe de terminar. Iniciamos o trabalho de catalogação do material, doado inicialmente por nós, fundadores. Depois fomos à cata de documentos sujeitos ao lixo, sob a guarda da Prefeitura Municipal. Na Secretaria Municipal de Cultura encontramos um material valiosíssimo – livros, documentos e fotos – literalmente jogados às traças. Encontramos o Livro de Enterramentos do Cemitério Municipal ao relento, cheio de cupins – as 20 primeiras páginas foram perdidas para sempre. Chico lembra que existiam dois livros – um desapareceu. Não tenho escrúpulos em dizer que surrupiamos literalmente daquele local muitas fotos e documentos, levando-os para as sedes provisórias da Pró-Memória.

Depois disso o arquivo foi se enriquecendo, através de doações particulares e de entidades, como o Clube Recreativo Sumaré, a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré e o jornal Tribuna Liberal, principal-

Hoje a Associação Pró-Memória possui um acervo de mais de 200.000 documentos e 74.000 fotos digitalizadas.

mente. Hoje a Associação Pró-Memória possui um acervo de mais de 200.000 documentos e 74.000 fotos digitalizadas.

A Pró-Memória é particular, mas mantém estreitas relações com o Poder Público. Na maior parte das vezes são relações conflituosas, desconstruídas, porque os responsáveis pela pasta da Cultura não deram a valorização adequada à História da cidade, seja por sua formação cultural ou por não terem vínculos com a cidade. Ainda assim foram realizados dois importantes convênios: um com a Câmara Municipal, que fornece funcionários e uma sala na Rua Antônio de Carvalho. Lá existem mais de 300 caixas com documentos que aos poucos estão sendo digitalizadas.

Com a Prefeitura a relação foi mais ampla. De um lado surgiu um convênio para administrar e manter o prédio do Centro de Memória “Thomaz Didona”. Essa relação vincula subvenção e fornecimento de funcionários. Por enquanto está no papel a administração do chamado “arquivo morto”, armazenado em algumas salas do Centro Administrativo de Nova Veneza. Essa discussão nunca avançou, por problemas burocráticos ou falta de envolvimento com as raízes da cidade. Enquanto isso, o tempo e os cupins vão devorando esse material histórico.

No Centro de Memória aconteceu outro fato importante: a Prefeitura Municipal, através do responsável pela Biblioteca Municipal “Plínio Machado da Silva” disponibilizou um moderno programa que é utilizado em tempo integral pelas pessoas que trabalham na entidade. Já foram feitas 53.000 digitalizações. Pelos nossos cálculos, ainda faltam 220.000...

A cada dia que passa fortalece-se o

grau de modernização e o volume de documentos e informações. Todos os jornais locais são digitalizados, diariamente. Pesquisas externas, em Cartórios, jornais e entidades da região são feitas por funcionários e colaboradores, enriquecendo no dia-a-dia o Banco de Dados da Pró-Memória, disponibilizados no site da Pró-Memória, que tem Rádio WEB.

Não obstante, o perigo de novas perdas continua, nas casas, nas repartições públicas, nas entidades. A desinformação e o desinteresse ainda existem em alto grau, seja entre a população ou na classe política. A demolição do Bar Paulista é um atestado eloquente desse desinteresse ou desinformação. Nesse episódio nenhuma autoridade, dos três poderes constituídos, levantou o dedo ou a voz para mostrar seu inconformismo ou indignação.

Além de preservar o que for possível de documentos escritos, colher depoimentos orais e lutar para a preservação de bens materiais e imateriais, o objetivo da Diretoria tem sido direcionado para a divulgação de suas atividades, dentro de um conceito rigorosamente pedagógico.

Mesmo com tudo o que foi conseguido em quase uma década, muito expressivo, a constatação com o que ainda falta realizar é preocupante. O tempo é implacável. A cada dia que passa muitos documentos continuam seguindo o destino funesto do lixo ou da incineração; depoimentos importantes deixam de ser colhidos por pessoas que atestaram um passado significativo de Sumaré.

Afinal, o que é um povo, uma cidade sem memória? O preâmbulo desta matéria, lá no alto, escrita pelo imortal Saramago sintetiza toda esta nossa preocupação. E responsabilidade.

A desinformação e o desinteresse ainda existem em alto grau, seja entre a população ou na classe política. A demolição do Bar Paulista é um atestado eloquente desse desinteresse ou desinformação. Nesse episódio nenhuma autoridade, dos três poderes constituídos, levantou o dedo ou a voz para mostrar seu inconformismo ou indignação.

O QUE SE DEVE LER PARA CONHECER SUMARÉ

FRANCISCO ANTONIO DE TOLEDO

Quem tem alguma familiaridade com o estudo da História do Brasil sabe que o título acima é plágio de Werneck Sodré. Numa época em que pouco se lê, a obra de Sodré, apesar de antiga, ainda não foi superada e é um clássico que mereceria novas edições. O livro dele é imprescindível para quem deseja conhecer nossa história.

O presente texto é o esforço de reunir aqui a bibliografia histórica sobre Sumaré. Talvez num segundo momento, se possa levantar também títulos de textos avulsos publicados em revistas e jornais. Pela importância da cidade no contexto da região, é natural o interesse cada vez maior pela sua história, que envolve aspectos econômicos, demográficos, urbanos, industriais, estratégicos e outros. Estudantes, professores, técnicos, economistas, sociólogos e todos quantos possam atuar nesse espaço, ganharão muito se conhecerem melhor o cenário de suas ações.

Os trabalhos publicados até hoje são fontes de referência imprescindíveis à compreensão dessa história. A presente resenha é apenas o início de um trabalho que outros deverão continuar.

A primeira tentativa de escrever a história da cidade foi provavelmente a de Honorino Fabbri. Esse médico clinicou em Sumaré nos anos 50 e dele pouco se sabe. Segundo depoimento pessoal começou a colher dados para uma pequena monografia de Sumaré, mas tendo mudado da cidade interrompeu a iniciativa.

Anos mais tarde foi publicado o livro **Sumaré - Monografia - Histórico - Estatística**, 1966. “Os textos foram colhidos através de documentação, depoimentos pessoais, investigações acuradas, consultas a arquivos de historiadores”, como se lê na Introdução. Os autores são Ulisses Pedroni e Antonio Benedito de Assis Araújo. Após uma breve introdução histórica, o livro traz algumas páginas sobre Personagens Ilustres.

Com várias ilustrações, a obra traz também informações da época em que foi publicado sobre Educação, Administração Pública, Economia e Religião. A parte histórica propriamente dita é restrita, embora apoiada em algumas fontes primárias e especialmente em depoimentos de antigos moradores. Não deixa de ser obra pioneira na historiografia local.

Duas décadas depois, em 1974, veio à luz o livro **Sumaré Edição Histórica**, sob a Direção de Leovigildo Duarte Junior. Trata-se de um livro em formato grande, capa dura, cheio de ilustrações. Muito bem diagramado, em papel cartonado, o livro usa os textos do livro anterior com alguns acréscimos e atualizações. No capítulo Sumaré de Hoje há um amplo painel descritivo da parte social, cultural, econômica e administrativa de Sumaré dos anos setenta.

Uma História de Sumaré – Da Sesmária à Indústria, 1995, de Francisco Antonio de Toledo. O livro faz um levantamento sistemático das fontes primárias e secundárias que o autor cita no final do volume, além de uma lista com referências bibliográficas importantes como suporte para a compreensão do contexto da história de Sumaré. Muito requisitado por professores e alunos de Faculdade, o livro se tornou referência ao se falar de Sumaré e exige há tempo segunda edição, uma vez que está esgotado.

História da Paróquia de Sant’Ana, 1998, de Francisco Antonio de Toledo. Breve relato da história da presença da Igreja Católica em Sumaré, desde a primeira capela até hoje., com ênfase na organização interna da instituição. Mas, não deixa de ser significativa a atuação da Igreja na história local (o primeiro prefeito foi um padre). O seu conhecimento acrescenta informações que ajudam a completar a história local nesses quase 150 anos de vida.

Sumaré dá volta por cima, 2003. Do jornalista José Pedro Soares Martins. Com a

clara intenção de valorizar o governo de Antonio Dirceu Dalben (1997-2004) o autor quis mostrar que “Sumaré deu a volta por cima” nesses oito anos de governo. Soares relembra os importantes fatos ocorridos nesse período e os analisa com essa chave interpretativa.

Nos Trilhos da Memória – Um Século de Música em Sumaré, 2004, da jornalista Ema Regina Bianchi Aguiar. O título é autoexplicativo e preenche um vazio na historiografia de Sumaré, pois se sabia muito da atividade musical da cidade, mas quase nada havia sido registrado. Usando a técnica da história oral, Ema colheu preciosas informações, entrevistando muita gente. Costurou-as e deu-lhes forma de livro com linguagem leve e saborosa.

Sumaré Por Inteiro – Os Primeiros Passos de Integração da Cidade Orquídea, 2004, de Josemil Rodrigues. Na palavra do próprio autor, o livro “descreve partes da história de Sumaré” e não o faz como historiador, mas como jornalista. Abrange o período posterior a 1950, marcado pelas grandes mudanças advindas com a industrialização e a migração, a desestabilização da cidade e a posterior reação do município na construção de um futuro melhor. Como em outros livros produzidos naquele momento, o ufanismo político-partidário está presente nas entrelinhas. Mas, são informações e impressões pessoais que ajudam a entender Sumaré naquele momento histórico.

José Pedro Soares Martins é também o autor do livro **Terra Nossa Prometida**, 2004, sobre os 20 anos do Assentamento I de Sumaré. Experiência bem sucedida de reforma agrária, esse Assentamento faz parte da história da cidade. O autor faz bom retrospecto da luta pela terra no Brasil até nossos dias. A ausência de fontes documentais e de uma bibliografia mínima poderia ser sanada num próxima edição.

Câmara de Sumaré – 50 anos de História. Publicação da Associação Pró-Memória de Sumaré, 2006, com apoio da Câmara Municipal. Trata-se da história do Legislativo sumareense de 1955 a 2005, a partir da leitura das Atas das Sessões, acrescida da biografia de alguns vereadores e das fotos de todos os vereadores por legislatura.

Nomes Emprestados, vol. I – 2006. Pequeno volume, mas muito útil para conhecer um pouco mais a história de Sumaré. O livro traz os nomes das ruas mais antigas da parte central da cidade e faz o histórico dos cidadãos que



Pela importância da cidade no contexto da região, é natural o interesse cada vez maior pela sua história, que envolve aspectos econômicos, demográficos, urbanos, industriais, estratégicos e outros. Estudantes, professores, técnicos, economistas, sociólogos e todos quantos possam atuar nesse espaço, ganharão muito se conhecerem melhor o cenário de suas ações.

lhes deram os nomes. Trata-se de um projeto bem interessante e diferente. Pena que parou no primeiro volume. Espera-se que algum cidadão com paciência e boa vontade continue essa tarefa.

Sumaré – uma cidade, dois tempos, dois espaços, 2006, de Heloisa Silva Carvalho. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a autora se serve de inúmeras fotos para desenvolver o tema, comparando aspectos da Violência, da Economia e do Lazer em Sumaré e mostrando os contrastes entre situações do presente e do passado.

Sumaré - Cidade Orquídea é de autoria de Francisco Antonio de Toledo, 2007. Capa dura, bilíngue, papel coché, o livro é o resumo da História de Sumaré, já publicada pelo autor. Ricamente ilustrada, a obra atrai pelo visual e se presta ao estudo da imagética pelas inúmeras e belas fotografias que ostenta ao longo das cem páginas desse álbum. Completa o livro uma boa relação de fontes primárias e referências bibliográficas.

Migração em Sumaré – o Tempo e o Espaço do Migrante, 2009, fecha o ciclo dos livros de Francisco de Toledo sobre a história de Sumaré. A obra põe em foco o processo migratório que mudou a cidade depois dos anos cinquenta. Em breves considerações sobre o fenômeno migratório no Brasil, faz algumas abordagens da migração na região de Campinas-Sumaré e registra vários depoimentos de migrantes. Acompanha o livro boa bibliografia



Vista aérea - Sumaré em 1965

sobre o assunto.

Marcelo Pedroni – sua vida, sua obra, seus descendentes, s/d, de Ulisses Pedroni e Alaerte Menuzzo. É a saga de um imigrante italiano que aportou em Sumaré no início do século XX e ajudou a construir a história dessa cidade. Com sua grande família foi exemplo de trabalho, persistência e participação. Boa parte do livro é dedicada à árvore genealógica da família. A segunda edição ampliada e com muitas fotos é de 2010 e traz apenas Ulisses Pedroni como autor.

ACIAS – a História que não termina, 2011, do historiador Alaerte Menuzzo. Trata-se

da monografia sobre a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Sumaré, com atuação marcante na vida econômica, política e social da cidade.

Embora não editados, existe no acervo da Associação Pró-Memória vários fascículos sobre aspectos econômicos, sociais e geográficos de Sumaré, da autoria do professor Leovigildo Duarte Júnior, grande estudioso de Sumaré, que podem ser consultados com proveito.

Entre os muitos trabalhos sobre Sumaré e região que estão nas Bibliotecas da PUCC e da Unicamp, pode-se lembrar alguns que estão disponíveis na *internet*.

-
- A organização do espaço produtivo no Assentamento Sumaré I* (2004) - trabalho da doutoranda Gláucia Miranda Ramirez (Google).
Mulheres da Terra: História e Memória das Assentadas do Assentamento II - de Cláudia Delboni. Dissertação de Mestrado (Google).
Dilemas e Perspectivas da Educação em Assentamento Rural (Sumaré) - (2008) - de Vitor Machado. Tese de doutorado (Google).
Política Habitacional em Sumaré: Favela São Domingos. (2008) Dissertação de Mestrado feita por Maristela Miranda da Cruz (Google).
A participação social no território usado: o processo de emancipação do município de Hortolândia. (2004). Tese de doutorado por Anita B. Kurka (Google).
A Formação do Distrito de Rebouças: origem do Município de Sumaré – (2008) Eliana Cristo de Oliveira – Tese de Mestrado (Google).

PRODUZINDO O PASSADO:

O PRÉDIO DA ANTIGA SUB PREFEITURA DE SUMARÉ-SP

MIRIAM CECÍLIA LARA NETTO

O prédio muito bem localizado na praça central da cidade de Sumaré se ressaltava, com uma imponência ímpar, e se destacava como um dos últimos sobreviventes da história sumareense. Exemplar da arquitetura neoclássica do início do século passado, sua construção data de 1913, época em que a cidade ainda era chamada de Rebouças, nome dado à localidade em homenagem ao engenheiro ferroviário Antonio Pereira Rebouças Filho, que para cá trouxe a ferrovia, ou como todos denominavam “o desenvolvimento”!

O primeiro subprefeito de Sumaré, Sr Antônio Rodrigues Azenha, solicitou à então Administração de Campinas, que construísse um prédio para a implantação do Distrito de Paz. O mesmo ocorreu em 1912 e a partir de 1913 a edificação tornou-se a Sede da Administração Distrital de Rebouças. Até 1937 o prédio abrigou os serviços burocráticos do Distrito. Porém, neste mesmo ano a subprefeitura foi modificada e adaptada para a moradia do novo fiscal, Sr Aristides de Oliveira Souza, que ali passou a residir com sua esposa Eglantina e seus quatro filhos. Na reforma foram acrescentados banheiros, cozinha e mais quartos.

No quintal havia uma cocheira e um rancho coberto, pois o lixo era coletado através das carroças que ali permaneciam.

A partir de 1953, Sumaré se emancipou de Campinas e a “Antiga Subprefeitura” alojou a primeira Câmara Municipal, através das eleições de 1955. Prefeitura e Câmara ali funcionaram juntas até 1964, quando então o novo Paço Municipal e prédio da Câmara são inaugurados na Rua Dom Barreto, onde até hoje permanecem. A partir de 1965 o prédio abriga vários setores ao longo dos anos, como, por exemplo, a Guarda-Mirim, a Biblioteca Municipal, o curso de admissão do Ginásio Estadual, o Pronto Socorro Municipal, a Secretaria Municipal de Saúde e outros. Em 1996 o prédio finalmente foi tombado pelo CONDEPHAEA – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental de Sumaré e é restaurado para abrigar o Centro de Memória Municipal. A partir de 2004 alojou também o Pró-Memória de Sumaré, entidade cultural cujo principal objetivo é a preservação, conservação e divulgação

da história da cidade.

Neste breve relato podemos notar quantas vezes o prédio sofreu reformas e adaptações.

Entretanto a preservação dos elementos construtivos é muito boa. O edifício destaca-se por sua implantação no terreno de esquina como um bloco monolítico esculpido. A estrutura do prédio é mista de alvenaria de tijolos de barro e vigamentos de ferro. Verificamos que algumas características da arquitetura da Década de 10 foram preservadas como as fachadas ornamentadas com requintado trabalho em ferro na platibanda com algumas pequeninas balaustradas, colunas e pilstras com capitéis em estilos florais, padieira decorada, profusa decoração de frisos, cornijas, mísulas e relevo ornamental marcando a data da construção. A planta seguiu os padrões da arquitetura pós colonial e, portanto, neoclássica simplista, utilizando-se do declive da rua para a construção do porão, onde se armazenavam os despejos das atividades que ali ocorriam, como despensa, arquivos, etc.

Atualmente encontra-se em razoável estado de conservação e é a sede do Pró-Memória e Arquivo Histórico Municipal.

Karl Otto escreveu “os edifícios históricos não são apenas visões de um passado remoto, mas ao mesmo tempo símbolos visíveis de concepções de vida de seu tempo”. Neste sentido, cada edifício é um indivíduo e um produto do meio e da sociedade que o criou. Seu estilo arquitetônico, sua forma e tamanho, ajudam a fornecer uma compreensão de seu lugar na história.

A preservação do patrimônio histórico de Sumaré já foi tema de grandes batalhas, muitas derrotas e poucas vitórias. Dividiu muitas opiniões por se tratar de um assunto polêmico e controverso, como ficou evidenciado nas recentes demolições de nossos sítios históricos como o Bar Paulista, o Conjunto Histórico da Rua Bandeirantes, o Conjunto Histórico da Avenida 07 de Setembro, o Conjunto Histórico da Praça da República e outros. Infelizmente Sumaré não aderiu aos preceitos básicos da “Carta de Veneza”, documento produzido em 1964 sobre orientações de conservação na forma de cartas, recomendações e resoluções que foram introduzidas e adotadas por organizações



internacionais como a UNESCO e o ICOMOS. Perdemos décadas e décadas de história da cidade, lembranças que não poderão mais ser transmitidas aos nossos descendentes.

Porém, há esperança no ar. Segundo o historiador Pierre Nora (2009) “Em todo o mundo, estamos experimentando a emergência da memória (...) Durante os últimos vinte e cinco anos, todos os países, todos os grupos sociais e étnicos, passaram por uma profunda mudança, mesmo uma revolução, no relacionamento tradicional que tem mantido com seu passado”. No Brasil, particularmente, vislumbramos nos últimos anos uma preocupação maior com questões pertinentes às políticas de memória e à preservação do patrimônio cultural, principalmente no nível das instituições públicas. A Constituição Federal de 1988 ampliou consideravelmente o conceito de patrimônio cultural, para além da dimensão “pedra e cal”, incorporando os bens de natureza material e imaterial, “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216, caput). Além dessa inovação conceitual, a Carta Constitucional trouxe importantes princípios que devem nortear a ação preservacionista em nosso país. Uma leitura analítica do texto constitucional permite-nos elencar os seguintes princípios: a construção da memória plural, a diversidade de instrumentos de preservação, a municipalização da política patrimonial e a multiplicidade de sujeitos/atores na defesa do patrimônio cultural. Esses princípios propiciam, na prática, o delineamento de novos paradigmas para construção de uma política de preservação do patrimônio que enseje o exercício da cidadania a todos os brasileiros. Hoje, todos têm o direito à memória, mas também o dever de preservar o patrimônio cultural para as atuais e futuras gerações. Debates atuais sobre a sustentabilidade urbana tendem a se concentrar em questões técnicas, tais

como as emissões de carbono, consumo de energia e gestão de resíduos, ou sobre os aspectos econômicos da reestruturação urbana e do crescimento. Entretanto, cada vez mais, os governos reconhecem a contribuição que o patrimônio cultural construído faz para o bem-estar dos diferentes grupos sociais que vivem em cidades cada vez mais cosmopolitas. O ambiente histórico construído contribui para a satisfação das necessidades humanas, fornecendo significados simbólicos que ligam grupos e comunidades através das gerações culturais.

Meu nome é Miriam, sou filha de Mildred de Souza Netto e neta de Aristides de Oliveira Souza, o primeiro sumareense a residir no Prédio do Centro de Memória. Minha esperança é a de que a mentalidade cultural sobre preservação em nosso Município seja modificada. Que os grupos sociais representativos discutam as questões da memória sumareense e se empoderem das respostas. Há uma necessidade premente de se conceituar cultura, patrimônio e preservação. Preservar é preciso, da mesma maneira que viver é preciso. Um não pode se desvincular do outro, pois permeiam a importante lição de que temos que compreender e conhecer o nosso passado para poder construir um futuro melhor.

Como mãe, filha, neta e bisneta de sumareenses sei que passado e presente sempre se relacionam entre si e, para mim, o Centro de Memória é a imagem perfeita de um dos grandes momentos históricos de nossa querida Sumaré e também da minha própria vida.

Nascida na década de 60 fui testemunha de mais de 50 anos de transformações do prédio. Tudo mudou ao redor, porém ele permanece altivo. O prazer desta visão me basta. Inunda-se de alegria a idéia de que nem tudo se perde na confusão da vida. E os cem anos de vida do Centro de Memória, da Antiga Casa de meus avós e pais, da Subprefeitura é o maior presente dos dias futuros!

TOLEDO, Francisco Antonio. *Uma História de Sumaré. Da Sesmaria à Indústria*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (Imesp), 1995.

SEABORNE, Malcolm, LOW, Roy - *The English School Its Architecture and Organisation- Vol.2 1870 — 1970, 1977, Preface Page XVI*.

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ICOMOS- International Council on Monuments and Sites

NORA, Pierre - *Rethinking France: Les Lieux de mémoire, Volume 3: Legacies*, 2009: (University of Chicago Press)

FERNANDES, José Ricardo Oriá, *Da Identidade nacional a diversidade cultural: novos paradigmas para a preservação do patrimônio histórico- Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*

HISTÓRIA DA MÚSICA EM SUMARÉ

EMA REGINA BIANCHI AGUIAR



E escrever sobre a história da música de Sumaré é escrever sobre a herança cultural e artística deixada por homens que não tinham como ambição o estrelismo, interesses econômicos ou vaidades hoje tão presentes em nossa sociedade.

Escrever sobre a história da música, na qual me dediquei durante dois anos e que culminou no livro *Nos trilhos da Memória- Um século de Música em Sumaré* é relatar minhas memórias e daqueles que, gentilmente, contaram suas próprias histórias de vida, tendo como foco esta que é considerada, por muitos, a mais bela das artes humanas.

A primeira banda segundo o livro *Sumaré- Edição Histórica*, de Ulisses Pedroni e José Lins Phenis, entre outros, publicada em 1975, revela que o primeiro registro de uma banda musical data do início do século XX e foi denominada oficialmente Sociedade Recreativa Musical Reboucense.

Naquela época, Sumaré era constituída de povoados (o que hoje são chamados de distritos, como o de Hortolândia e Nova Veneza) pertencentes à Campinas, dentre eles, o de Rebouças. Em outro deles, o atual distrito de Veneza, de acordo com o relato de Margarida Campo Dall'Orto, organização semelhante teve como nome Banda Musical de Nova Veneza e foi criada por Ângelo Campo Dall'Orto.

Romilda Raposeiro Guirardello, nascida em 12 de dezembro de 1912, foi testemunha das apresentações da Banda de Rebouças, que ocorriam em um coreto existente em praça pública frente a atual Igreja Matriz de Sant'Ana. A Sociedade Musical Reboucense foi também chamada Banda São Sebastião, por tradicionalmente se apresentar na procissão de São Sebastião em 20 de janeiro. Havia ainda procissão em homenagem a Sant'Ana em 26 de julho. Anos mais tarde, esta última data foi oficializada como a da fundação da cidade.

“Mas será que estes nomes têm alguma

importância?”, questiona Eclantina Bianchi de Souza, nascida em Rebouças em 1910. “O importante é que a música sempre esteve presente em nossa cidade”, conclui.

O trajeto da banda musical era conhecido: saía pelas ruas laterais da praça, passava pela estação ferroviária e subia a Rua Monte Mor, a atual 7 de Setembro, finalizando sua apresentação defronte à atual Igreja Matriz.

No início do século XX Rebouças contou ainda com um grupo musical que se apresentava na sala de cinema da Societá Fratellanza e Beneficenza Italiana Giuseppe Garibaldi, mais conhecida como Sociedade Italiana. No acervo histórico da Associação Pró-Memória de Sumaré há documentos que confirmam as apresentações deste grupo, chamado Orquestra dos Biancalana. Era formado por Oreste Bianchi (violão) Antenor Bianchi (violino), Elizabeti Biancalana (violão), Carlos Biancalana (violino), José Biancalana (violão), José Domingos Escalhão (violino), Genésio de Assis (violino), Francisco Duarte (flauta) e Ida Duarte (violino).

Francisco Biancalana, um dos imigrantes italianos de Rebouças, foi um dos grandes incentivadores da música na cidade. Chegou a contratar um maestro para o aprendizado musical de seus filhos e permitia que os filhos de outras famílias participassem das aulas. O mérito de promover a música em Rebouças veio ainda por meio de outro imigrante, de origem portuguesa, José Maria Barroca, professor de música em sua própria casa. Além dele, um de seus filhos, Dorival Gomes Barroca incentivou arduamente mais de três gerações de músicos com bandas, orquestras e grupos musicais. Representantes de inúmeras famílias fundadoras da cidade destacaram-se na música ao longo do tempo. Dentre eles, figuram as de Campo Dall'Orto, Miranda, Menuzzo, Bazan, Valle, Coltro, Cardoso, Perozzo, Lisboa, Guerreiro, Chagas, Padovani, Quental, Yanssen, Barijan, Biancalana, Rohwedder,

Sturaro, Tomazin, Noveletto, Pancotti, Mondini, Camargo, Diniz da Costa, Zagui, Cavalari, Fructuoso, Panaro, Theodoro e os Bianchi.

Outra manifestação musical importante do início do século XX na cidade foram as serestas, quando duplas de músicos saíam pelas noites, tocando seus instrumentos musicais e ao contrário do que muito se pensa, passeavam pelas ruas e praças da cidade apenas pelo prazer de tocar.

Elas se sucediam sempre às noites. Nos final do ano, famílias como a do português Manoel de Vasconcellos, abriam as portas de suas casas para receber os músicos com comidas e bebidas. O antigo Bar Paulista, na Avenida 7 de setembro sempre foi, historicamente, o ponto de encontro dos músicos onde trocavam ideias, jogavam bocha e se confraternizavam com toda a comunidade.

A FAMÍLIA BARROCA

José Maria Barroca é lembrado por muitos como o primeiro maestro de Sumaré. Foi o responsável pelo incentivo e formação de dezenas de músicos da cidade. Vindo de Coimbra, Portugal, no final do século XIX, residia em uma das poucas casas existentes na época na Rua Antonio Jorge Chebab, a segunda que corta a Avenida 7 de Setembro. Dos sete filhos que teve com sua esposa, Maria Conceição, o que mais se destacou por seu amor e excelência na música foi Dorival, que deu continuidade ao trabalho do pai.

Dorival, conhecido pelo apelido de Pico, nasceu em 20 de junho de 1919. Pessoas que conviveram com ele contam que costumava “fazer milagres” com instrumentos de percussão (bateria, bumbo e bombardino) e metais e de sopro (trombone de vara e saxofone).

Mesmo sua ida à II Guerra Mundial não retirou o amor pela música. Ao retornar da guerra, terminada em 1945, voltou ao ensino musical e a promover a banda da cidade. Naquela época era chamada apenas de Banda do Pico e viveu um período muito próspero. A Banda do Pico fazia-se presente ainda nas praças, cerimônias religiosas, oficiais e escolas.

A banda se apresentava em bailes tradicionais da época, como o do Hawaí e Revellion. Nos carnavais, animava os dois clubes, União Cultural XVI de Dezembro e o Recreativo de Sumaré nos quatro dias do evento. A partir

dos anos 60 a banda passou a se apresentar em bailes de toda a região. Uma de suas filhas, Rita de Cássia Barroca Dias Ferraz, relata que era comum ver o pai telefonar para alguma emissora de rádio pedindo a música desejada. Após ter sido tocada e gravada, ele escrevia sua partitura. O Tico-Tico no Fubá, sua música preferida, costumava ser ouvida por seus familiares e até ganhou um novo arranjo, com apenas quatro longos compassos. Como era seu desejo, a banda musical que tanto amou se fez presente em seu próprio funeral.

Em 10 de novembro de 1963 foi criada a Banda Musical Juvenal Gomes Barroca, de acordo com Otávio Tomazin. Seu diretor era o próprio Otávio.

Em 1974, seguindo tendência das big-bands, norte-americanas, Sumaré passou a contar com uma Orquestra, chamada Skindô, composta por 16 músicos. Contava com microfones importados e chegou a ter seu próprio ônibus para o transporte, tamanho era sua independência econômica do Poder Público ou iniciativa privada. Tocava nos clubes da cidade e toda a região além de estados como Minas Gerais.

A época da Jovem Guarda não pegou Sumaré de surpresa. Em 1964 foi criado o grupo Quatro e Meio que mais tarde, transformou-se no Sun Boys Bossa. Em 1966, veio o Aracê, que gravou o primeiro disco de Sumaré, um compacto simples pelo selo Califórnia. Em 1968 surgiu a banda Walter e seu Conjunto, outra manifestação musical que a exemplo dos The Beatles e outros conjuntos estrangeiros, ensaiava na garagem de suas residências.

Em 1968, ano de fundação da cidade, o Aracê passou a se chamar Aracê Som 6. Na década de 70, o grupo mudou mais uma vez seu nome para Special Som 6. Sumaré contou também com o The Jets e o The Gongs.

O trajeto da banda musical era conhecido: saía pelas ruas laterais da praça, passava pela estação ferroviária e subia a Rua Monte Mor, a atual 7 de Setembro, finalizando sua apresentação defronte à atual Igreja Matriz.

DONA MILDRED

A música em Sumaré conta ainda com um nome importante: Mildred de Souza Lara Neto, conhecida pelos familiares e amigos como Neguita. Mildred participou de inúmeras montagens teatrais nas primeiras décadas do século XX. Começou sua atividade como professora de piano e fundou a primeira escola de Música de Sumaré. Além do ensino do piano, a escola oferecia aulas de balé. Desde aquela época Mildred atua nesta área como organista e maestrina de corais de crianças, jovens e da terceira idade. Sua perseverança e dedicação é exemplo e merece reconhecimento na História do Município.

A continuidade da Banda de Sumaré foi formalizada pela lei municipal de 19 de maio de 1987, tendo como regente o músico Márcio Beltrami. Em 29 de agosto de 1990, após um período desativada foi novamente agrupada e recebeu o nome de Dorival Gomes Barroca. O maestro Márcio Beltrami foi seu primeiro maestro e prossegue na tradição de bandas na cidade. A corporação musical apresenta-se periodicamente em bairros, escolas e cidades da região. É detentora de vários prêmios estaduais e já foi três vezes campeã nacional em festivais promovidos no País.

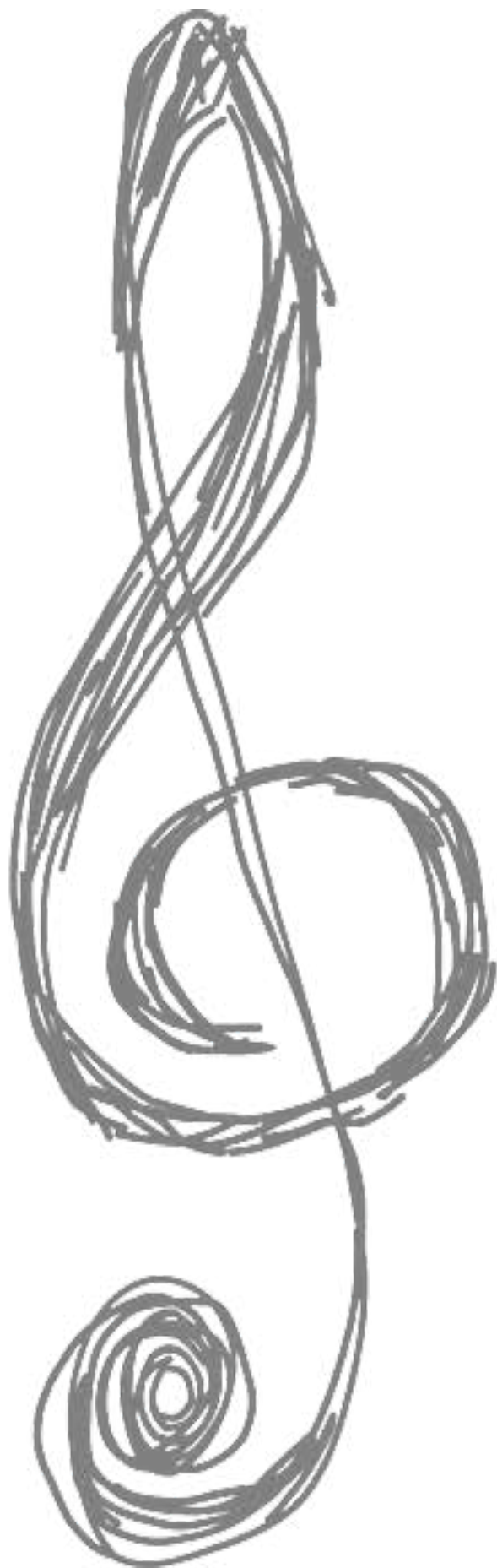
NOVOS CENÁRIOS

As últimas décadas do século XX trouxeram novos cenários para as manifestações artísticas e culturais da cidade na área musical. Dentre elas, figuram o movimento Hip Hop, composto por elementos estéticos, como o Grafite, Breakers, os Rappers e os DJ's.

Surgem grupos de duplas e bandas sertanejas que tem como destaques, dentre outros, Chico Amado e Xodó, autores de sucessos gravados por artistas de todo o país e contam ainda com seus próprios discos. O estilo Gospel também se faz presente em Sumaré.

Na música clássica se destacam: Carlos Alberto Yanssen, pianista, professor na Universidade Estadual de Curitiba e Waleska Scarme Beltrami, da Banda Municipal de Sumaré.

É de se esperar que o século XXI, que já entra na segunda década, continue a incentivar e buscar novos talentos para esta que sempre foi uma grande vocação da cidade.



CONDEPHAEA

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, ETNOLÓGICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ

ROBERTO CORDENONSI

A criação de órgãos públicos de proteção do patrimônio histórico surgiu no Brasil nos anos trinta, em um contexto muito peculiar – o Estado Novo – no qual a “modernidade” era freneticamente perseguida pelo governo federal e pelas elites dirigentes do nosso país. Nesse sentido, a preservação daquilo que se definiu como patrimônio histórico buscou precisamente afirmar o triunfo daquilo que se auto-intitulava “novo”. É, portanto, na base desse modelo nacional, posteriormente levado a cabo pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que foram criados órgãos estaduais e municipais.

De lá pra cá, profissionais de várias áreas (arquitetos, arquivistas, engenheiros, antropólogos, historiadores, etc.) têm acumulado conhecimento relativo ao patrimônio histórico e, parte deles, tem insistido na falta de empenho dos diferentes governos em transformar a ação em algo mais que um apêndice da burocracia.

A UNESCO definiu o patrimônio cultural como um “conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e efetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social (...) engloba, além das artes e letras, os modos de viver, os direitos fundamentais dos seres humanos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças” (UNESCO – 1982). Nessa mesma seara de debate, mais recentemente, a própria UNESCO tratou de ampliar mais sua própria definição de patrimônio cultural, incluindo aí os bens imateriais, de natureza intangível, sendo este definido como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos, e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade,

contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial – 2003).

Neste contexto de reconhecimento e valorização do nosso Patrimônio foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental do Município de Sumaré – CONDEPHAEA, através da Lei nº 1922, de 26 de outubro de 1987. Sua constituição foi fruto da preocupação de um grupo de profissionais envolvidos com os problemas relacionados com o patrimônio cultural da cidade, em especial, aqueles envolvidos também com a criação da Associação Pró-Memória. Praticamente sozinhos, através de um esforço descomunal, têm tentado sensibilizar tanto o poder público, nas suas sucessivas gestões, quanto a sociedade civil para a importância e o fortalecimento dos laços da comunidade com seu passado, sua memória, sua história, sua cultura.

No desenvolvimento de nossos núcleos históricos, vão se perdendo peças importantíssimas da memória urbana. Se não existirem mecanismos legais de controle e direcionamento deste crescimento, estes centros estarão fadados a desaparecer.

As atividades do CONDEPHAEA, como órgão assessor do poder executivo local, ainda que timidamente, já se fizeram sentir e algumas iniciativas já foram tomadas para preservar a história de nossa cidade. Essa história se inicia com a sua fundação e evolui através do tempo, havendo muitas formas de contá-la. Ela está presente na cultura de seu povo, nos ciclos de seu desenvolvimento econômico e social, nas obras ilustres, e também nas edificações, memória visível da evolução urbana.

Para “proteger” nossa história utilizamos um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados, este recurso chama-se “Tombamento”.

Tombar, além do significado usual que conhecemos, também significa “registrar em livro de tombo”, um livro de caráter oficial no qual são anotados os bens de interesse para preservação. Tombar um bem não significa “derrubar”, pelo contrário, tombar significa manter, preservar.

Dessa forma o “tombamento” realizado pelo CONDEPHAEA pode ser visto como um dos instrumentos utilizados para acautelar e proteger os bens representativos de determinados segmentos culturais, que estão impregnados das marcas de diferentes épocas de nossa história e que dizem respeito à formação da identidade e da vocação histórico-cultural de uma população, ou seja, o patrimônio cultural de cada comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade. Por isso, cada vez mais precisamos nos transformar em agentes da preservação de nossa própria identidade, garantindo assim o respeito à memória e a manutenção de qualidade de vida, sobretudo em nosso centro urbano.

O Tombamento pode ser aplicado a bens móveis e imóveis de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, etc. Somente é aplicado a bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva e pode ser feito através dos seguintes órgãos: pela União através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; pelo Governo Estadual através do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Estado ou pelas administrações municipais, no caso o CONDEPHAEA – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental do Município de Sumaré.

Portanto, selecionar no sítio urbano e em seu entorno exemplares de arte, arquitetura, ou ainda salvaguardar as paisagens naturais significa atribuir a esses elementos isolados a possibilidade de serem atores integrados da história, cumprindo uma função social de contar à sua maneira as aptidões de desenvolvimento humano de cada época. Esta é a função do CONDEPHAEA.

RESULTADOS

Nos seus 27 anos de existência, as ações do CONDEPHAEA podem ser consideradas tímidas ou muito aquém do desejado. Seu Livro Tombo registra apenas quatro imóveis: o da antiga Prefeitura, na Praça da República n. 102, hoje Centro de Memória “Thomaz Didona”; o da Igreja do Bom Jesus, na Avenida Emílio Bosco, no Bairro do Matão; o Conjunto Ferroviário (Estação, Subestação de Energia e Vila dos Ferroviários) e o Seminário de Nova Veneza, hoje transformado em Centro Administrativo.

Nesse tempo muita coisa se perdeu no campo material – prédios comerciais e casas. Seria fastidioso enumerá-los. No campo imaterial o dano é maior, porque as ações simplesmente inexistiram nesse período.

Gerido ao sabor dos governantes, com nomeações de membros desqualificados tecnicamente para compor seu quadro, o CONDEPHAEA sobrevive hoje debaixo de críticas e cobranças. Quatro tombamentos em 27 anos de existência beira o ridículo; os processos de tombamento, empoeirados em suas gavetas e à espera de uma definição. Essa inércia não satisfaz seus próprios integrantes identificados com a memória, não atende os empreendedores à espera de definições e nem o Poder Público, temeroso da fuga de investimentos no município.

Entidade paralela, a Associação Pró-Memória fala mais atualmente com mais autoridade que o CONDEPHAEA, que pouco se reúne, quase nada fiscaliza e pouco tem feito em prol do patrimônio histórico, artístico, etnológico e ambiental do município.

Resta a esperança que a Prefeitura Municipal trace novos parâmetros para a entidade, inclusive com a disponibilização de mão-de-obra qualificada para estudar e dar andamento aos processos engavetados. Sem isso, o CONDEPHAEA vai ser o que tem sido nos últimos: uma entidade de manobras políticas e peça de museu.

Sua constituição foi fruto da preocupação de um grupo de profissionais envolvidos com os problemas relacionados com o patrimônio cultural da cidade, em especial, aqueles envolvidos também com a criação da Associação Pró-Memória. Praticamente sozinhos, através de um esforço descomunal, têm tentado sensibilizar tanto o poder público, nas suas sucessivas gestões, quanto a sociedade civil para a importância e o fortalecimento dos laços da comunidade com seu passado, sua memória, sua história, sua cultura.

PROCESSO DE TOMBAMENTO DO COMPLEXO SERTÃOZINHO

ULISSES PEDRONI

O Complexo Sertãozinho compreende uma área muito antiga de Sumaré, que por décadas foi o mais importante ponto turístico do lugar. Localiza-se no antigo Bairro Sertãozinho e compreende uma nascente de água, o Centro de Lazer “Benedito de Mattos”, o Zoológico Municipal “Henrique Pedroni”, a área do antigo Engenho de Aguardente, as casas antigas da família do imigrante italiano Marcello Pedroni, a Represa do Marcelo e o Casarão Sertãozinho.

Marcello Pedroni, que residia em Sousas, distrito de Campinas, adquiriu em 1913 uma área de 25 alqueires, que ficou conhecida como Sítio do Marcelo. A propriedade tinha uma pequena represa, construída com braço escravo. A água represada auxiliava as atividades desenvolvidas pelo proprietário, como moinho de fubá, carpintaria, marcenaria, lavouras de arroz, feijão, milho e algodão.

Amigo do fazendeiro Francisco de Cillos, Marcello recebeu dele como presente um engenho de cana e um alambique para a fabricação de aguardente de cana. Começou uma ati-

vidade que duraria décadas. Nos primeiros anos produzia 25 litros de cachaça por dia; depois a produção passou a ser de uma grande empresa, abastecendo o comércio da cidade e região.

O engenho funcionou até aproximadamente 1975. Após a morte de Marcello Pedroni, ocorrida em 1956, os filhos Thomaz e Henrique passaram a administrar o negócio, sob a razão social de “Irmãos Pedroni”. A “Caninha Marcello”, como era popularmente conhecida, passou a ser referência regional por sua qualidade. Nos finais de semana o engenho ficava lotado de compradores de varejo, que vinham de todos os lugares, para comprar o produto, passear no mini-zoológico do sítio e pescar ou nadar na represa.

Desse local resta apenas uma chaminé e um antigo depósito, à espera de uma restauração. Descendentes do antigo dono dispõem-se não só a fazer isso como também a criar no local um orquidário e um centro cultural.

A REPRESA E A FONTE D'ÁGUA

A represa teve um papel importante na vida do engenho. Margeando-a existia uma plantação de eucaliptos, ao lado da mata ciliar antiga. O ambiente favoreceu a frequência do lugar pela população, que passou a utilizá-la como local de turismo.

O Mini-Zoológico era outra atração do lugar. Henrique, o filho de Marcello, tinha gosto por animais e fez de sua casa um local de permanentes visitas, que iam ver “os bichos de Sumaré”. Chegou a ter aproximadamente uma centena deles. Funcionou de 1936 até o final da administração de Paulino Carrara, no início da década de 1990. Na década seguinte, passou a ser Zoológico Municipal “Henrique Pedroni”.

Na propriedade de Henrique existia um orquidário. É bom lembrar que o nome “Suma-

esse bem cultural também pode ser elemento fomentador da discussão sobre os patrimônios imateriais do antigo povoado de Rebouças que ainda temos resquícios atualmente. Recordar e registrar as festas que aconteciam na sede do Casarão é preservar a história e as festividades das gerações passadas.

ré” surgiu de um tipo de orquídea existente na região. No plebiscito de 1945 que alterou a denominação de Rebouças para Sumaré, Henrique e Alfredo Marques Pereira foram as pessoas que sugeriram esse nome para ser votado.

Por ser local atraente, Marcello não se incomodava que a população usasse o Tanque para diversão nos finais de semana. Ali aconteciam piqueniques, competições de natação, pescarias e passeios a barco. Nessa época o distrito de Rebouças não tinha muitas diversões e todos se conheciam.

Para atender a demanda, o tanque tinha casa de barcos. Era uma grande construção de madeira roliça de eucalipto, com duas coberturas laterais, onde cabia um bote em cada lado. Tinha um coreto, levantado no meio da represa e trampolins de vigota, em três níveis, para saltos na água.

A Represa fazia parte da Fazenda Sertãozinho e foi construída por volta de 1870, pelas mãos de escravos da fazenda, que carregaram a terra necessária para sua construção em jacás. Além disso, construíram um túnel – hoje soterrado – que canalizava a água até o casarão Sertãozinho.

Em 1932, Marcello Pedroni descobriu uma fonte d’água em sua propriedade, localizada a pequena distância do Tanque. Era de boa qualidade, especial para o consumo humano. E Rebouças não tinha água encanada. Existiam dois ou três poços particulares na vila, cujos proprietários a ofereciam gratuitamente a toda vizinhança. Depois de muitas tratativas políticas com a Prefeitura de Municipal de Campinas, a água da nascente foi canalizada para a cidade e o sistema de abastecimento foi oficialmente inaugurado no dia 23 de junho de 1934. É essa fonte que abastece até hoje a área central de Sumaré. Marcelo recebeu a alcunha de “Pai da Água”, com direito a um busto público na Praça de Manoel de Vasconcellos.

Interessante mencionar que todos os melhoramentos da propriedade foram batizados pela população com o nome do proprietário: Sítio do Marcello, Fonte do Marcello, Tanque do Marcello, Caninha do Marcello. O zoológico ficou com o nome do filho: “Zoológico do Henrique”. Por esse motivo, e puxando o fio da história, não seria inadequado denominar o processo de tombamento

de “Complexo de Marcelo Pedroni”.

Portanto, podemos considerar que a Represa Marcelo Pedroni foi de fundamental importância para o desenvolvimento urbano do distrito de Rebouças, que se tornou o populoso município de Sumaré. A canalização da água possibilitou o crescimento do distrito e melhorou a qualidade de vida da população. Hoje, além de continuar abastecendo o centro da cidade, possui uma área de lazer que é utilizada somente por uma parcela mínima da sociedade.

CASARÃO SERTÃOZINHO

Construído no último quartel do século XIX, o Casarão Sertãozinho é o edifício histórico mais antigo de Sumaré. Pertencia a Domingos Franklin Nogueira, e era a casa sede da fazenda Sertãozinho. Não sabemos ao certo a data de sua construção, mas segundo pesquisa realizada pelo historiador Francisco Antônio de Toledo, sua construção poderia datar da década de 1870: ***“A primeira vez que aparece a palavra Sertãozinho é num documento de 1868. É uma escritura de compra e venda de terras. [...] Não se diz quantos alqueires tinha o sítio. [...] Dois anos depois, em 1870, mais uma parte de terras foi vendida no sítio Sertãozinho. Há um detalhe importante, o documento fala agora de terras, benfeitorias e engenho. Isso leva a crer que aí havia casa e, muito provavelmente o atual casarão de Sertãozinho seja de 1870, pelo menos”.***

Em 1911, o Governo do Estado de São Paulo comprou a Fazenda Sertãozinho e dividiu-a em lotes de dez alqueires. Eis a descrição da fazenda na escritura: ***“Contém uma grande casa de morada construída de tijolos, forrada e assoalhada. Quinze casas para colonos construídas de tijolos, em bom estado, paiol, casa de armazém, e camaradas, uma casa para administração, casa para arado, cocheira e mais benfeitorias e dependências, pasto, engenho de cana com seus maquinismos, acessórios e pertences, fazenda essa que tem a área de cerca de duzentos alqueires”.*** De tudo o que foi nomeado na escritura de um século atrás, restou hoje apenas a casa de morada, casa-sede do sítio Sertãozinho, e algumas casas de colonos.

Os relatos dos antigos moradores contemplam a importância cultural do sítio Sertãozi-

nho para o distrito de Rebouças: *“havia muitas goiabeiras que faziam a alegria da criança-da, sem falar dos doces de goiaba vermelha de lambar os beijos. As festas juninas eram memoráveis. Toda a vizinhança e os amigos eram convidados. O pessoal tomava conta da casa inteira. Rolava muita pipoca, amendoim, paçoca e bebida. Na sala da frente se dançava animado, enquanto lá fora crepitava a fogueira, onde depois era assada a batata-doce. Tudo sob as bênçãos de São João, Santo Antônio e São Pedro, na bandeira alçada bem no alto do mastro”*.

Segundo entrevistas realizadas com os filhos de Marcelo Pedroni, na década de 1980, existe sob as águas da Represa, onde é feita a captação para abastecimento do centro da cidade, a antiga olaria, onde foram feitos os tijolos e as telhas para as construções do Casarão e de outros edifícios do entorno – que sucumbiram ao tempo e à especulação imobiliária.

Além da relevância histórica indiscutível, que justifica a solicitação de um instrumento legal de proteção, como o tombamento, esse bem cultural também pode ser elemento fomentador da discussão sobre os patrimônios imateriais do antigo povoado de Rebouças que ainda temos resquícios atualmente. Recordar e registrar as festas que aconteciam na sede do Casarão é preservar a história e as festividades das gerações passadas.

TOMBAMENTO

A solicitação de tombamento dos itens que compõem o “Complexo Sertãozinho” tem a intenção de destacar a história e a memória que esta área representa para a formação da cidade de Sumaré. Antes mesmo de ser Rebouças, esta era a região do Quilombo, que fora dividida em sesmarias, porções de terras que o governo doava a pessoas de posse, ou de prestígio, para serem cultivadas. Da divisão das sesmarias, surgiram as fazendas. *“Assim aconteceu com as sesmarias da região do Quilombo. Foram divididas entre os herdeiros ou vendidas. Algumas terras continuaram por quase um século nas mãos da família, outras logo passaram para terceiros através de compra e venda”*. Dessa divisão das sesmarias que surge o sítio “Certãozinho”, conhecido mais tarde como Fazenda Sertãozinho.

No meio da propriedade Sertãozinho, além do Casarão, havia a Represa, construída pelos escravos, e uma roda d’água, que servia o antigo Engenho de Cana. Podemos, portanto, concluir que o Casarão, a Represa e a Chaminé do engenho, são partes intrínsecas da história da construção urbana do município de Sumaré, assim como parte inalienável da memória popular sumareense. Faz-se necessário a restauração desses elementos, não individualmente, mas enquanto um Complexo, para ressaltar a ação humana nesta área e sua interação com o meio ambiente.

Engenho do Marcelo - Década de 80



O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE NOVA VENEZA

SÉRGIO AZEVEDO

Pouco distante do núcleo urbano de Sumaré, o distrito de Nova Veneza cresceu e tomou feições próprias desde as primeiras décadas do século passado. Bem antes da instalação da Estação Ferroviária de Rebouças em 1875, a região de Nova Veneza tinha grandes fazendas com benfeitorias, engenhos de pinga, olarias, casas de morada e criação de gado. Depois da instalação do Núcleo Colonial, em 1910, o lugar se desenvolveu e adquiriu as bases para o futuro crescimento, que se acelerou depois nos anos cinquenta, com o boom da industrialização e do aumento acelerado da população.

Dessa forma foram assentadas as bases de Nova Veneza, com concentração urbana bem definida e características próprias, de tal maneira que o distrito ostenta hoje certa autonomia, se não administrativa, pelo menos social e cultural. O morador de Nova Veneza se sente mais voltado para o grande espaço que se abre na direção de Campinas e é mais atraído pela força dessa Metrópole, do que para a área central urbana de Sumaré. Por essas e outras razões, Nova Veneza, quanto ao seu núcleo urbano atual, demonstra fraco sentido de pertencimento a Sumaré, e acentuado sentimento de valorização da história própria.

Percebe-se no bairro uma originalidade que ainda precisa ser definida e compreendida. Nesse sentido vale a pena a tentativa de reconstruir alguns aspectos, alguns nomes e alguns fatos que forneçam subsídios para a compreensão do patrimônio histórico cultural de Nova Veneza. São fragmentos que podem ajudar na compreensão mais objetiva desse universo ainda não totalmente explorado da história local.

CASAS ANTIGAS

Duas casas foram construídas no ano de 1923 na Fazenda Pindahuba, adquirida pelos irmãos Ângelo e Luiz Campo Dall'Orto. Essas casas abrigariam as famílias de ambos. A fazenda tocava uma pequena indústria com máquinas de beneficiar arroz, milho e café. Ângelo Campo Dall'Orto, ensinava os filhos adultos dos vizinhos a escrever, calcular, ler e fazer as quatro operações matemáticas. As crianças menores já contavam com a escola mista, que ficava à beira do "estradao" (antecessora da Rodovia Anhanguera) e as professoras de fora se hospedavam em sua casa. A escola tinha sido construída pela família com recursos próprios e o governo do Estado usufruía das instalações gratuitamente. A família Campo Dall'Orto construiu também uma capela e um coreto, cuja padroeira era Nossa Senhora do Rosário, onde as missas eram celebradas pelo padre José Giordano, responsável pela Paróquia de Santana.

Outro melhoramento importante foi a criação da Sociedade Esportiva Nova Veneza, às margens da Rodovia Anhanguera, com campo de futebol e um salão de eventos.

O franco desenvolvimento de Nova Veneza, até então se fazia através de sitiantes, na sua grande maioria de italianos. Os imigrantes russos também deram sua contribuição ao desenvolvimento do então Núcleo Colonial Nova Veneza, juntamente com os alemães e espanhóis. Por volta de 1920, os irmãos Ângelo e Luiz Campo Dall'Orto adquiriram de João Maccari um total de 15 alqueires do lado de cima do estradao chamado "Estrada Velha de Limeira", atual Via Anhanguera, onde hoje é Nova Veneza, na época Jardim Nova Veneza e Jardim Nova Veneza - continuação. Tudo isso aconteceu por volta de 1955.



OUTRAS CONSTRUÇÕES

Ao notar que o fluxo de veículos pela estrada velha de Limeira aumentava, José Raffi Sobrinho construiu na década de 1950 aquele que seria o maior motel da Via Anhanguera e da América Latina. Essa atividade perdurou até a década de 2000, quando foi vendido para um grupo que o derrubou por completo. O posto ficava ao lado das antigas moradias dos Dall'Orto, que também foram demolidas.

Em 8 de dezembro de 1959 criou-se a Paróquia de São Francisco de Assis. Nesse ano, demarcada a área que a paróquia abrangeria, inicia-se a construção da nova igreja matriz, cujo responsável direto pela construção foi o Padre José Giordano. No dia 19 de fevereiro de 1960, foi nomeado o 1º Vigário da Paróquia São Francisco de Assis, o então Frei Ildefonso Maria de São Paulo. Aos 19 de março de 1960, foi colocada a pedra fundamental do Seminário São Francisco de Assis. A antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada nas proximidades, foi derrubada. Nesse mesmo ano inicia-se a construção do Seminário São Francisco de Assis, em terreno conseguido pelo padre José Giordano. Era uma área de oito alqueires, cujos doadores foram Padre José Giordano, família Conrado Berti, Modesto Lanatti, João Sebastião Campo Dall'Orto, Luiz Campo Dall'Orto e irmãos e a

municipalidade de Sumaré.

O imóvel, de 6.760 m² de construção, em terreno de 20.000 m², tinha acomodações para 100 seminaristas internos. Além dos quartos, possuía cozinha, biblioteca, um salão para palestras ou eventos e uma capela.

Funcionou até o ano de 1999, quando foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Sumaré e se transformou no Centro Administrativo de Nova Veneza. O imóvel foi tombado em 12 de junho de 2008, através de decreto municipal.

O distrito de Nova Veneza fora criado aos dias 31 de dezembro de 1958, com uma população em sua maioria de católicos, possuindo desde logo cartório, Juiz de Paz e sub-delegado. O cartório estava sob a responsabilidade de Osmar Miranda; Luiz Campo Dall'Orto era o Juiz de Paz e o sub-delegado era José Raffi Sobrinho.

No dia 27 de setembro de 1958 foi inaugurado um importante melhoramento no distrito: o Cine Bali. Era uma sala de cinema com capacidade para 450 pessoas, construída por dois moradores do lugar, descendentes de imigrantes: José Duft e seu cunhado Henrique Volobueff. Infelizmente teve vida curta – encerrou suas atividades no ano de 1962; o prédio foi demolido na década seguinte.

CONCLUSÃO

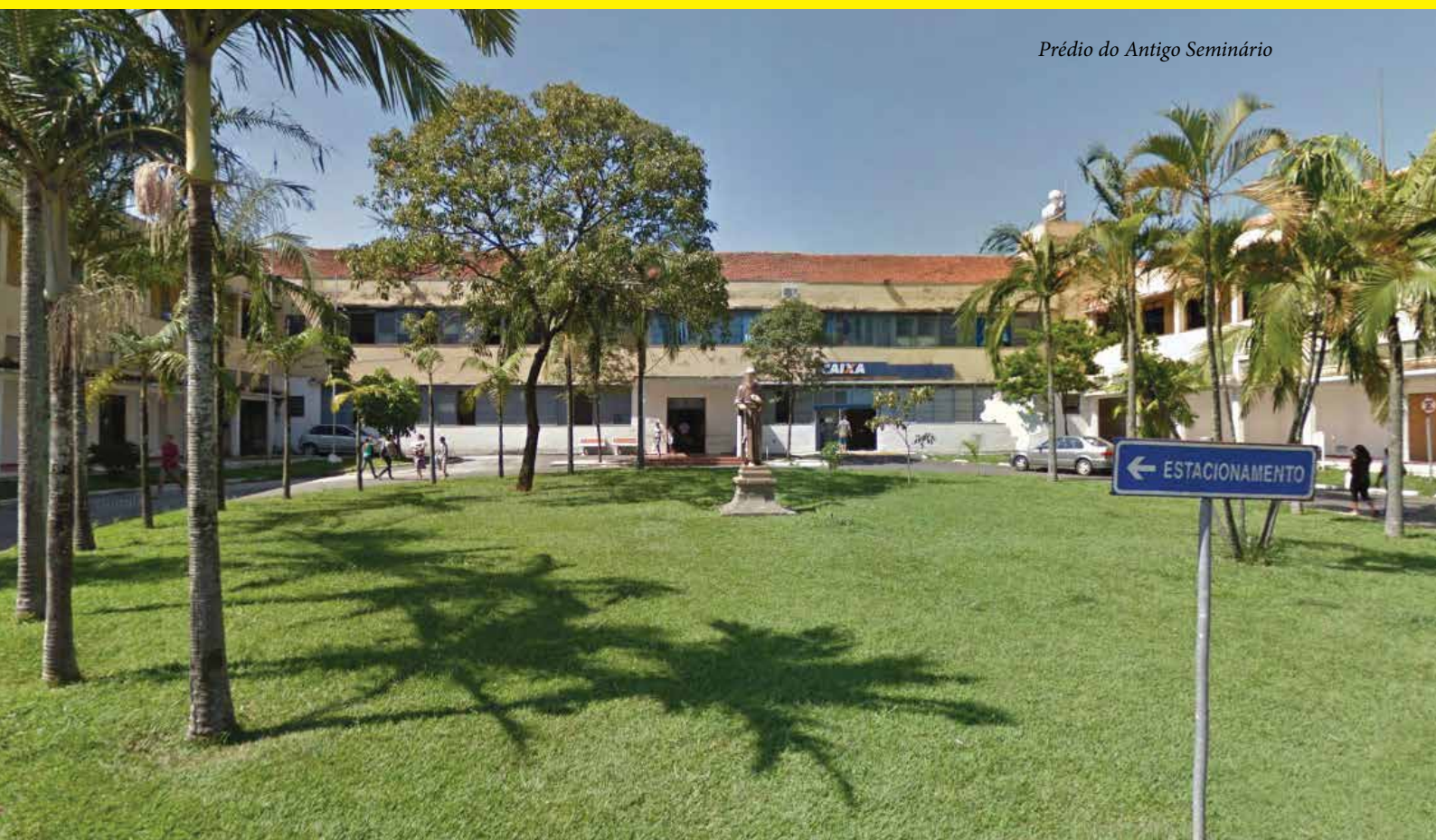
Pouca coisa resta do patrimônio material em Nova Veneza. Os casarões dos Dall'Orto, o prédio do Motel e Posto Raffi, o Cine Bali, a sede social e o campo de futebol da Sociedade Esportiva Nova Veneza, e a antiga Capela do Rosário foram demolidos. Restou apenas o antigo Seminário, hoje transformado em Centro Administrativo, tombado pelo CONDEPHAEA. Apesar de tombamento, o prédio sofreu inúmeras modificações, sem nenhum critério técnico ou autorização do órgão competente. Pior ainda: essas modificações são constantes e rotineiras, o que equivale a dizer que o edifício é tratado como uma simples repartição pública, não um patrimônio histórico. Importante lembrar que o artigo terceiro do citado decreto estipula que na “área (...) indicada (...) não poderá haver demolição, construção, reforma ou modificação, ainda que parcialmente, sem a prévia e expressa autorização do CONDEPHAEA”.

Com relação ao patrimônio imaterial, muita coisa se perdeu no tempo. As festas tradicionais, herdadas de imigrantes europeus ou migrantes do sul de Minas e norte do Paraná, deixaram paulatinamente de serem comemoradas.

Resta a esperança que a entidade que cuida, ou deveria cuidar, desse patrimônio material

Percebe-se no bairro uma originalidade que ainda precisa ser definida e compreendida. Nesse sentido vale a pena a tentativa de reconstruir alguns aspectos, alguns nomes e alguns fatos que forneçam subsídios para a compreensão do patrimônio histórico cultural de Nova Veneza. São fragmentos que podem ajudar na compreensão mais objetiva desse universo ainda não totalmente explorado da história local.

e imaterial – o CONDEPHAEA – envie esforços no sentido de preservar o que existe e incentivar a comunidade a realizar os eventos que marcaram a identidade cultural do distrito nas décadas de 1950 e 1960.



Prédio do Antigo Seminário

O COMPLEXO FERROVIÁRIO DE SUMARÉ

CINTHIA ONGARO MONTEIRO DE BARROS ¹

Reflexões Sobre Seu Valor Cultural na Indústria Patrimonial As Possibilidades de Uso Para o Resgate Deste “Vazio Urbano”

Neste artigo vamos lembrar um pouco da história dos Complexos Ferroviários construídos no Brasil e analisar pontualmente possíveis usos para resgatar o valor de memória cultural e patrimonial desses bens sem descaracterizar o conjunto, permitindo alavancar o progresso e trazer à nossa cidade a noção de centralidade aliada aos usos culturais.

As estações ferroviárias construídas no século XIX no Brasil tiveram um papel fundamental para o surgimento de muitas cidades, centralizando a vida de povoados, servindo como agência de correios e trazendo o progresso.

Tal progresso advém da Revolução Industrial que estabelece uma rede mundial entre produtos e consumo, produtores e consumidores, insumos e fabricação, matéria-prima e fábrica, patronato e emprego, etc. Nesse sistema o Brasil foi um país fornecedor de matéria-prima (minerais siderúrgicos, carvão, madeira, alimentos e algodão) e, devido às quantidades e ao tempo para escoamento, foi necessária a implantação de uma rede ferroviária.

Essa rede implicou num salto tecnológico impressionante – de parques negociantes tropeiros ou armadores razoavelmente bem sucedidos para empresários de volumes jamais vistos. A ferrovia foi um componente de industrialização e modernização tecnológica.

Em 1867, a São Paulo Railway decide implantar uma linha férrea de Santos a Jundiaí, garantindo o monopólio do acesso ferroviário ao Porto de Santos. Com o aumento da cultura cafeeira a Companhia Paulista de Estradas de Ferro

expandiu-se rumo ao interior, indo para Rio Claro, São Carlos, Barretos, Colômbia (no Rio Grande), Jaú, Bauru e Panorama, incorporando ferrovias menores ao longo desses eixos.

Nesse contexto, foram instaladas duas estações intermediárias para otimizar a captação da produção cafeeira: em Santa Bárbara e em Rebouças. No dia 27 de agosto de 1875, foi inaugurada a Estação Ferroviária de Rebouças² que, aos poucos, viu crescer a cidade no seu entorno, transformando-se em ponto de referência para a localização das casas e terrenos nos anos seguintes.

Em 1916 a diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro solicitou ao seu corpo técnico que fizesse uma análise sobre a possibilidade do uso da tração elétrica. No dia 23 de julho de 1922 (a tempo da comemoração do Centenário da Independência) o primeiro trecho eletrificado, entre Jundiaí e Campinas, estava concluído, sendo tão bem sucedido que, em 1925, cerca de 80% do capital investido, além dos juros dos empréstimos, já estava amortizado. Pelo sucesso de tal sistema a Companhia Paulista contratou a eletrificação de vários trechos de sua linha, inclusive o trecho de Rebouças, entre 1925 e 1926, quando foi implantado o Complexo da Subestação.

Em 1954 a Companhia Paulista chegava ao seu auge contando com quinze subestações, todas do tipo moto-geradoras e alimentadas por uma linha de transmissão exclusiva da ferrovia, sendo a montagem acompanhada por técnicos americanos da General Electric e da Westinghouse.

¹ Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas e Especialista em Restauro pela Universidade Católica de Santos

² Chamava-se Rebouças em homenagem ao engenheiro construtor da ferrovia, Antonio Pereira Rebouças Filho, porém, devido à existência de outra cidade com o mesmo nome no Paraná, mudou-se para Sumaré em 1945 (uma orquídea muito conhecida na região).

Após o seu ápice no programa de eletrificação a empresa iniciou uma lenta e constante decadência que culminou com o sucateamento do sistema no início do ano 2000, tendo passado pelas mãos do Estado, entre 1961 a 1995 e depois para as mãos da União, como pagamento de dívida do Banco do Estado de São Paulo – Banespa. Com isso, pouco mais de 140 anos depois, este núcleo tão importante para a criação do município está esquecido e não faz parte da memória e do cotidiano dos nossos cidadãos.

Vale ressaltar como a eletrificação da malha ferroviária na região provocou mudanças na forma de nossa cidade. No caso de Sumaré a instalação de torres para a passagem dos cabos de energia transformou seu trajeto em duas grandes avenidas, são elas: Avenida Rebouças e Avenida José Mancini. Essas avenidas transformaram de forma definitiva o traçado da cidade que, como muitas outras, têm no início da sua expansão uma barreira divisória, o vale por onde corre um pequeno rio e, à medida que a cidade se desenvolve e cresce, a própria ferrovia resulta também em um limite físico, que a um só tempo une e separa, que catalisa, mas que demanda ser transposto e define o lado onde ficará o centro e o lado oposto, dividindo o espaço urbano em duas partes que tem custos e tempos de deslocamento ao centro diferenciados.

Portanto o edifício da Subestação, parte do Complexo Ferroviário de Sumaré, apesar de ser considerado patrimônio industrial de indiscutível valor histórico e social não difere em nada de tantos outros bens que atualmente precisam ser reconhecidos como parte da realidade urbana e que hoje são ignorados e qualificados como vazios urbanos (*friche industrielle*) sem qualquer possibilidade de uso, pois constituem parte integrante da barreira “divisória” na cidade.

Cabe ressaltar que este Complexo não deve ser entendido como um edifício isolado (Estação ou Subestação), pois a estrutura só tem sentido se compreendida como um todo, interligado a várias outras onde estão presentes diversos elementos: oficina, casa de máquinas, depósitos, moradias operárias, jardim etc. apresentando as diferentes etapas do trabalho, ou

seja, sem a leitura do conjunto, os conhecimentos e as técnicas ficam privados de sentido.

Este bem patrimonial é um elemento muito significativo para a formação da identidade da comunidade e, ao mesmo tempo, tem profundas implicações na problemática e no resgate das áreas centrais merecendo maior atenção, pois sofre além da deterioração física uma depreciação funcional uma vez que foi construído em um contexto histórico com necessidades e procedimentos muito diferentes da atualidade, dificultando a possibilidade de alteração de uso sem conflitar com sua arquitetura, específica para determinado fim agora inexistente. Ou seja, é necessário agregar o seu valor histórico à funcionalidade, tornando-o útil sem desprezar sua história, além de estabelecer uma valorização desta área antes degradada e desconhecida do seu povo.

Neste contexto entra em discussão uma recente proposta para solidificar a unidade do Município criando uma ponte estaiada que ligaria a Avenida Mancini à Avenida da Amizade, utilizando o eixo criado pela “eletrificação” da linha férrea e a conformação urbana existente para garantir a mobilidade na região, de maneira que este se relacione com sua periferia de forma eficaz, sendo ali um ponto estratégico para que esta unidade seja conquistada.

Pois bem, diante de tamanha interferência visual e estrutural no Conjunto que compreende o entorno imediato da Subestação, tombada pelo CONDEPHAEA e CONDEPHAAT, o grande desafio é criar uma estrutura de transposição que dialogue com os prédios existentes, atendendo às necessidades da população e de desenvolvimento da região, porém considerando a importância de um projeto inovador e com significados próprios, sendo possível uma transposição que não agreda o Patrimônio Histórico e sim interaja com ele, transformando-o em paisagem integrada e viva em nossa cidade, sem infringir o que a legislação determina para a proteção do mesmo, como no caso dos conjuntos KKKK em Registro, SESC Pompéia, Pinacoteca do Estado de São Paulo e outros exemplos internacionais.

³ Quando todas as ferrovias do estado de São Paulo fundiram-se em uma única companhia, a Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA.

⁴ Transferência para a RFFSA, com o nome de Malha Paulista.

⁵ Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental de Sumaré

⁶ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo



Ao lado, Subestação de energia elétrica, abaixo Vila dos Ferroviários



Realizações apressadas, para muitas localidades, são colocadas de forma equivocada e podem gerar efeitos secundários bastante perversos e, nas palavras de Jordi Borja, “somente a existência de espaços e equipamentos públicos, acessíveis, seguros, polivalentes, dotados de qualidade estética e de carga simbólica, quer dizer, culturalmente significativos, cria centralidade”.

Para agregar a necessidade de desenvolvimento de nossa cidade e a valorização e utilização de uma área dotada de tamanha importância histórica, discute-se a transformação do Complexo Ferroviário de Sumaré em um Complexo Cultural.

Uma questão bastante pertinente quando se discutem as alternativas de usos desses edifícios, visando a sua inclusão efetiva no patrimônio urbano e, mais especificamente, no patrimônio cultural da cidade é a preservação arquitetônica, neste caso, pensada como possibilidade de efetiva inclusão sociocultural, de modo que as intervenções e revalorizações correntes não recaiam em práticas danosas à

autenticidade dos edifícios.

No caso das intervenções propostas para qualquer patrimônio, as preocupações devem estar centradas no habitante, pois é ele o maior fruidor do bem, portanto acredito na total valorização de uma área completamente degradada através de seu uso efetivo, podendo agregar uma necessidade de desenvolvimento urbano atrelado ao uso adequado e contínuo de um bem patrimonial de tamanha importância para nossa cidade.

Talvez a construção de uma ligação entre a Região Central e a Região de Nova Veneza seja o melhor caminho para atentar os moradores de Sumaré das origens de nossa cidade, transformando um espaço antes relacionado ao progresso e à economia, num ambiente digno de suas memórias e mais próximo de sua população, recuperando um patrimônio histórico ferroviário e reforçando o conceito de centralidade e identidade urbana, além de disponibilizar um equipamento cultural, que desenvolva e possibilite crescimento, convívio e lazer aos munícipes.

A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL HOJE

WELLINGTON CORREIA DE OLIVEIRA

Compreender a Biblioteca Pública Municipal como uma instituição atuante na sociedade é constatar em sua missão e na sua ação o provimento incessante a informação na sua comunidade local, para isso é dever da biblioteca acompanhar os avanços tecnológicos e científicos.

Um fato é importante elucidarmos, que a mera disponibilização da informação não é suficiente para concretizar uma sociedade da informação. É necessário potencializar e desencadear na sociedade um processo de aprendizagem.

As políticas públicas é a porta de acesso às políticas que visam valorizar e dar autonomia ao cidadão através da igualdade de oportunidades e de acesso, participação e integração de todos aos meios e serviços. As Bibliotecas Públicas podem e devem trabalhar para concretizar aos seus leitores e não-leitores atividades, projetos e programas que destinam diminuir a desigualdade.

Atualmente, conforme afirma Apóstolo (2009, p. 1) o uso de informação tornou-se algo vital em nossa sociedade e, portanto, a sua necessidade é sentida em todos os âmbitos da vida moderna. A informação é recurso imperativo para a competitividade empresarial, fator de desenvolvimento econômico, requisito fundamental para o exercício pleno da cidadania e elemento diferenciador, articulador e desencadeador do crescimento intelectual.

Um fato importante na nossa história, apontado por Araújo e Oliveira (2005, p. 33) é que com a invenção da imprensa por Johannes Gutenberg, em 1452, e seu desenvolvimento nos séculos seguintes, ocasionou grandes modificações na produção, no armazenamento e na difusão dos conhecimentos. Desta forma, ocasionou o rompimento do monopólio que a Igreja exercia

na geração e guarda dos conhecimentos e consequentemente, o acesso ao conhecimento deixou de ser um privilégio da elite.

Com a explosão informacional, os livros passaram a serem produzidos em maior número e em menor tempo. Nesse caso, Arruda (2000, p. 02) explica que a existência das bibliotecas torna-se algo extremamente relevante, pois além de contribuir para a organização e disseminação dos documentos, servirá como memória coletiva das experiências existenciais, culturais e científicas, quer seja do indivíduo, quer seja do coletivo. Contudo, Arruda (2000, p. 5) afirma que “é interessante salientar que, com as máquinas, embora tenha uma considerável explosão informacional, o acesso às fontes bibliográficas continuava representando um privilégio de poucos”.

O acesso à informação historicamente, conforme Suaiden (2000, p. 52) nunca foi uma prioridade de governo apesar de inúmeros governos estaduais tomarem a iniciativa de criar bibliotecas públicas, tais bibliotecas não possui-

Um fato é importante elucidarmos, que a mera disponibilização da informação não é suficiente para concretizar uma sociedade da informação. É necessário potencializar e desencadear na sociedade um processo de aprendizagem.

am infra-estrutura mínima para funcionamento e atendimento. “A imagem passou a ser negativa, pelo povo e eram comuns as afirmações de que se tratava de um local de castigo ou para uma pequena elite composta de eruditos” (SUAIDEN, 2000, p. 52)

Outra situação existente até hoje, discutido nos meios educacionais e culturais, segundo Suaiden (2000, p. 55) é que com a falta de bibliotecas escolares ocorreu o fenômeno da escolarização da biblioteca pública, que passou a dar prioridade para o atendimento estudantil em detrimento a outros segmentos da comunidade que também necessitavam dos serviços bibliotecários, portanto, fez com que os alunos se utilizassem das poucas bibliotecas públicas existentes. À medida que esses alunos ocupavam os assentos das bibliotecas públicas em sua maioria, houve um retraimento da população adulta.

Apóstolo (2009, p.1) afirma que o papel das bibliotecas públicas modernas é “ser um centro difusor de conhecimento, um espaço democrático de acesso à informação e um instrumento educador e desencadeador de transformações sociais”. O Manifesto sobre Biblioteca Pública (IFLA/UNESCO, 1994) reforça que “a biblioteca pública - porta de acesso local ao conhecimento - fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais”.

Cunha (2003, 68) reforça que tradicionalmente, as funções básicas da biblioteca pública são: educação, informação, cultura e lazer. Tais funções são inerentes a sua existência e sua atuação varia conforme o contexto social impactando em seu conteúdo, forma e estratégias de atuação. Atualmente com as tecnologias da Informação e Comunicação e as demandas da sociedade é necessário promover a atualização interrupta dos profissionais da informação (bibliotecários e auxiliares de bibliotecas) para que possam exercer de forma plena as funções

básicas em sintonia com as TICs e o novo modelo social.

Os traços que definem a biblioteca pública, conforme observado por Apóstolo (2009, p. 2) são: Universalidade, ou seja, sua missão é servir a todos, sem distinção de crenças, posição política, nacionalidade, idioma ou condição social; Gratuidade, no sentido de que deve oferecer serviços verdadeiramente igualitários para todos, tanto aos que podem pagar quanto aos que não podem fazê-lo – os custos dessa gratuidade devem ser assumidos pela sociedade no seu conjunto, através dos impostos recolhidos pelo poder público; e Inserção Local, pois seus serviços são dirigidos a públicos distintos, identificados através de estudos de usuários – por meio dos quais a biblioteca levanta as necessidades e interesses que nortearão o planejamento de seus objetivos, prioridades e ações.

O MANIFESTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA (IFLA/UNESCO, 1994) orienta que a liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

Finalmente, compactuo do pensamento dos autores Macedo e Mello (2010, p.3) de que a leitura é, ainda, a maneira mais comum para se ter o acesso à informação. Por isso, cabe pensar numa biblioteca com ações culturais voltadas para a promoção da leitura, agindo no sentido de criar situações em que se ressalte a importância social do ato de ler para, dessa forma, equilibrar as funções educacionais, culturais, recreativas e informacionais num trabalho simultâneo.

REFERÊNCIA

APÓSTOLO, M. das M. P. A Biblioteca Pública. *Revista CRB-8 Digital*: São Paulo, v. 2, n. 1, p. 1-2, maio 2009. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/ojs>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

ARAÚJO, Eliany A.; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de. *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29-42.

PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SUMARÉ

FERNANDA BIONDO

A preocupação com a preservação do patrimônio cultural em Sumaré data, oficialmente, de 1987, momento de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Etnológico e Ambiental – CONDEPHAEA. Este órgão municipal tem o dever de zelar pelo patrimônio sumareense e representar os interesses das comunidades locais na proteção de seus bens culturais. É, majoritariamente, por meio do *tombamento*, que o CONDEPHAEA age na preservação do patrimônio sumareense. No caso do Patrimônio Material (edificações, monumentos, paisagens naturais, objetos ou artefatos diversos, etc), o tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação de lei específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. Tombar um bem significa registrar, em livro tombo, sua relevância para um determinado grupo social.

Sumaré possui atualmente quatro bens registrados no Livro Tombo de Bens Imóveis: o prédio da **Antiga Prefeitura** (atual sede da Associação Pró-Memória), tombado em 1998; a **Igreja do Bom Jesus do Matão**, tombado em 2000; o **Complexo Ferroviário** (que abrange a estação ferroviária, o prédio da subestação de energia e as casas dos ferroviários), tombado em 2006; **Antigo Seminário de Sumaré** (atual Prédio do Centro Administrativo de Nova Veneza), tombado em 2008. Vale ressaltar que, além da proteção municipal, o tombamento também pode ser aplicado a nível estadual, por meio do CONDEPHAAT, e a nível federal, por meio do IPHAN. O Complexo Ferroviário, além de ter sido o grande pólo fomentador do desenvolvimento urbano de Sumaré também foi tombado, em fevereiro de 2013, pelo CONDEPHAAT, por representar o processo de ocupação do solo brasileiro, garantindo a ampliação de sua proteção a nível municipal e estadual.

Esses são os patrimônios consagrados de Sumaré. Consagrados, porque são oficialmente reconhecidos e, legalmente protegidos. No entanto, Sumaré possui um rico patrimônio cultural ainda não consagrado, ou seja, omissos das páginas oficiais da história. Não temos no CONDEPHAEA, nenhum levantamento para o reconhecimento do Patrimônio Imaterial sumareense, ou seja, não temos registros dos saberes, habilidades, crenças, práticas, celebrações, lugares, formas de expressão das comunidades locais. É importante frisar que a ausência do instrumento legal de preservação do patrimônio imaterial, como o *registro*, não significa que essas manifestações culturais não existam na nossa cidade. A grande lacuna está na ausência de intervenções que identifiquem os atores sociais responsáveis por essas manifestações a fim de protegê-las.

Apesar deste respaldo legislativo e administrativo, a realidade do patrimônio cultural de Sumaré é, infelizmente, muito complexa. Basta procurarmos uma foto da Praça da República na década de 1960, para observar um cenário completamente diverso do apresentado nos dias atuais. As edificações que simbolizam o estilo de vida de um momento do desenvolvimento populacional e urbano da nossa cidade foram sucumbidas pela especulação imobiliária, que derrubou as paredes da história em prol do capital.

É importante esclarecer que a “*preservação do patrimônio edificado*” não significa o engessamento da cidade de modo a impossibilitar seu crescimento urbano. É muito comum ouvirmos daqueles que pregam as “virtudes do progresso” que preservar o patrimônio é atrasar o desenvolvimento em nome do passado. Pelo contrário! Preservar significa garantir a apropriação de um bem pela geração presente de modo a valorizar seu significado e possibilitar seu usufruto para as gerações futuras. Não se trata de imobilizar e estagnar, em tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa

cultura, fixando seu valor numa condição contrária ao momento presente, causando estranhamento para a população que cria, pensa e vive agora ao seu redor. Preservar significa buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa *releitura* do tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora (BRANDÃO, 1996, p. 51). Ou seja, é preciso pensar os novos significados que um bem representa para a geração atual de modo a redefinir seu uso social.

Em detrimento de substituir o patrimônio edificado por construções “modernas”, ou deixar

o patrimônio imaterial à mercê do esquecimento, é possível preservá-los de modo a fomentar o desenvolvimento social e econômico, com sustentabilidade e qualidade de vida aos moradores de Sumaré. O patrimônio cultural pode ser propulsor do desenvolvimento local, gerando empregos e aumento da renda familiar, apoiando o turismo e as manifestações culturais. Para isso, é importante empenho da gestão pública em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural, ou seja, cabe aos poderes públicos exercer o papel de *mediador* da sociedade civil.



Sumaré – Vista Aérea, 1966

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O ato de tomar ou registrar um bem e sua legislação é apenas um instrumento de proteção por meio das instituições e do Poder Público, pois a tarefa de preservar toda a riqueza cultural de Sumaré, assegurando às gerações atuais e futuras a permanência e o usufruto dos bens que revelam nossa identidade, não é exclusiva da gestão pública. A responsabilidade efetiva de preservar um bem cultural é da sociedade civil, que é a verdadeira detentora deste patrimônio. Este é um dos grandes desafios da gestão do patrimônio cultural: sen-

sibilizar as comunidades locais. Neste sentido, um dos caminhos para nos aproximarmos dessa gestão compartilhada do patrimônio cultural, reside na educação e, mais especificamente, na **Educação Patrimonial**.

Este termo foi oficializado no Brasil em 1983, no âmbito do Iphan, em meio ao contexto de debates nacionais e internacionais sobre o papel educativos dos museus. Inspirada no modelo de *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra, a publicação pioneira da área no Brasil – *Guia Básico de Educação Patrimonial* –, define Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio

¹ BRANDÃO, p. 51

Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA, 1999, p.06). Desta forma, a Educação Patrimonial deve ser entendida como um trabalho permanente de envolvimento de todos os segmentos que compõem a comunidade, visando à preservação dos bens culturais por meio do processo de sensibilização, reconhecimento e valorização de seus patrimônios. No entanto, é preciso atentar ao fato de que a Educação Patrimonial deve partir de uma concepção libertadora, que não desenvolve projetos nos quais as comunidades são tratadas como receptoras de ações instituídas por especialistas, criados de cima para baixo, sem ouvir os principais interessados, sem conhecer o local e as pessoas (SCIFONE, 2012, p. 32).

As atividades educacionais devem considerar as diferentes noções de patrimônio, que ao mesmo tempo se confrontam e se complementam, construindo e reconstruindo significados. Esse espaço de interlocução com a sociedade permite acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais, fortalecendo os vínculos das comunidades com seu patrimônio cultural. As ações educativas devem ser emancipatórias, ouvindo e construindo junto, socializando o conhecimento técnico-científico e, ao mesmo tempo, valorizando os conhecimentos e práticas sociais. Essa perspectiva contribui para a “tomada de consciência dos homens como sujeitos da sua própria história” (SCIFONE, 2012, p. 33) e que valoriza seus contextos culturais, estimulando a *ressignificação* dos bens culturais (FLORENCIO, 2012, p. 25).

Assim, a educação que buscamos deverá fazer a *mediação* da construção coletiva do conhecimento, reconhecendo a existência de um saber local, a fim de

compreender que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios, que se modificam e se transformam constantemente.

Partindo desses pressupostos, podemos nos apropriar da metodologia de Educação Patrimonial, desenvolvida pelo *Guia Básico de Educação Patrimonial*, e adaptar ao território sumareense e seus patrimônios consagrados e reconhecidos pelo tombamento, ou ainda em processo de apropriação e pertencimento das comunidades locais. A proposta metodológica sugere um processo que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta dos fenômenos culturais: *observação, registro, exploração e apropriação*.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SUMARÉ: COMPLEXO FERROVIÁRIO

Para colocarmos em prática toda a discussão levantada por este artigo, é importante exemplificar uma ação de Educação Patrimonial, que possa ser realizada tanto no âmbito da educação formal (escolas e instituições de ensino), como informal (espaços educativos, fora dos muros das escolas), por qualquer pessoa que esteja interessada em conhecer um pouco mais da história de Sumaré e seus bens culturais.

Como exemplo, poderemos citar a Estação Ferroviária de Sumaré, construída em 1875, e considerada o berço do desenvolvimento populacional e urbano do município, para ser o objeto de estudo. Seguindo, então, as quatro etapas da metodologia proposta para a Educação Patrimonial teremos:



Estação Ferroviária de Sumaré

Em detrimento de substituir o patrimônio edificado por construções “modernas”, ou deixar o patrimônio imaterial à mercê do esquecimento, é possível preservá-los de modo a fomentar o desenvolvimento social e econômico, com sustentabilidade e qualidade de vida aos moradores de Sumaré. O patrimônio cultural pode ser propulsor do desenvolvimento local, gerando empregos e aumento da renda familiar, apoiando o turismo e as manifestações culturais.

1ª ETAPA: OBSERVAÇÃO

Esta etapa consiste em aplicar exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, mediação, anotações, jogos e outras atividades que possam orientar na identificação do objeto, sua função e significado, assim como no desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Neste momento, então, é importante fazer um passeio com os alunos pela Estação Ferroviária. Orientá-los a observar, atentamente, todos os detalhes, pelo lado de fora, cada um levando uma prancheta, lápis e papel. Em frente à Estação, pedir-lhes para observarem toda a fachada e seus elementos durante alguns minutos. Passado esse tempo, e virados de costas, solicite que descrevam, por meio de desenho ou escrita, o que eles se lembram do observado (número de portas, janelas, tipo de material, estado de conservação, cor, decoração etc). Depois, pedir-lhes para voltarem ao mesmo local e comparar seus desenhos com o edifício.

2ª ETAPA: REGISTRO

Registrar o que foi observado proporciona a fixação do conhecimento percebido e o aprofundamento da observação e análise crítica. Também exercita o desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional. Dessa forma, por meio de desenhos, descrição verbal ou escrita, fotografias, maquetes ou mapas, o aluno deve procurar responder algumas perguntas que podem ser eficientes para registrar o que foi previamente observado. Divididos em grupos, ou individualmente, devem procurar responder: Como é a construção? Quais cores são aparentes? Quantas salas possui? Quantas janelas e portas? Qual seu estado de conservação? Qual era a função dessa construção? Qual sua função atual? Como era esse lugar no passado? Quem eram as pessoas que a usufruíam?

3ª ETAPA: EXPLORAÇÃO

Esta etapa procura o desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados. Assim o aluno deve analisar os diversos aspectos observados e registrados que chamaram sua atenção e pesquisar sobre eles. Explorar o patrimônio cultural pode ser uma atividade muito interessante para os alunos. A realização de uma pesquisa histórica sobre a Estação Ferroviária pode ser feita por meio da internet, de jornais antigos, de entrevistas com moradores da cidade. A Associação Pró-Memória de Sumaré dispõe de um riquíssimo acervo documental que pode ser fonte de pesquisa para os alunos, que além de investigarem especificamente sobre a Estação, terão a oportunidade de entrar em contato com todo o acervo fotográfico da Associação.

A pesquisa pode conter elementos da construção da

Estação Ferroviária, em 1875, assim como seu contexto histórico e, as principais consequências para a população.

4ª ETAPA: APROPRIAÇÃO

Por fim, esta etapa tem por objetivo despertar o envolvimento afetivo do aluno, internalizando o que foi apreendido, desenvolvendo sua capacidade de auto-expressão, participação e apropriação. Isto posto, para que os alunos se apropriem do bem cultural que estão pesquisando, é interessante desenvolver uma atividade escrita, como uma redação com o título “*Sumaré antes de mim*”. Para isso, eles precisarão pensar como era a vida em Sumaré há mais de 120 anos, ou seja, logo depois da construção da estação e desencadeamento do crescimento populacional e urbano da cidade. Eles devem refletir sobre o processo que transformou Rebouças em Sumaré, no crescimento populacional, na modificação da paisagem, na estrutura de vida e, se sentir parte desse processo. Entender que o momento presente é consequência deste passado não tão distante.

Para a redação eles devem seguir estas instruções: criar um personagem principal, que seja um simples morador de Rebouças, em 1890, ou seja, quinze anos após a construção da Estação e momento em que o pequeno povoado estava em pleno processo de desenvolvimento. Este personagem pode ser um imigrante, migrante ou descendente de escravo, pobre ou rico, homem ou mulher, criança ou adulto. Não existem restrições para a imaginação do aluno. A partir das etapas anteriores ele deve ter condições de, neste momento, refletir sobre este período e criar sua história, observando todas as mudanças ou continuidades deste processo histórico, como a forma de alimentação (não havia alimentos processados ou *fast-food*, como hoje), as roupas, as relações familiares (numa época em que não havia telefone, televisão ou internet), os meios de transporte, a vizinhança, as brincadeiras etc.

Este exercício pode ser adaptado para qualquer objeto ou bem cultural que possa ser um instrumento que permita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, compreendendo o processo histórico, social, cultural e econômico em que está inserido. O processo de compreensão do seu lugar na sociedade fomenta a auto-estima pessoal e das comunidades, além da valorização da cultura e do patrimônio cultural. O patrimônio cultural sumarense pode ser um grande elemento propulsor do crescimento e desenvolvimento do município de Sumaré, desde que reconhecido, valorizado e preservado como tal. Para que este objetivo saia das páginas da utopia e seja realidade, transformando Sumaré numa referência de gestão municipal que valoriza e protege seu patrimônio, é preciso iniciativa e entusiasmo por parte da sociedade civil no intuito de estimular a administração pública neste sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et al.]. *O Difícil Espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.
- FLORÊNCIO, Sônia R. R. *Educação Patrimonial: um processo de mediação*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.
- HORTA, M. GRUNBERG, E. MONTEIRO, A. *Guia Básico de Educação Patrimonial*, Iphan, 1999.
- SCIFONI, Simone. *Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema*. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

ANA CLÁUDIA FERRAZ ORRÚ

A experiência na sala de aula, como aluna e professora, mostra a necessidade de buscarmos alternativas inovadoras que promovam mudanças no ensino tradicional. Na graduação, acompanhamos algumas discussões que criticavam o ensino de história linear ou aquele que excluía os processos históricos individuais. Em algumas disciplinas, discutimos sobre os limites do livro didático e verificamos a dificuldade em produzir esse gênero textual. Surge, assim, a ideia de desenvolver uma oficina de Educação Patrimonial nas aulas de história.

A Educação Patrimonial é “um processo *permanente e sistemático* de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como *fonte primária de conhecimento*” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999: 6). Segundo Machado (2004: 18), a educação é condição necessária para a apropriação e preservação do Patrimônio Cultural pela comunidade. A inserção dessa metodologia nos currículos das escolas de ensino fundamental e médio possibilita que cidadãos de diferentes níveis sociais e econômicos “possam discutir, aprender, valorizar e preservar o patrimônio (OLIVEIRA; WEN-CESLAU, 2007: 24)”.

As atividades foram desenvolvidas com os alunos do 6º ano na Escola Estadual Prof. Carlos Lencastre (Campinas/SP). A proposta surgiu durante a elaboração do trabalho de conclusão do curso (TCC). O objetivo da pesquisa era entender a metodologia de Educação Patrimonial e os benefícios de utilizá-la nas aulas de história. A pesquisa ocorreu no 1º semestre de 2012 e foi dividida em três momentos: estudo teórico; realização das atividades; análise dos dados (trabalhos realizados pelos alunos e entrevistas).

A princípio, desenvolveríamos as atividades somente nas aulas de história, porém outros professores manifestaram o interesse em adotar a metodologia em suas aulas, como as professoras de Matemática e de Hora da Leitura. Segundo Pedro Paulo Funari e Raquel Funari, a metodologia de Educação Patrimonial é inter e transdisciplinar, envolve as disciplinas de História, Artes, Geografia, Matemática, entre outras (2008: 11). Com relação às atividades, sugerimos a escolha de um patrimônio comum – a escola – que seria explorado pelas diferentes disciplinas. Se o nosso objetivo é que os alunos preservem o patrimônio municipal, estadual e nacional, precisamos começar com um patrimônio comum a todos e que muitas vezes é depredado por pichações e lixos no chão. Na aula de Matemática, por exemplo, os alunos fizeram um mapa da sala e a professora ensinou

os conceitos de comprimento, largura e altura.

Nas aulas de história, partimos do patrimônio pessoal para o patrimônio coletivo. As atividades foram divididas em sete aulas. Na primeira aula, sondamos os conhecimentos prévios dos alunos: O que é Patrimônio para você? Em sua opinião, para que serve o Patrimônio? Você conhece algum Patrimônio no município de Campinas? Qual(is)? O que você considera importante preservar no município de Campinas?

Na segunda aula, pedimos que os alunos trouxessem um objeto com o qual estabelecessem uma relação afetiva. O objeto pode ser de uso pessoal ou pertencente à sua família. Sobre o objeto, os alunos responderam algumas questões para explorá-lo, como: Qual é o seu patrimônio? De que material ele é feito? Ele está quebrado? Qual a cor, o tamanho, a forma, o peso e a textura? Qual era a função desse objeto no passado? Quem usou esse objeto? Qual é a atual função desse objeto? Quem guardou esse objeto? Ele é artesanal ou industrial? Qual o significado dele para você?

Na terceira aula, discutimos o conceito de memória e esquecimento a partir da leitura de um conto de Jorge Luis Borges, “Funes, o Memorioso”. As ideias dos alunos foram esquematizadas na lousa. Como atividade, os alunos desenharam um mapa com o caminho da casa até a escola. Assim, ao comparar o mapa e o trajeto, verificariam a ação da memória e do esquecimento.

Na quarta aula, desenvolvemos os conceitos de patrimônio material e imaterial. O patrimônio eleito para o desenvolvimento da atividade foi a própria escola. Os alunos caminharam pela escola (cantina, pátio, escadarias, corredores, quadra, salas de aula, sala de informática) e anotaram no caderno as características que mais chamaram a sua atenção. Sugerimos algumas questões: Como é a sua construção? Qual é a sua função? Quantos andares têm? Quantas salas têm e como são? Como os espaços estão organizados? Quais as atividades realizadas neles? *Qual é o estado de conservação e limpeza: das carteiras; da cortina; das janelas e portas; do pátio; dos banheiros; das paredes?* A última foi fundamental, pois quando os alunos foram questionados sobre se “ajudavam” na depredação do espaço escolar, eles negaram. Porém, quando perguntamos se alguém já tinha jogado um papel de bala no chão ou pichado uma carteira, todos levantaram a mão. Assim, eles começaram a refletir sobre a sua responsabilidade em manter o ambiente limpo e conservado. Os alunos reclamam que a escola está pichada e suja, mas não contribuem para mudar essa situação. Após responder a questão, os

alunos escreveram um texto com o tema “Minha escola, meu patrimônio”.

Nas últimas aulas, buscamos entender quais os lugares e/ou as tradições que os próprios alunos consideravam ser patrimônio cultural de Campinas. A proposta era criar um guia turístico da cidade de Campinas para os turistas que tivessem na cidade durante a Copa do Mundo em 2014. Eles selecionaram os seus patrimônios municipais, pesquisaram na sala de informática com a orientação dos docentes e elaboraram um folder com as informações básicas sobre o local: endereço, horário de funcionamento, custo da entrada, mapa para auxiliar os estrangeiros. A atividade foi realizada em duas aulas. Por fim, retomamos as questões da primeira aula e acrescentamos: Qual a atividade você mais gostou de realizar? Por quê?

A etapa final dessa pesquisa foi a análise de dados e a avaliação. Segundo Horta, Grunberg e Monteiro, “a avaliação da experiência pode trazer subsídios que possibilitem aos educadores enriquecer a aplicação da metodologia utilizada, verificando o nível de envolvimento e compreensão dos alunos com o tema explorado (1999: 52)”.

O aspecto mais interessante que observamos na recepção dos alunos às atividades foi a possibilidade de dar voz a eles. Nos primeiros encontros, os alunos temiam dar a sua opinião, pensando que ela não seria relevante para a construção do conhecimento em sala de aula. No decorrer do projeto, as discussões se aprofundaram e consideramos o resultado positivo. Por exemplo, quando abordamos o tema da memória e esquecimento, muitos alunos, quando começamos a ler o conto, discordaram da palavra “desmemoriado”, dizendo: “tia, tia, eu consigo lembrar de tudo!”. No entanto, depois que lemos todo o conto e começamos a discutir e esquematizar as ideias na lousa, os alunos começaram a citar exemplo no dia-a-dia de como elaboram o seu próprio discurso. E perceberam de forma natural, que quando eles contavam eventos que vivenciaram no passado eles selecionavam certas informações que seriam mais interessantes para a narrativa e corroborariam com o seus argumentos. Aqui poderíamos citar muitos outros exemplos e discussões interessantes que surgiram durante as aulas. Assim,

O aspecto mais interessante que observamos na recepção dos alunos às atividades foi a possibilidade de dar voz a eles. Nos primeiros encontros, os alunos temiam dar a sua opinião, pensando que ela não seria relevante para a construção do conhecimento em sala de aula. No decorrer do projeto, as discussões se aprofundaram e consideramos o resultado positivo.

consideramos que foi um trabalho bastante interessante, pois motivou os alunos a refletirem sobre aspectos do cotidiano, tornando o conhecimento mais próximo e possibilitando a construção contínua do conhecimento por alunos e professores.

Com relação a avaliação da proposta de Educação Patrimonial, segundo Haigert (2003: 33), esta ainda é restrita a projetos isolados – como o realizado nesta pesquisa – geralmente experiências pilotos. Assim, entendemos que muito há o que se fazer em termos de educação para o patrimônio, porém com a oficina percebemos que a metodologia poder ser incorporada às aulas de história, inclusive sem romper com o ensino tradicional, e a proposta possibilita uma participação ativa dos alunos na produção do conhecimento. Não podemos considerar a partir da análise se o projeto promoveu uma consciência nos alunos a respeito da preservação do patrimônio, porém podemos afirmar que ele contribuiu com as aulas de história, aproximando o conhecimento histórico à realidade dos alunos. Neste trabalho, apresentamos algumas ideias dentro de inúmeras possibilidades. Esperamos, com isso, contribuir com a comunidade acadêmica, professores e instituições escolares e incentivar propostas semelhantes que busquem uma educação que considere a realidade dos alunos, sua participação na construção do conhecimento e a valorização do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS:

- BORGES, Jorge Luis. “Funes, o Memorioso”. In: _____. *Ficções* (1944). São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 99-108.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; FUNARI, Raquel dos Santos. “Educação Patrimonial: teoria e prática”. In: SOARES, André L. R. *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007, pp. 11-21.
- HAIGERT, C. Gindri. “Estado da Arte sobre Educação Patrimonial”. In: _____. *Educação Patrimonial: Relatos e experiências*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003, pp. 33-41.
- HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.
- OLIVEIRA, Fabiana de; WENCESLAU, F. Ferreira. “Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio ‘casa de david canabarro’ em Santana do Livramento, RS”. In: SOARES, André L. R. *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007, pp. 23-40.

MEMÓRIA E RESGATE: PRESERVAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL A PARTIR DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE E ASSUNÇÃO, LIMEIRA-SP

ANA CLÁUDIA CERMARIA SOARES DA SILVA

INTRODUÇÃO

Preservar a memória e valorizar o patrimônio é um dos mais profícuos caminhos para ressaltar marcas identitárias. Neste aspecto, diversos locais foram instituídos, como afirmou o historiador francês Pierre Nora, como sendo verdadeiros lugares da memória, capazes de fazer com que o indivíduo, imerso em uma sociedade crítica, possa recorrer para reconstruir e repensar o tempo presente (NORA, 1993). Construída a partir daquilo que representa ou representou, a memória deve ser vista como um fenômeno coletivo e individual, um processo dinâmico, com transformações constantes, uma vez que “(...) as memórias são construídas a partir de subjetividades, ou seja, do que é importante e válido para cada um” (HAIGERT, 2005: 87). Dessa maneira, cada sociedade tem suas memórias, seus valores, e, conseqüentemente, seus próprios patrimônios. Este é um dos pontos levantados para a importância crescente que assumiram os Arquivos, privados ou públicos, como locais de guarda de um patrimônio de valor inigualável.

Muito mais do que apenas definir um passado comum ou possibilitar lembranças, a memória mostra-se como definidora de identidades, histórica ou simbolicamente. Ela possibilita o estabelecimento de relações entre indivíduos, lugares e as relações ali estabelecidas. Assim, como concluiu Jacques Le Goff, “(...) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003: 469).

Neste esforço de preservar a memória institucional e coletiva se enquadrou o Projeto Memória e Resgate¹, já que esta memória é tam-

bém capaz de gerar materiais e acervos culturais. Devido à ligação da Igreja da Boa Morte com a formação da cidade, encontra-se no templo importante acervo elucidativo da história civil e religiosa de Limeira e região, praticamente inédito devido ao pouco acesso aos espécimes documentais. Neste contexto, foi criado o Centro de Documentação e Memória “Bento Manoel de Barros”, buscando congregiar e difundir a cultura, a partir de políticas culturais, em torno dos acervos documentais que a Igreja abriga.

Contudo, estas ações pressupõem um processo de sensibilização e reflexão em relação ao patrimônio cultural, tendo como partida a cooperação da própria comunidade nas atividades. Ao propor resgatar a memória por meio dos acervos culturais, verificou-se a necessidade de atrelar propostas de divulgação, reflexão e sensibilização, justificando-se pelo fato de que serão as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação. Como aponta Camargo:

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio constituído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo, compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. Portanto, são os habitantes da localidade e do entorno imediato os primeiros a ser sensibilizados, com apoio na afetividade, para valorizar o patrimônio. São as comunidades e grupos locais que irão garantir sua preservação, formalmente por intermédio das escolas ou informalmente por intermédio do lazer (CAMARGO, 2002: 98).

O ACERVO CULTURAL DA IGREJA DA BOA MORTE: PRESSUPOSTOS DE ATUAÇÃO E DIFUSÃO

A Igreja da Boa Morte congrega um acervo formado por iconografias (mapas, fotografias, estampas), jornais, livros manuscritos e impressos, correspondências, telas, imaginária sacra, estamparia, têxteis diversos, alfaias e instrumentos litúrgicos, fundamentais para a preservação da memória e escrita da história dos eventos, instituições e indivíduos, em âmbito local e regional. Grande parte deste acervo dá-se em torno da criação de uma congregação religiosa na segunda metade do século XIX: a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção. De maneira diferente das que se apresentavam nas principais irmandades destinadas à veneração destes títulos marianos, a presente em Limeira apresentava-se exclusivamente formada por homens. Com o crescimento da Irmandade, já no ano de 1869, a Nunciatura Apostólica elevou-a, em nome do papa Pio IX, à Confraria.

Com o tempo, a história da Igreja e Confraria confundia-se, muitas vezes, com a da cidade, sendo este um grande norteador para a acumulação documental que dizia respeito à própria organização e outros temas vinculados. Junta-se a isto, desde a sua fundação, é grande sua importância na construção de Limeira, sobretudo nas áreas assistenciais, de saúde (como gênese da Santa Casa de Misericórdia de Limeira) e educação (tendo abrigado em suas dependências, a partir de 1917, a *Escola de Nossa Senhora da Assunção*, posteriormente *Escola Mista Nossa Senhora da Assunção*), que extrapolam o campo religioso. Além disso, ressalta-se a importância da Confraria e da Igreja na constituição da cidade de Limeira por meio da ação tomada pela Igreja Católica até a Proclamação da República (1889), durante o regime do Padroado, quando, sob seus auspícios, estava a guarda do patrimônio civil e religioso². Tais ponderações elucidam a importância do acervo reunido na Igreja para a história limeirense, justificando-o ainda como válido para a compreensão de diversas temáticas históricas e culturais de âmbito local e regional,

sendo profundamente necessário recuperar, construir, conservar e difundir esta História.

Haja vista a importância cultural do acervo, foi criado o projeto Memória e Resgate, tendo por objetivo a catalogação e difusão dos acervos, apresentando que sua importância não está apenas ligada a valores religiosos, mas acima de tudo, na vinculação com a memória que embasa a construção de Limeira, constituindo um patrimônio de inigualável valor cultural, em uma cidade que carece de ações de natureza preservacionista. Dentro do anseio de preservar o patrimônio documental, móvel e integrado do templo, divulgá-lo e criar possibilidades aos pesquisadores e consulentes de acessar o precioso acervo, configurou-se o Centro de Documentação e Memória “Bento Manoel de Barros”, cuja base é a organização, divulgação, preservação e disseminação das informações presentes nos documentos, em torno de questões civis e religiosas e a partir de políticas estabelecidas da área de arquivística e preservação patrimonial.

Assim, em linhas gerais, o Projeto Memória e Resgate e o Centro de Documentação e Memória, tem como fins: I – preservar a memória e a história da Igreja e Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, bem como da cidade de Limeira; II – recolher, organizar, conservar, preservar e divulgar acervos documentais da Igreja e Confraria; III – Institucionalizar um local de reflexão e produção de conhecimento no campo da história da Igreja, da devoção e da Confraria; IV – desenvolver atividades relativas à produção, preservação, divulgação e discussão da memória religiosa e civil de Limeira e Região; V – promover e integrar estudos e pesquisas da história da religião católica e religiosidades de Limeira; VI – propor anualmente uma agenda cultural para a Igreja, promovendo cursos, eventos, exposições de cunho cultural, sempre gratuitos e abertos para a população e VII – realizar atividades de educação patrimonial em parceria com escolas das redes pública e privada.

Como demonstrado, não se busca criar um local que se caracterizaria apenas pelo acúmulo da memória institucional específica e/ou como “depósito” de documentos, mas um lugar de produção, movimentação e transferência de informações. Sua função também se centrará como suporte à pesquisa, com o objetivo de tornar acessível e disseminar a todos os resultados do trabalho e do pensamento humano. Para tanto, busca-se a sobrevivência física e material desse patrimônio documental, visando sua preservação e o acesso por parte dos pesquisadores e população em geral, sobretudo através de medidas de higienização e conservação preventiva.

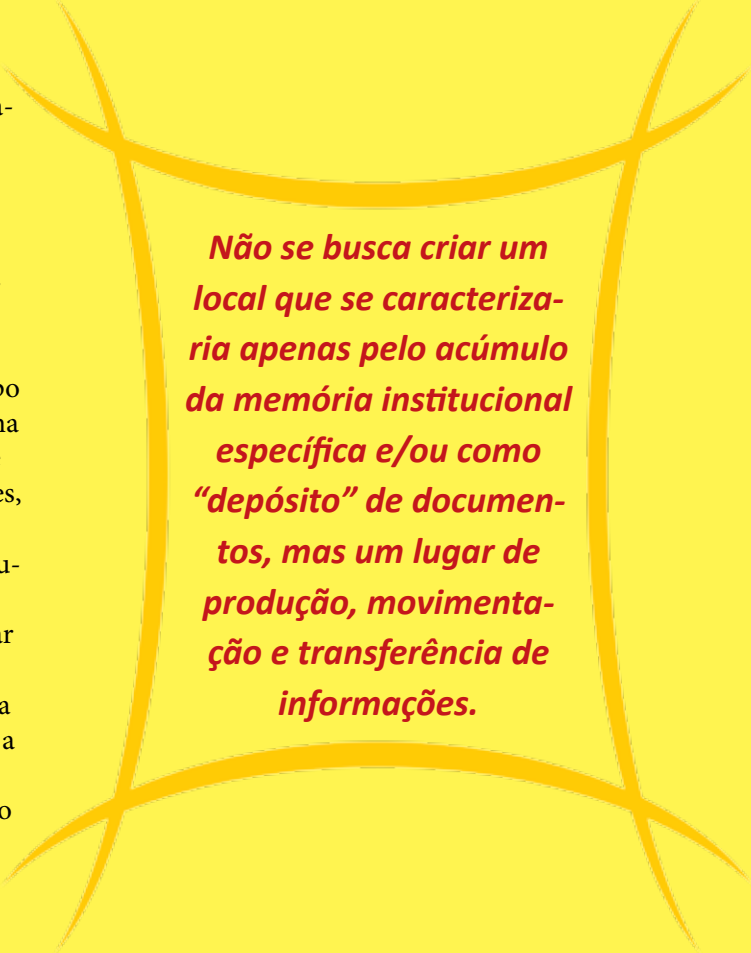
Dada a importância da criação de instrumentos capazes de descrever, de “dar a ver e a conhecer” todo o acervo, sejam eles impressos e/ou virtuais, este se configurou como a primeira etapa deste projeto, uma vez que tais instrumentos são indispensáveis para o trabalho de constituição historiográfica. Como bem reflete Bellotto, “os arquivos permanentes devem, pois, estar munidos de um retrato credível de seu acervo, o que é conseguido através dos respectivos meios de busca” (BELLOTTO, 2006: 175). O instrumento de pesquisa se configurará, assim, como um elemento eficaz de descrição das fontes de pesquisa de um modo geral, a fim de que seja facilitada a busca e identificação de material pelos usuários do arquivo em suas atividades de investigação, além de evitar que os mesmos e as histórias que eles contam se percam com o tempo. Esta atividade dará origem a um inventário destes materiais, levantamento imprescindível devido à grande variedade e rico acervo que a igreja mantém.

No que se refere à difusão do acervo, no aspecto técnico, implantou-se um *site* com informações a respeito da Igreja, Confraria e História de Limeira em geral, bem como um inventário digital a ser frequentemente alimentado. Este tipo de atividade é de grande valia ao pesquisador uma vez que, ao tomar conhecimento dos conjuntos e itens documentais, bem como outras informações, faz com que seu trabalho seja dinamizado, além de possibilitar grande difusão do Arquivo à comunidade científica.

Entretanto, também foi necessário pensar medidas que pudessem levar o acervo até a população em geral que dificilmente teriam acesso a ele. Para tanto, um primeiro aspecto foi vincular a imagem da Igreja da Boa Morte como um patrimônio cultural indispensável para a compreensão

da história da cidade, com a ideia de atrair ao prédio todo o tipo de público, independente de credo religioso. Periodicamente, são ministradas aulas de educação patrimonial nas dependências da igreja, oferecidas gratuitamente às escolas públicas e particulares. O foco centra-se em mostrar aos alunos a construção de sentidos dada ao patrimônio e, de modo didático, o templo passa a se configurar como um grande museu, uma “instituição memória” que guarda diferentes acervos depositados por diversas formas de aquisição, integrando um esforço de dar visibilidade a um passado que é reconstruído graças a processos subjetivos de patrimonialização.

Outro esforço de visibilidade dos acervos é por meio de exposições temáticas, através das quais são desenvolvidos eventos paralelos. Ao invés da montagem de um museu fixo, optou-se por desenvolver exposições temporárias, em paralelo com ações culturais que visam, acima de tudo, trazer a população para este espaço, apontando sua importância como algo que transcende uma dimensão meramente religiosa, consolidando a imagem da igreja como um espaço cultural. Um caso foi a exposição “A Vida Musical na Igreja da Boa Morte”, em maio de 2012, que culminou em um Encontro de Corais no qual esteve presente um dos mais antigos organistas do templo.



Não se busca criar um local que se caracterizaria apenas pelo acúmulo da memória institucional específica e/ou como “depósito” de documentos, mas um lugar de produção, movimentação e transferência de informações.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de trabalho com um acervo específico para a compreensão do que é patrimônio, de um modo geral, apresenta um desafio significativo, acrescido quando este tem uma vertente que envolve elementos de crença. Busca-se, portanto, através de diversas ações e políticas culturais que aliam ensino e aprendizagem, apontar e enfatizar a imagem da Igreja da Boa Morte na chave do patrimônio cultural, espaço que congrega diferentes manifestações culturais que contam a história e a relação de uma comunidade para com o meio ambiente. Ao adentrar a igreja ou conhecendo seu acervo, o intuito é que o objeto e sua imagem ganhem para o visitante um novo significado, um novo estatuto, para além da religião.

Mesmo assim, estes significados nunca são os mesmos, são dinâmicos, graças aos movimentos contínuos da memória, do tempo e da história. No processo de ressignificação da cultura

visual por meio do patrimônio, Regina Abreu questiona:

*se o patrimônio e os museus reinscrevem e re-
lêem, sob novas chaves, a cultura material das
sociedades passadas, como garantir diferentes
competências de ver, diferentes formas de leitu-
ra, diferentes ênfases e formas de discrimina-
ção com relação à cultura material? (ABREU,
2007: 108).*

O patrimônio cultural, seja em sua vertente material ou imaterial, atua justamente no campo de diálogo do visível e do invisível, construindo, de modo estratégico, imagens que atuam no indivíduo, produzindo diferentes práticas e representações. Com isso, a pedra central deste projeto, ao lidar com acervos que carregam uma carga imagética tão forte e pensando sua difusão entre a população em geral, é atentar para os diversos sentidos que constroem cada imagem e que são recriados a cada olhar.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Regina. "Comentário X". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. Nova Série. Volume 15. Número 2. Jul-dez 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CAMARGO, Célia. "Os Centros de Documentação das Universidades: Tendências e Perspectivas". In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP; FAPESP, 1999.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. 3ª edição. São Paulo: Editora Aleph, 2002. Coleção ABC do Turismo.
- HAIGERT, Cynthia Gindri. "Memória: do individual ao coletivo". In: MILDRE, Saul Eduardo Seiguer (org.). *Lepa apresenta: Educação Patrimonial: Perspectivas*. Santa Maria: UFSM – LEPA, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.
- NORA, Pierre. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares" in *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993. pp. 07-28

¹ De início, o projeto enquadrar-se nas previsões do Termo de Ajustamento de Conduta, emitido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em junho de 2010, fls. 05 e 06, na cláusula segunda, item II, letra i: "catalogação e tratamento de todas as peças artísticas e históricas: catalogar todas as obras e documentos depositados, sobretudo, na Capela do Santíssimo e no Coro; esse catálogo deverá conter todas as informações relevantes de todo este conjunto, inclusive com fotos, e com registro dos locais originais onde estavam depositados; realizar trabalho de limpeza e guarda correta de todas as peças".

² Como bem afirma Santos, "os monarcas, em virtude desse regime, dispunham do direito de administrar assuntos religiosos, subordinando as necessidades da Igreja aos interesses da Coroa. Por conseguinte, diversos aspectos do governo civil mesclavam-se com os eclesiásticos no que se referia, por exemplo, ao pagamento dos dízimos e de outros subsídios às paróquias. Isso faz com que os fundos documentais depositados nas dioceses criadas antes da extinção do padroado se tornem complemento importante às fontes de informação arquivísticas de origem civil". Para mais, SANTOS, 2005.

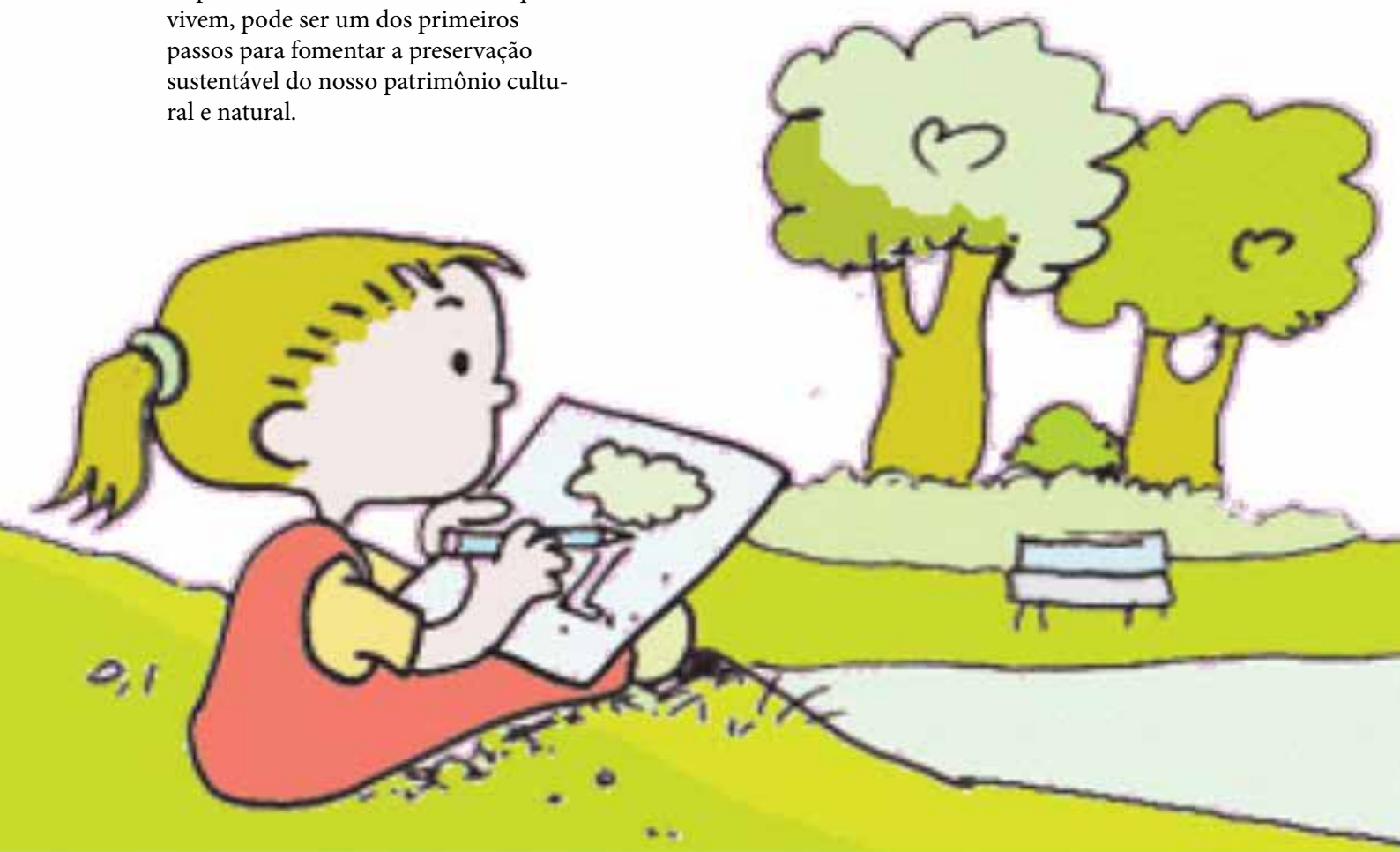
³ Site: www.memoriaeresgate.com.br. Além deste espaço, de caráter institucional, outro caminho de difusão cultural foi a criação de um blog interativo de discussão sobre a história da cidade, chamado "Memórias de Limeira". O objetivo é salvaguardar a memória em torno do patrimônio cultural limeirense, através da colaboração do público em geral. Por meio de descrições e imagens de documentos, obras e monumentos arquitetônicos, rituais e festas, anseia-se resgatar e preservar a memória em torno da cidade de Limeira, seu povo e suas tradições. O endereço é www.memoriasdelimeira.wordpress.com.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ESTRATÉGIAS PARA SALA DE AULA

MÁRCIA HAZIN

Despertar nas crianças a preocupação pelos pequenos detalhes que compõem o mundo em que vivem, é fundamental para que cresçam adultos conscientes. Este pequeno conto, de autoria da arquiteta e urbanista Márcia Hazin, é um exemplo de atividade que pode ser aplicada em sala de aula, em casa ou em qualquer espaço educativo, no intuito de estimular as crianças a refletirem sobre as ações do homem no meio ambiente, os processos de transformações urbanas, e a importância do registro da memória. Sensibilizar as crianças sobre suas responsabilidades sob o meio em que vivem, pode ser um dos primeiros passos para fomentar a preservação sustentável do nosso patrimônio cultural e natural.

Este conto pode ser utilizado de modo interdisciplinar, interagindo alunos de diversas idades. Discussões sobre as mudanças no meio ambiente e nas cidades podem ser levantadas para dar voz às crianças. Também é interessante estimular que pensem em alguma paisagem ou espaço que gostem muito, e desenhem aquele lugar para registrá-lo e mostrar a seus filhos e netos como era sua infância. As possibilidades de atividades a serem desenvolvidas são muitas, e cabe ao professor, ou educador ou qualquer interessado, adaptar esse material a sua realidade.



A Menina que Desenhava

Em uma cidadezinha do interior, vivia uma menina chamada Isabela.

Isabela morava com seus pais e seu irmãozinho. Ela adorava desenhar. Vivia desenhando.

Sua cidade era muito bonita, tinha um parque cheio de árvores, pássaros e um lago com muitos peixinhos coloridos. Isabela adorava a natureza que havia em sua volta.

O céu de lá era de um azul tão azul, mas tão azul, que contrastava com aquelas nuvens tão branquiiinhas.

E o ar? O ar dava gosto de respirar de tão puro.

Mas a medida que Isabela crescia, sua cidade também crescia. Mas tinha um problema; A cidade dela crescia desordenadamente, e por isso foi acontecendo uma coisa horrível.

De repente as árvores foram desaparecendo e em seus lugares foram surgindo prédios, foram surgindo fábricas, lojas e outras coisas mais.

Então, Isa começou a ficar muito preocupada, pois aquelas cores que ela tanto gostava, o verde das árvores, o azul do céu, o vermelho das flores, aos poucos foram desaparecendo. Foi aí que ela teve uma grande idéia;

Antes que todas aquelas cores deixassem de existir, ela foi desenhando e pintando, que era pra não esquecer nunca mais de como era toda aquela natureza que um dia existiu ali.

Ela começou pelo parque. Fez então um desenho lindo, com todas aquelas árvores bem verdinhas. Foi ótimo, pois, no outro dia, destruíram o parque para fazer um shopping no lugar.

Então, ela fez um desenho daquele céu azul, com aquelas nuvens branquinhas. Foi bem na hora, pois no outro dia inauguraram uma fábrica que soltava uma fumaça terrível e a cidade não viu mais aquele céu azul.

Depois Isabela resolveu desenhar o lago com os peixinhos. E sabe que no outro dia resolveram despejar o esgoto da cidade justamente neste lago? Ainda bem que tinha um riozinho que ligava esse lago ao mar e foi por aí que vários peixinhos fugiram, inclusive “Biu”, o peixe-boi que morava lá. Infelizmente os que não conseguiram fugir acabaram morrendo.

A menina começou a prestar atenção nas pessoas que moravam na cidade e observou que elas não tinham mais aquela alegria de antes, viviam preocupadas, sempre com pressa, e até meio cinzentas. Nem tempo para contar ou ouvir histórias elas tinham mais, coitadas...

Isabela sabia que as pessoas estavam daquele jeito porque não tinham mais aquelas cores em suas vidas, foi aí que ela teve outra grande idéia. Para que as pessoas pudessem lembrar de como era bonita sua cidade, ela ampliou e espalhou seus desenhos para que todos vissem.

Naquele dia aconteceu uma coisa extraordinária; as pessoas realmente pararam para ver os desenhos, a fábrica parou, os carros pararam, e todos ficaram super emocionados lembrando de como eram felizes vivendo com toda aquela natureza por perto.

Aconteceu então, que as pessoas perceberam que tinham de fazer alguma coisa para trazerem as cores de volta.

Decidiram que iriam replantar as árvores, organizar as fábricas para que elas não poluíssem o meio ambiente, resolver de outra forma o problema do esgoto para que os peixinhos voltassem. Decidiram então tomar todas as providências para que a natureza não fosse outra vez tão esquecida.

Tudo isso foi feito e aquela cidade voltou a sorrir.

Sabe o melhor?

Isabela, a menina que desenhava, entrou para a história daquela cidade, pois fizeram uma estátua para ela no meio da nova praça, cheia de árvores e pássaros. Sabe o que mais?

Biu, o peixe-boi, voltou para o lago e trouxe toda a sua família.

O ENSINO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL: O CURSO OBRA-ESCOLA NA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA DOS MILITARES

LAURA ALECRIM

A conservação do patrimônio cultural só é possível com o conhecimento das técnicas construtivas tradicionais – a fim de compreender o bem – e da maneira de exercê-las – de modo que seja possível a reprodução deste fazer (TINOCO, 2012). Diante da importância deste saber fazer, em constante ameaça em um mundo em processo de globalização e homogeneização cultural, as técnicas construtivas tradicionais podem ser compreendidas como um patrimônio intangível, que deve ser preservado (CASTRIOTA, 2012).

A ausência de mão-de-obra qualificada é um dos grandes obstáculos para o sucesso das intervenções no patrimônio cultural. Estas ações demandam pessoas treinadas para conduzir intervenções e processos de decisão levando em conta a complexidade e a multidisciplinaridade desse campo. Há uma preocupação crescente com a formação de gestores na área de conservação e restauro, com cursos de especialização e pós-graduação¹. Entretanto, pouco se faz no Brasil para a capacitação de mestres e técnicos em restauro, aqueles que efetivamente irão lidar com o bem patrimonial². Com este objetivo, foi desenvolvido em 2010 o *Curso Obra-Escola de Restauração na Igreja de São João Batista dos Militares*, um projeto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizado pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI).

A Igreja de São João Batista dos Militares (figura 01), construída por volta de 1570, foi um dos poucos monumentos a sobreviver ao incêndio provocado pelos holandeses em 1631,

provavelmente por estar situada fora das portas da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco. Da segunda metade do século XVIII até o final da década de 1930 a igreja de São João teve um papel religioso e cultural importante junto à comunidade de Olindense, em especial nas festividades juninas e nas atividades educacionais complementares, a partir da oferta de cursos, como pode ser percebido no depoimento de Dona Anecy, moradora vizinha a Igreja:

Desde que nasci essa igreja está aí. Faz parte da minha vida. Tinha missa nas quintas feiras. O mês de maio era o mês mais movimentado com festividades. Tinha novenas de Santo Antônio, São João e São José. Claro que gostava e sinto falta, porque sou católica... Existia a procissão do Bom Jesus dos Martírios, mas não tem mais esta procissão há uns 30 anos. Os soldados de Socorro vinham tocar numa banda que acompanhava a procissão. Esta procissão é muito antiga, existia desde antes de eu nasci, eu fui anjo da procissão, a minha mãe fazia cachos em meu cabelo para me aprontar como anjo. [...] Mais ou menos em 2000, a 7ª RO de Olinda veio pintar e lavar a igreja, nesta época ainda tinha missa. Este ano teve a procissão de São João, fazia 5 anos que não saía. A Bandeira saiu de Socorro, teve fogueira e teve o tríduo” (Dona Anecy, moradora vizinha da Igreja)³ apud CECI, 2006)

Embora revestida de significado, a Igreja passou por um longo período de abandono, atingindo um momento crítico em maio de 2009, quando parte do telhado desabou (figuras 02 e 03).

¹ A exemplo dos cursos ministrados pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), como a especialização em *Gestão da Conservação Integrada, Urbana e Territorial (Integrated Territorial and Urban Conservation – ITUC)* e o *Curso de Gestão em Restauro* (para mais informações sobre os cursos ver Zancheti (2007) e Tinoco (2012), respectivamente).

² Dentre as iniciativas com este fim destaca-se a instalação das Oficinas-Escola (Escuelas Taller) em João Pessoa, Salvador e São Luis, implantadas em 1991, 1997 e 2006 respectivamente (NUNES & TAYLOR, 2012).

³ Em entrevista concedida ao CECI quando da elaboração do Projeto de Restauração e Adaptação da Igreja de São João, concluído em 2006.



Figura 01: A Igreja de São João Batista dos Militares em 1947 (Acervo do IPHAN)



Figura 02: A Igreja após o desabamento de parte do telhado (Acervo do CECI, 2009)



Figura 03: A Igreja após o escoramento do telhado (Acervo do CECI, 2009)



Figura 04: A Igreja antes do início do restauro (Acervo do CECI, 2011)

Seguindo a linha da sustentabilidade social, a restauração da igreja foi planejada nos moldes de uma obra-escola. O principal objetivo do projeto foi restaurar a Igreja de São João Batista dos Militares envolvendo membros das comunidades vizinhas de modo a sensibilizar estes moradores da importância da preservação do patrimônio cultural, em especial a Igreja em questão. Foram escolhidos 20 aprendizes, todos moradores do entorno da Igreja. A equipe de professores e instrutores era formada por arquitetos, especialistas em conservação e mestres de ofícios e auxiliares. Os arquitetos e especialista eram membros do CECI, sediado também na cidade de Olinda, a cerca de 800 metros da Igreja. Os mestres e auxiliares

instrutores eram moradores da vizinhança da própria Igreja. A escolha por envolver membros da comunidade se deu por dois motivos: (1) o grande valor que a Igreja já possuía para a sociedade é incrementado com a participação popular; (2) o conhecimento prévio entre instrutores e aprendizes favorece a relação entre eles.

O conceito do curso pode ser sintetizado na figura 05: especialistas em conservação e mestres de ofícios da comunidade, ao utilizar a restauração da Igreja de São João Batista dos Militares como objeto de estudo atinge a capacitação de membros da comunidade nos ofícios tradicionais da construção e favorece o reconhecimento deste bem – e de outros – como patrimônio cultural.



Figura 05: Esquema conceitual do Curso Obra-Escola

A ESTRUTURA DO CURSO

O desenvolvimento do Curso Obra-Escola de Restauração na Igreja de São João Batista dos Militares foi dissociado da restauração do monumento, de modo que imprevistos e atrasos em um não comprometessem o desenvolvimento do outro. Deste modo, o aprendiz desenvolveu seus saberes e habilidades de modo independente, utilizando a restauração do bem como *objeto de estudo* para observação. Os aprendizes não trabalharam diretamente no monumento, nem foram aproveitados como mão de obra para o desenvolvimento dos serviços. O aprendizado se deu inicialmente pela observação da atuação do mestre e, em seguida os aprendizes treinaram suas habilidades em modelos reduzidos, preparados especificamente para fins didáticos. Assim, foi garantido que apenas trabalhadores qualificados atuassem no bem e o conhecimento passado

para os aprendizes foi maximizado.

Os aprendizes foram capacitados como auxiliares de restauro. Este foi identificado como o *primeiro passo* para aquele que deseja se especializar nos ofícios tradicionais. O curso foi estruturado de modo que o aprendiz adquirisse conhecimentos gerais em diversos ofícios, podendo tomar uma decisão mais consistente adiante em sua carreira e se especializar em um ofício específico.

O curso foi gratuito e, diferentemente do praticado em outros casos, o aprendiz não recebeu nenhum apoio financeiro. Esta decisão se baseou na observação prévia de que, em função da situação socioeconômica particular destes aprendizes, alguns deles eram atraídos pela remuneração e não pelo desejo de adquirir conhecimentos. Sem este apoio financeiro, os aprendizes foram obrigados a investir *tempo e dedicação* no trabalho que estava sendo desenvolvido.

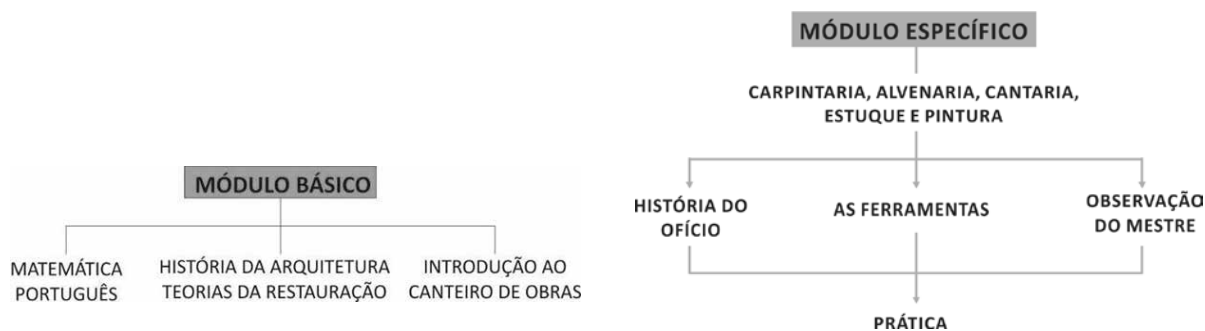


Figura 05: Esquema conceitual do Curso Obra-Escola

O curso foi organizado em dois módulos: um módulo básico e um módulo específico (figura 06). O primeiro teve um objetivo triplo. Depois de identificadas as deficiências em português e matemática, as aulas destas disciplinas tiveram por fim nivelar o conhecimento dos aprendizes. As aulas de matemática tiveram por objetivo relembrar aos alunos noções básicas de ensino médio, sempre com a resolução de exercícios que simulavam situações cotidianas em um canteiro de obra. As aulas de português foram focadas na interpretação e produção de texto, relacionados a Igreja de São João Batista dos Militares e/ou noções de conservação e restauro.

O segundo objetivo do módulo básico foi fornecer aos aprendizes noções de História

da Arquitetura, em especial relacionada à cidade de Olinda, e noções em Teorias da Restauração, indispensáveis para aqueles que trabalham nesta área. As aulas mais marcantes de história foram a aula de visita ao Sítio Histórico de Olinda, com discussão de sua história e a aula seguinte, quando os alunos reproduziram a interpretação que eles tinham do Sítio Histórico nos tapumes da Igreja de São João Batista dos Militares (figuras 07 e 08). As lições sobre as teorias da conservação foram particularmente interessantes (figura 09). Foi um desafio para a equipe de professores trazer discussões tão complexas, normalmente discutidas entre especialistas, para leigos. O ponto fundamental das aulas ligadas a esta temática é introduzir o aprendiz – e futuro auxiliar – no pro-



Figura 07: Os aprendizes estudando e conhecendo a arquitetura da Igreja (Acervo CECI, 2011)



Figura 08: Os aprendizes ao fim da pintura dos tapumes (Acervo CECI, 2011)



Figura 09: Discussões sobre os trabalhos do CECI (Acervo CECI, 2011)



Figura 10: Dinâmicas entre aprendizes e instrutores (Acervo CECI, 2011)

O módulo específico foi relacionado aos ofícios: carpintaria, alvenaria, cantaria, estuque e pintura (figura 06). Os aprendizes inicialmente tiveram aulas introdutórias sobre a história do ofício em questão. Em seguida eles foram apresentados às ferramentas do ofício, incluindo instruções para o manuseio. O ponto mais importante deste módulo foi a constante relação entre aprendizes e instrutores. A metodologia utilizada consistiu na

transmissão tradicional do conhecimento, como nas corporações de ofícios, na qual o mestre passa o seu conhecimento aos aprendizes. Primeiro os aprendizes aprenderam os ofícios por *observação* das atividades desenvolvidas pelo mestre nos serviços de restauração da Igreja. Então, guiados pelo mestre, eles desenvolveram algumas atividades em modelos reduzidos desenvolvido para este fim (figuras 11 a 15).



Figura 11: Estudo de estruturas de telhado com modelos reduzidos (Acervo CECI, 2011)



Figura 12: Instruções na extinção e hidratação da cal calcítica (Acervo CECI, 2011)



Figura 13: Módulo Específico, técnicas de elevação de alvenarias – Instrução do Mestre (Acervo CECI, 2011)



Figura 14: Módulo Específico, técnicas de elevação de alvenarias – Prática dos alunos sob orientação do mestre instrutor (Acervo CECI, 2011)



Figura 15: Módulo Específico, técnicas de elevação de alvenarias – Prática dos alunos sob orientação do mestre instrutor (Acervo CECI, 2011)

As temáticas desenvolvidas no módulo básico foram constantemente revisitadas. De modo a fixar melhor o aprendizado e desenvolver um material para consultas futuras, foi solicitado aos aprendizes o desenvolvimento de um Diário do Curso. Ao mesmo tempo, este instrumento funcionou para treinamento das habilidades em português, em especial a confecção de textos (figura 16). Foram também realizadas diversas aulas com ênfase em solução de problemas de matemática cotidianos em canteiros de obra. Nestas, o professor de matemática deu lugar ao mestre de carpintaria, evidenciando para os alunos a real necessidade de conhecimento dos temas discutidos primeiramente em sala.

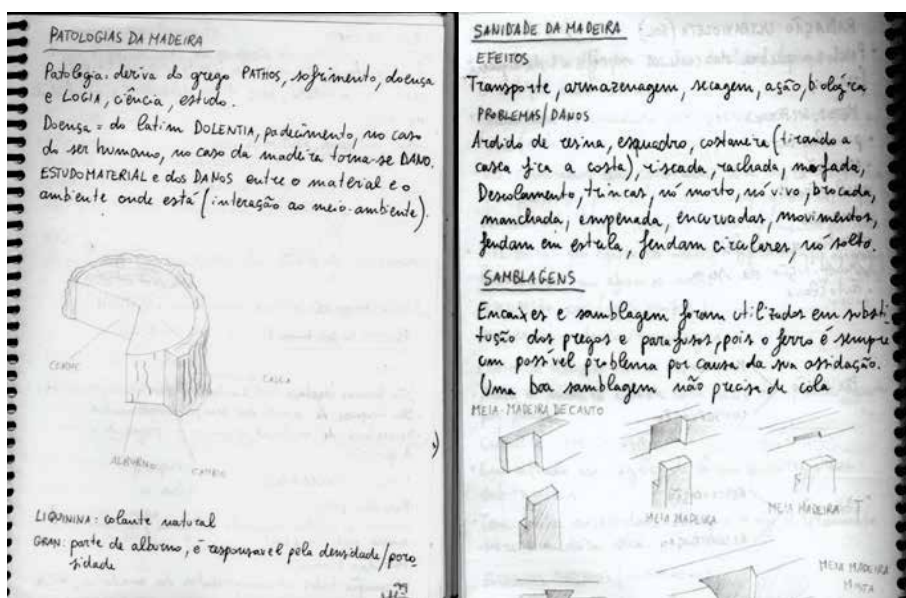


Figura 16: Anotações no Diário do Curso (Diário do aprendiz Francesco Cescato / CECI, 2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso-obra escola de Restauração na Igreja de São João Batista dos Militares não se propunha a solucionar o problema de mão de obra qualificada para os serviços de restauro e muito menos solucionar os problemas sociais que envolvem a vida de seus aprendizes. Ele teve por objetivo dar um *passo* nesta direção. Doze, dos vinte, aprendizes finalizaram o curso que durou quase um ano. Alguns deles desistiram diante da necessidade de remuneração e outros porque não se identificaram com o tipo de trabalho. Apesar da evasão, podem-se considerar

os resultados satisfatórios. Mesmo antes do fim do curso, dois aprendizes já estavam trabalhando em outros serviços de restauro. Para além da capacitação dos trabalhadores, o curso contribuiu para aumentar o reconhecimento público da importância do patrimônio cultural, a partir do envolvimento de membros da comunidade não apenas como aprendizes, mas como instrutores e mestres de ofício. Através da participação direta destes membros no processo de restauração, um sentimento de pertencimento para com o bem é criado – o que se expande para demais membros da comunidade.



Figura 17: Procissão de São João. Largo do Amparo (Sepacstur/PMO, foto de Otávio Meira Lins – 1928)



Figura 19: Os fiéis lotaram a Igreja na missa de reabertura (CECI, 2012)



Figura 18: Chegada da imagem de São João à Igreja (CECI, 2012)

Através da participação direta destes membros no processo de restauração, um sentimento de pertencimento para com o bem é criado – o que se expande para demais membros da comunidade.

Após dez anos fechada, Igreja foi reaberta para a comunidade no dia de seu santo padroeiro, São João (figuras 17 a 20). A participação da comunidade no evento foi intensa, relembrando as festividades da memória de Dona Anecy mencionada no início do texto ou a da procissão de 1928 na Figura 17. No dia 24 de junho de 2012, a imagem de São João passou em procissão pela cidade, saiu da Igreja de Nossa Senhora do Guadalupe, acompanhados pelos membros da Irmandade, fiéis, demais autoridades e devotos. Na Igreja de

São João muitos fiéis já aguardavam o cortejo que foi recebido com o replicar do sino, fogos e uma chuva de pétalas de rosas vermelhas. A missa solene de reabertura e bênção da Igreja foi celebrada pelo arcebispo metropolitano de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido. A Igreja voltou a fazer parte da vida da comunidade. Espera-se que este sentimento previna que a igreja seja mais uma vez abandonada e garanta a sua preservação, assim como a de outros monumentos nas proximidades.



Figura 20: A Igreja após concluído o restauro (CECI, 2012)

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Marie-Theres et. al. (org). **Training Strategies for World Heritage Management**. Deutsche UNESCO-Kommission, 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo. O Registro dos Mestres Artífices: Preservação do Saber-fazer da Construção Tradicional. IN: PIMENTA, Margareth (org.). **Mestres artífices de Santa Catarina**. Brasília: IPHAN, 2012.
- ICOMOS (International Council on Monuments and Sites). CIF (Comité International pour la Formation) **Guidelines for education and training in Conservation of Cultural Heritage**. Paris, 2011. Disponível em: <http://cif.icomos.org/pdf_docs/CIF%20Meetings/Guidelines/Guidelines%20training%20english_Paris%202011.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- JOKILEHTO, Jukka. An international perspective to Conservation Education. IN: **Built Environment**. v.33, n.3, 2007. Disponível em: <http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Built%20Heritage%20Jokilehto.pdf> Acesso em: 21 nov. 2012.
- LYNCH, Gerard. Putting Value Back Into Craft Education - ITES Keynote Speech 6 October 2005. **Forum Journal - The National Trust for Historic Preservation**, v. 19, n. 4, Summer 2005, Washington.
- NHTG [National Heritage Training Group]. **Traditional Building Craft Skills: assessing the need, meeting the challenge**. London, 2005.
- PENNA, Karla Nunes. TAYLOR, Elisabeth. Utilização da conservação patrimonial material como instrumento de inclusão social: avaliação do programa Escuelas Taller no Brasil. IN: **1º Seminário da Rede Conservar_BR: A conservação do patrimônio no Brasil - Teoria e Prática**. Anais... [online]. Disponível em: <www.ceci-br.org/ceci/br/component/content/article/631.html> Acesso em: 17 nov. 2012.
- TINOCO, Jorge Eduardo Lucena. Teoria e prática da conservação: as experiências do CECI no uso de materiais e técnicas tradicionais. **Textos para discussão**. Série 2 – Gestão de Restauro, v.54, 2012. Disponível em <www.ceci-br.org/ceci/br/publicacoes/textos-para-discussao.html> Acesso em: 07 dez. 2012.
- UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagenes/0013/001325/132540por.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2012

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: A POSTURA CRÍTICA COMO METODOLOGIA DE ATUAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

JOÃO PAULO BERTO

O trabalho com o Patrimônio Cultural, sobretudo no viés de difusão por meio de práticas educacionais, envolve diversos conhecimentos e, acima de tudo, grandes doses de criatividade a fim de que as instâncias da materialidade e imaterialidade sejam capazes de amparar discursos em torno da memória e identidade construídos pelos mais diferentes sentidos. Entre estes, a visualidade adquire papel fundamental, produzindo uma cultura em que os mais diferentes tipos de bens culturais (sejam prédios, monumentos, livros, pinturas, modos de fazer e saber) são integrados em um esforço de suscitar um passado que é reconstruído a cada dia graças a processos subjetivos de patrimonialização. Isto posto, como pensar metodologias de trabalho e difusão destes acervos multifacetados, a fim de que os receptores destas mensagens não se coloquem apenas como meros espectadores de histórias memorizadas sobre prédios ou obras de arte que são, aleatoriamente, repetidas? É sobre este aspecto que este texto se centra, reunindo propostas de como suscitar um olhar crítico de educadores e outros responsáveis pelo patrimônio nos processos de sensibilização para com os bens culturais.

É mais do que consenso que a ideia de Patrimônio Cultural, em suas mais diferentes acepções, é uma construção subjetiva, ou seja, em última instância, sua escolha e elevação às honrarias de um instrumento de preservação (tombamento, registro, chancela) dependem sempre da aprovação e escolha de um grupo de pessoas. Neste aspecto, a questão sempre é: como retirar algo, dentro de uma diversidade de bens culturais, e dar a ele uma marca que o torna diferente dos outros? Como se dá a constituição de valores e discursos?

Os processos de patrimonialização e de musealização articulam-se substancialmente por meio de discursos que são, em base, imagéticos.

Contudo, estes processos são datados e nascem sob o estigma de seu contexto cultural que, como mostrou Manoel Salgado Guimarães¹, partilha de dado regime de historicidade. O que hoje sai da clandestinidade para receber as luzes de algum instrumento de preservação, frequentemente é diferente de algo de outros períodos históricos. Mesmo assim, de um modo geral, seja em sua vertente material ou imaterial, o patrimônio atua justamente no campo de diálogo do visível e do invisível, construindo, de modo estratégico, imagens que atuam no indivíduo, visualizações do passado. Porém, dada a complexidade do tema, a questão é: como apresentar estas nuances às comunidades, elas próprias as produtoras de sentido que elegem um bem cultural à categoria de patrimônio, seja ele reconhecido ou não por um órgão de preservação?

Em primeiro lugar, vale entender que o patrimônio cultural, segundo a definição do IPHAN,

“(...) faz parte da vida das pessoas de uma maneira tão profunda, que algumas vezes elas não conseguem nem mesmo dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas caso elas o perdessem, sentiriam sua falta. Como, por exemplo, a paisagem do lugar da infância; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira” (IPHAN, 2003, p. 15)

Assim, um processo educativo que se proponha eficaz em levar esta ideia e anseie sensibilizar os grupos acerca de sua preservação deve partir, inicialmente, da valorização dos bens culturais de cunho individual. Somente assim será possível levá-los a compreender a importância dos acervos representativos para a comunidade de modo geral. Um relógio doado pelo avô, uma foto de casamento, um brinco que passa de geração em geração. Tais bens guardam

a história e a memória de uma família, sendo, portanto, importantes e de referência para um grupo restrito de pessoas. Em uma situação hipotética, se alguém externo questionar a sua importância, indubitavelmente tais pessoas saberão defendê-los e mostrar seus valores por meio de discursos.

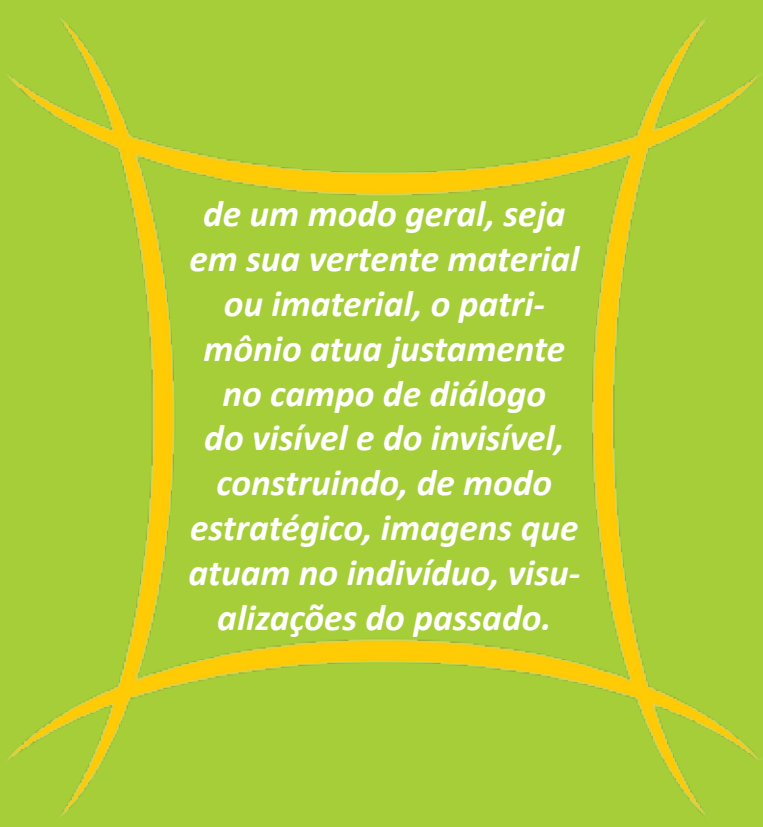
Assim, ao partir de uma matriz de alcance limitado para elementos de representação coletiva, a construção de laços de pertencimento que ligam pessoas de diferentes formações ou origens será mais eficaz, levando a um olhar sobre o patrimônio que vai além da relação “preservar por preservar” ou ainda, “preservar porque é antigo”. As imagens do passado, nesta relação dual, passam a estar imbuídas de sentidos que perpassam uma interpretação simplista. Ao amparar-se neste processo metodológico, como bem aponta Ulpiano Bezerra de Menezes, “a partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva na apresentação visual, ganha-se notável impacto pedagógico” (MENEZES, 1994, p. 10).

Uma constatação é que o patrimônio cultural passa a ser quase sempre trabalhado com alunos ou outros grupos pautado em narrativas históricas sobre os bens. Entende-se que são os discursos que mantêm a vitalidade dos diferentes acervos. Contudo, a crítica a estas metodologias de trabalho é que, muitas vezes, as falas centram-se apenas no que é exótico, diferente e longínquo. Assim, por exemplo, é interessante observar como uma edificação não se torna patrimônio cultural de uma determinada comunidade por sua técnica construtiva, por sua história, por ser uma referência cultural ou por fornecer sentido e identidade aos grupos, mas apenas por ter uma cadeira que o imperador utilizou, por ser antiga ou por ter uma portada curiosa.

Não se quer, de modo algum, dizer que isto não é importante. Porém, a vitalidade de um bem cultural deve partir da produção de um olhar crítico-reflexivo que leve as pessoas a serem também agentes na produção do conhecimento. Para Menezes, assertiva que usa para pensar os museus, mas que bem se aplica ao patrimônio cultural em geral, o que se questiona é um modelo único de trabalho e abordagem. Segundo o autor, dever-se-ia superar estas homogeneidades e passar a trilhar diversas direções que podem “(...) trazer uma contribuição específica (e, portanto,

insubstituível), na produção do conhecimento histórico” (MENEZES, 1994, p. 10), alargando e aprofundando a consciência crítica. Em outras palavras, os grupos devem ter autonomia na produção da ideia de patrimônio cultural, questionando dados históricos que são repetidos sistematicamente e o entendendo como vetor de processos culturais amplos.

Eis a diferença básica entre fazer e apenas contar a história: os bens culturais guardam em si memórias e o que se deve procurar ao explorá-las não é a versão “correta” ou “adequada ao estado da disciplina”, mas como esta memória multifacetada e socialmente localizada está ali representada, tornando-se um componente fundamental da vida cultural (MEZENES, 1994, p. 40). Em outras palavras, o bem cultural torna-se um laboratório para se entender um determinado período e suas relações e os processos contemporâneos que deram a ele o estigma de patrimônio cultural. Cada um, com isso, deve ser suscitado a questionar e a interpretar a realidade que lhe é posta; somente assim há a valorização e a preservação de modo conjunto: porque este prédio é importante para minha cidade? Como ele representa a mim e a outras pessoas? De que modo esta técnica tradicional foi utilizada? De onde vieram as informações sobre esta construção – estão corretas? Como este bem cultural pode estar interligado a outros?



de um modo geral, seja em sua vertente material ou imaterial, o patrimônio atua justamente no campo de diálogo do visível e do invisível, construindo, de modo estratégico, imagens que atuam no indivíduo, visualizações do passado.

a vitalidade de um bem cultural deve partir da produção de um olhar crítico-reflexivo que leve as pessoas a serem também agentes na produção do conhecimento.

Portanto, um modo de abordagem do tema do patrimônio seria pensá-lo em conjuntos, a partir de redes simbólicas capazes de criar quadros comuns de referência que incluem os saberes, as crenças, as técnicas, a arte, o direito, os costumes e todas as maneiras de viver em sociedade. Levando em conta a importância da subjetividade no processo de construção do conhecimento e entendendo que as ações são sempre ressignificadas pelos discursos que criamos, é necessário entender que a cultura insere o indivíduo em redes de emaranhados que são baseadas na experiência e na vivência – construindo, assim, o que se entende por bens culturais. O Patrimônio Cultural, nesta chave entre a cultura e o social, torna-se um signo ao ser capaz de mediar, de modo relacional, o homem com o seu passado, suas tradições, seus saberes e fazeres. Com isso, os bens podem sintetizar um conjunto de características de modo manifesto ou não, despertando sentimentos que irão determinar, entre os grupos, a importância e a apropriação de um bem cultural.

Por isso, uma possibilidade de trabalho educativo na área de patrimônio seria aquela capaz de despertar o olhar para os bens culturais além de apenas sua importância histórica, mas vendo neles oportunidades de compreensão de aspectos múltiplos: porque não trabalhar um monumento vendo nele questões da matemática, física ou biologia? Mais uma vez, a cultura visual assume função significativa no processo de valorização e qualificação dos bens culturais através de realidades que não são

óbvias. Por exemplo, os processos de oxidação (pátina) de um conjunto de monumentos em bronze possibilitariam aos professores de química e física possibilidades ímpares de estudo *in loco* de assimilação de conteúdos, além de difundirem o valor pela importância dos acervos de uma comunidade, verdadeiros objetos do conhecimento.

Por outro lado, os famosos “roteiros históricos” das cidades, estáticos e, muitas vezes, arbitrários, poderiam ser partilhados, ao pensar redes simbólicas norteadas por discursos construídos de acordo com as necessidades e abordagens, tais como redes de bens de natureza imaterial, representativos da cultura afro-descendente, de um acervo distintivo das técnicas construtivas tradicionais ou ainda dos modos de sociabilidades em determinado contexto cultural. Com isso, a história, elevada como a única disciplina chave para entender estes bens, passa a embasar discursos que vão além, avançando pela ideia da multi e da transdisciplinaridade e de que os bens culturais estão congregados nas mais diferentes manifestações e expressões. Juntamente, os indivíduos passam da condição de meros *voyeurs* para construtores e críticos das múltiplas realidades que os cercam, ampliando possibilidades discursivas que levam à sensibilização e pertencimento e, delas, para a efetiva preservação do patrimônio cultural por meio de valores formais, cognitivos, afetivos, pragmáticos e éticos.

BIBLIOGRAFIA

- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Vendo o passado: representação e escrita da história”. Nova Série. Volume 15. Número 2. Jul-dez 2007.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Educação Patrimonial : Manual de aplicação : Programa Mais Educação. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013. p 05.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.2 p.9-42 jan./dez. 1994.
- _____. “O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas”. Conferência de abertura do I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. Volume I. Acesso em 23 de setembro de 2013 em <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3306>.

¹ Baseado em Andreas Huyssen, Guimarães aponta que se vive, atualmente, uma verdadeira “(...) sedução pela memória, um tempo em que nossas sociedades vivem uma verdadeira “inflação de memória”, acompanhada por uma monumentalização das formas de relação com o passado”. Para mais, GUIMARÃES, 2007, p. 14.

JUNDIAÍ E OS REMANESCENTES DA SÃO PAULO RAILWAY

ALINE RIBEIRO

A cidade de Jundiaí prosperou às margens da São Paulo Railway. Como tantas outras cidades do interior paulista, nasceu como freguesia, tornou-se Vila em 1655 e deve muito de sua fundação aos movimentos bandeiristas da colonização. As ruas centrais da cidade compunham o diminuto centro urbano desenvolvido ao redor da igreja dedicada a Nossa Senhora do Desterro. A economia se baseava na agricultura de subsistência que atendia aos tropeiros e moradores da Vila, cujos domínios se expandiam pelos atuais municípios de Jundiaí, Campinas e por todo o nordeste do estado de São Paulo até o Rio Grande de Minas Gerais¹. A vila era chamada “Portão do Sertão” porque dela partiam Bandeiras e Entradas, as quais se proviam ali de mantimentos, trabalhadores livres (camaradas) e muares para suas expedições.

A cafeicultura de meados do século XIX fez crescer a população de livres e escravos. Apesar de a produção parecer inexpressiva se comparada às Vilas do Vale do Paraíba, por exemplo, Jundiaí colheu 1.276 arrobas de café em 1836, e em 1854 a cifra subira para 60.000 arrobas.² É nesse contexto de desenvolvimento da lavoura do café que o governo imperial expediu o decreto que criava a primeira estrada de ferro em terras paulistas, sob concessão da companhia inglesa São Paulo Railway e financiamento de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

A partir da inauguração em 1867, tal ferrovia que ligava Jundiaí a Santos, se tornou o tronco de uma malha pela qual escoaria o café e por onde chegariam imigrantes, transformando a dinâmica populacional e econômica da região³. A São Paulo Railway deteve o exclusivo

do acesso ao porto de Santos devido ao feito de transpor a grande barreira da Serra do Mar. Em fins do século XIX, quando havia crescido a produção cafeeira no município, os planos inclinados impuseram à quantidade de café transportada o limite de quatro mil toneladas por dia. O sistema estava no limiar do esgotamento.

Durante a industrialização paulista, Jundiaí tomou seu lugar como centro redistribuidor. De trem chegavam produtos, desde jornais até o primeiro automóvel da cidade⁴. Entre 1895 e 1902, a estação foi remodelada, e recebeu os ornamentos de ferro fundido característicos da arquitetura ferroviária inglesa implantada no Brasil. Da antiga estrutura ainda restam alguns móveis no interior e uma placa que mostra a altitude da cidade.

A escassez de trens provocada pela Primeira Guerra Mundial levou a São Paulo Railway a um inevitável deterioramento estrutural. Ao lado disso, caminhava um discurso das elites a favor da encampação das ferrovias paulistas - pretendendo levar ao barateamento das tarifas para atender ao setor produtivo - o que fez cair o valor das ações da ferrovia. A encampação também era solicitada como resposta ao problema da impossibilidade de maior escoamento, dado o afunilamento no plano inclinado da linha. Buscava-se o fim do monopólio da São Paulo Railway para o porto de Santos, a fim de viabilizar a construção de linhas mais tecnológicas, de maior aderência.

A empresa inglesa não acreditava na encampação devido aos altos custos envolvidos e à aproximação do fim da concessão, previsto

¹ Izaías, Katia Cristina da Silva. “População e dinâmica econômica da cidade de Jundiaí, das lavouras de subsistência a cultura do café”. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012, p. 2.

² Idem Ibidem, p. 8.

³ Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, Companhia Ituana, Estrada de Ferro Rio São Paulo, Estrada de Ferro Sorocabana. Cf. Soukef Junior, Antonio. “Os remanescentes da SPR em Santos e Jundiaí. Memória e descaso com um patrimônio ferroviário do país”. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=16955&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>

⁴ Inventário de Proteção ao Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiaí - IPPAC, p. 80.

para 1946. Porém, as ameaças desestimularam novos investimentos na linha.

A marginalização da ferrovia se deu em um cenário em que o estado de São Paulo já não era essencialmente agrícola, nas décadas de 30 e 40 do século XX. O transporte rodoviário começava a ganhar a atenção da indústria insurgente.

Nem por isso, o patrimônio ferroviário do estado de São Paulo perde sua essência como formador da cultura paulista. Trata-se de uma paisagem cultural, repleta de itens artísticos e arquitetônicos que perpassaram épocas e tiveram significados e evocações diferentes para sujeitos e períodos variados.

Especificamente em Jundiaí, os edifícios da ferrovia simbolizam o início de uma nova fase econômica para o estado de São Paulo, atrelada tanto à economia cafeeira quanto à industrialização. O complexo ferroviário da cidade é composto pela estação, galpão de manutenção, depósito, virador, moradias e casa de turmeiros, os encarregados pela manutenção. A estação passou por remodelações ao longo do tempo, mas a estrutura de tijolos e ferro fundido típicos das estações inglesas no Brasil ainda conferem identidade ao edifício, mesmo não ostentando os mesmos ornamentos que outras estações da linha.

A degradação física do complexo se deve à presença de cupins, erosão climática, infiltrações. As pichações e vandalismos também se mostram recorrentes e se somam ao fato de a linha, o pátio de carga e a estação permanecerem em funcionamento ainda hoje, pela administração da CPTM e da MRS⁵. Apesar da descaracterização decorrente do tempo, o complexo ainda detém seu valor simbólico e documental. Por essa razão, em 2010 o CONDEPHAAT tombou o complexo e os equipamentos associados, que devem ser preservados na integridade.

Por muito tempo o valor cultural do complexo ferroviário de Jundiaí foi relevado ao esquecimento. Atualmente está em andamento o procedimento administrativo de licitação para elaboração do projeto básico executivo de restauro e adequação de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Segundo consulta à CPTM, as obras devem começar em 2015, visando tanto atender aos padrões de restauro quanto às exigências de adequações funcionais e acessibilidade aos usuá-

rios da atual Linha 7 – Rubi.

Além de restaurar, ainda é necessário estabelecer políticas de preservação que convivam com as necessidades de integrar o complexo e a estação ferroviária ao tecido urbano contemporâneo. As intervenções e adequações aos requisitos atuais, como oferecer mobilidade aos usuários da linha, idealmente devem respeitar as estruturas e estratos históricos anteriores a fim de não anular a identidade cultural e patrimonial do bem. São os aspectos arquitetônicos que, em primeira instância, definem e identificam o bem e sua temporalidade original, mantendo os aspectos monumentais e documentais do complexo.

Para preservar tal edifício tão relevante aos jundiaenses, desta ou de outras gerações, é necessária uma política pública eficaz. A Prefeitura Municipal de Jundiaí incluiu o conjunto arquitetônico da Estação Ferroviária no Inventário de Proteção ao Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiaí em nível 1 de preservação, ou seja, preservando as características da fachada, do interior e da estrutura do imóvel. Porém, o processo para tombamento do bem em nível municipal ainda não foi concluído.

Jundiaí pauta sua história sobre os trilhos da São Paulo Railway. A história da ferrovia mantém contato com a contemporaneidade através da memória e dos vestígios materiais que evocam outros tempos em nosso presente. Faz-se imperativo preservar esse elo que a cidade tem tanto com o próprio passado quanto com aquele que pertence a outros municípios e ao estado paulista. Tanto pela conservação dos bens patrimoniais quanto pela transmissão de seus códigos e símbolos aos mais novos jundiaenses.

Especificamente em Jundiaí, os edifícios da ferrovia simbolizam o início de uma nova fase econômica para o estado de São Paulo, atrelada tanto à economia cafeeira quanto à industrialização.

⁵ CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos; MRS – Concessionária Federal de Transporte de Cargas sobre Trilhos, que opera na Malha Regional Sudeste.

DIVERSIDADE CULTURAL: O PODER DAS INVENÇÕES

GABRIELLE DAL MOLIN

Desde que o homem passou a se ver apartado da natureza e pelo contrário, se empenhou em dominá-la em nome da sua sobrevivência, criou um olhar reflexivo sobre sua existência e suas criações. Assim, o “fenômeno do homem” - sua mente, corpo, evolução, origens, instrumentos, arte e tudo que caracteriza sua vida em grupo - não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo, passaram a figurar como preocupações do pensamento humano. Esse conjunto de fenômenos foi nomeado cultura e pode se referir tanto ao acúmulo da espécie (exemplo: a cultura humana) quanto a um acúmulo localizado (exemplo: a cultura brasileira). Nesse sentido, percebe-se que na data do batismo humano enquanto ser cultural, procurou-se abarcar tanto a singularidade, ou seja, o que une todos os povos, quanto a diversidade, o que os diferencia.

Ao nascer como conceito, a cultura imediatamente trouxe dilemas advindas da dificuldade de conviver com sociedades tão diferentes e respeitar costumes tão opostos, considerando-os cultura, assim como a sua. Tais problemas surgiram, na verdade, quando o contato entre os povos deixou de ser trivial e passou a ser determinante, sobretudo quando os povos ocidentais desvelaram o real tamanho do planeta e buscaram dominá-lo. Atribuímos a eles a “culpa” pelo mal estar da diversidade na medida em que a necessidade de conhecimento e explicação racional do outro está longe de ser uma característica biológica. Isto é, a cultura dos povos europeus foi a responsável pelo desejo de conhecer os outros povos e é por isso que hoje em dia nós temos pesquisas na área de antropologia no mundo todo.

É verdade que temos mais do que isso, carregamos o peso de uma história sangrenta de colonização e desaparecimento de nações inteiras, mas como intuito aqui é falar da cultura que não desapareceu, nos ateremos aos instrumentos que a filha da

colonização, a antropologia, nos proporciona. Mas como conhecer outra cultura se a nossa forma de olhar, pensar, relacionar e escrever é fruto dos paradigmas da cultura na qual crescemos? É possível que haja uma forma neutra de escrever sobre uma aldeia africana se os meus conceitos são fundamentados em um corpo que nasceu, cresceu e vive no Brasil?

Antes de responder a essa pergunta, é importante deixarmos claro como o discurso ocidental construiu sua ideia de cultura. Como nos esclarece Peter Burke, em seu trabalho sobre a cultura popular na Europa moderna, as identidades nacionais foram construídas através de um processo de valorização de conteúdos culturais conforme o interesse político da classe dominante que propunha a “invenção” de nações que até então não existiam, mas que passaram a ser uma demanda política num continente recortado por inumeráveis identidades menores, caracterizadas por traços étnicos, costumes, idiomas e símbolos específicos.

O que se pretende dizer aqui é que passaram-se mais de dez séculos, no que se convencionou chamar a era depois de Cristo, até que surgissem países como os conhecemos hoje, com uma estrutura mais ou menos homogênea etnicamente e com poder centralizado. Diz-se mais ou menos, pois sabemos que essa homogeneidade nunca existiu, ela foi presumida, inventada, a partir do resgate de aspectos das culturas populares, como se houvesse um povo no qual repousasse a “verdadeira” cultura do país. É fundamental que entendamos o processo de formação dos estados-nação da Europa, pois foi esse o modelo adotado na América imediatamente após a consolidação no continente que nos dominou e sobretudo é este o modelo com o qual hoje o mundo trabalha, na teoria e na prática. Ou seja, todas as demais formas de organização que não pressupunham o Estado foram atropeladas pelas armas e pelo discurso do colonizador até que isto fosse interiorizado como

única via possível, ou a mais desejada. Inventando, foi que chegamos até a ideia de que existe de fato uma diversidade cultural, pois o que se chama de “cultura de algum país” com certeza passou por processos lentos e invisíveis de invenção. Alguns aspectos são renegados, outros privilegiados, pois detêm um valor de prestígio dentro de certas relações políticas e socioeconômicas. Um exemplo: no Brasil todo há Carnaval como há no Rio de Janeiro? Não, a festa pode ser nacional, mas a forma com que ela acontece varia. No entanto, se conversarmos com uma pessoa de outra nacionalidade que só conheça o país através de filmes, reportagens e da imagem que o turismo vendeu e continua vendendo pelo mundo, ela terá a impressão nítida de que o carnaval do Rio de Janeiro se estende por todo o território nacional. Ou seja, não podemos negar que este tipo de festa regional faça parte de nossa cultura enquanto país, mas de forma alguma podemos considerá-la presente em todos os estados. Contudo, frente ao discurso do outro sobre nós, inventamos uma cultura nacional. Da mesma forma acontece com o nosso discurso sobre o outro, a invenção também cria: somente a minha capacidade de apontar o que é cultura no outro é o que faz essa cultura existir como tal para mim, e talvez até para ele. Quando um antropólogo vai a campo, pergunta ao nativo sobre seu modo de vida, mas as respostas são menos importantes que as perguntas, na medida em que a escolha do que perguntar já evidencia a preocupação do pesquisador, ou seja, manifesta seus conteúdos culturais transpostos para outra cultura. O que nós convencionamos por casamento não é o mesmo que outros povos convencionam, portanto quando perguntamos sobre isso, estamos atribuindo nosso valor à realidade do outro e não conseguiremos portanto apreender o que de fato é um casamento para ele. Além disso, a imagem que o nativo construir para nós não passará de uma invenção, de uma interpretação que ele, indivíduo, faz dos processos sociais nos quais é protagonista. Geertz, um grande teórico da cultura, quando fala sobre isso, diz que não existe “bastidor” onde possamos ver as pessoas revelando naturalmente

seus desejos espontâneos. Os papéis sociais estão sempre sendo exercidos e, portanto, nosso limite de acesso ao indivíduo ou à sociedade será sempre imposto pela vida que não vivemos. Apesar disso, o trabalho do antropólogo se envereda justamente por essa tarefa tão difícil, viver como o outro, ainda que não possa perder de vista que a vida dos outros é sempre vista através das lentes que ele próprio poliu e, sobretudo, que os outros também o vêem através das lentes que possuem. Como se pode aferir, esse jogo de lentes e discursos carrega consigo um potencial ao mesmo tempo interessante e perigoso, pois sabemos que o poder da fala não é dádiva que todos recebem. O discurso legitimado politicamente por vozes dominantes pode determinar e já determinou muitas vezes, quem está autorizado a ter cultura ou não. Se como dissemos, a cultura é invenção minha sobre mim mesmo e sobre o outro, quando não é conveniente respaldar algum conjunto de práticas de um povo, é possível simplesmente fazer um juízo de valor cultural. No Brasil, os exemplos são muitos: desde a criminalização da capoeira e do candomblé até as primeiras décadas do século XX, chegando à criminalização atual, de ritmos como o funk, por exemplo, ouvido e produzido no seio das classes populares. Partindo dessa reconstituição histórica, podemos nos perguntar se há de fato diferença entre os negros escravos dos séculos passados e os negros favelados de hoje, pois diante das classes que se colocam como detentoras da cultura “verdadeira”, eles permanecem sob o mesmo jugo. Não perder do horizonte que a cultura está sempre mediada por relações de poder que a determinam, excluem, substituem, criam, inventam, vendem significa estar consciente dos jogos simbólicos aos quais se está participando. A partir desse ponto, nunca é de mais verificar se a alteridade está em dia. De fato, não sabemos quais são as necessidades e preocupações do outro, por isso temos que entender a diversidade cultural como algo verdadeiramente horizontal. Se todos inventamos, todas as invenções são feitas da mesma matéria: a necessidade que o pensamento humano tem de pensar sobre si e simbolizar o mundo.

REFERÊNCIAS:

- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 2008.
_____. “O anti-anti-relativismo” in: *Nova luz sobre a antropologia*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*, São Paulo: Cosac Naify, 2010.
BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna: Europa 1500-1800*, São Paulo: Companhia das letras, 2010.

A FOTOGRAFIA COM IMPORTÂNCIA HISTÓRICA

JESSICA VENCESLAU

Não é mais possível imaginar que a história se faz somente com textos escritos. A diversidade da documentação histórica contemporânea põe em cheque a noção de documento e seu tratamento. A ideia de que só se tem história a partir do aparecimento da escrita provocou equívocos e levou historiadores a privilegiarem o documento escrito como fonte de reconstrução do passado, em detrimento de fontes que, por fugirem dos padrões vigentes, não se constituíam em material nobre para serem arquivadas, tratadas e analisadas. A multiplicação dos documentos audiovisuais, em especial a fotografia, exige o estudo de seu significado e conteúdo cultural enquanto registro da história.

A fotografia apenas recentemente começou a se livrar dos limites determinados pelo seu desenvolvimento tecnológico - que restringiam as chamadas fotografias espontâneas, tidas como meros instantes congelados da realidade por conta de serem posadas, sem valor documental - e ganhou hierarquia de documento histórico.

A crítica trazida por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, fundamentou a chamada história nova, que insistiu na consideração do estudo das conjunturas, estruturas e do caráter multifforme da documentação histórica. A partir disso, os documentos que pudessem falar sobre o homem comum - seu cotidiano, suas formas de vivência coletiva, seus comportamentos, suas atitudes - ganharam o mais alto grau na hierarquia dos documentos.

A concepção de documento modificou-se e ampliou-se. Ela agora abrange o documento escrito, o ilustrado, o microfilmado, o fotográfico - muitas vezes até do próprio dispositivo que captou a foto - o fonográfico, o filmográfico - como as películas cinematográficas - além de muitos outros.

Os arquivos tornaram-se instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis documentos da memória cole-

tiva, deixando de ser depósitos apenas para atos oficiais resultantes de atividades administrativas ou econômicas. O documento único - a história individual do herói ou do grande homem - cedeu lugar ao coletivo. Os arquivos passam a se constituir em reservas onde o historiador pode escolher com quais tipos de documentação quer trabalhar.

Embora a fotografia tenha ganhado status de documento histórico, a bibliografia sobre suas formas de interpretações e cuidados ainda é escassa. Permanece ainda em nossa cultura uma tentação de olharmos para a fotografia como um congelamento perfeito do real, preso naquele instante. No imaginário popular ainda consta a fotografia como algo objetivo, que não foi produzido pelas mãos do homem, apenas captado por ele. Que não há nada de inventado ali.

Os fotógrafos, da mesma maneira que os historiadores escolhem quais aspectos do mundo real querem apresentar. Para além disso, muitos interferiram diretamente em suas fotografias, arrumando o cenário completamente de acordo com suas intenções: disposições dos objetos e pessoas, vestimentas, retirada de elementos que não se queria registrar, etc. Por isso, sabemos que a fotografia não é uma evidência direta da realidade, mas uma evidência histórica dotada de sua própria historicidade. O retrato, por exemplo, é um gênero artístico (na pintura e fotografia) que é composto de um conjunto de convenções que mudam claramente no decorrer dos tempos. As posturas, gestos, vestimentas, acessórios e objetos ao redor dos modelos seguem um padrão que variou conforme tempo e lugar e são carregados de sentido simbólico. Ao analisar um retrato de 1960, por exemplo, há que se observar os padrões de sua época para entender quais seriam estes valores de cada objeto apresentado na cena. Os retratos não registram a realidade social, mas as ilusões sociais, não a vida comum, mas as apresentações especiais.

Como qualquer documento histórico, a fotografia também necessita de contextualização para ser utilizada, o que nem sempre é fácil: em sua grande maioria o fotógrafo e/ou os fotografados são desconhecidos e ela própria foi separada do conjunto a que fazia parte (álbum) para ser recebida nos arquivos e museus.

A fotografia, assim como a arte em geral, são fundamentais a medida que fornecem dados e elementos únicos, impossíveis através de quaisquer outras fontes. O negativo é que são menos realistas

do que parecem e distorcem a realidade ao invés de refleti-la, de tal forma que aqueles que não levarem em consideração as possíveis intenções dos fotógrafos podem chegar a uma interpretação completamente errônea.

Pode ser extremamente enganador visualizar a fotografia como uma simples expressão do “espírito de época”, desprovida de intenções. Qualquer período é constituído de diferenças e conflitos socioculturais que não podem ser representados por uma única fonte, qualquer que seja ela.

O ARQUIVO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA SUMARÉ



Vista aérea do centro de Sumaré em 1965

Imagem cedida pelo arquivo da Associação Pró-Memória de Sumaré, número 299



Represa do Marcelo em 1965

Imagem cedida pelo arquivo da Associação Pró-Memória de Sumaré

A Associação Pró-Memória encontra-se na cidade de Sumaré-SP e possui um acervo de mais de 200.000 documentos e 70.000 fotos digitalizadas de diversas procedências: dos moradores da cidade, da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Sumaré (ACIAS) e do Clube Recreativo Sumaré. Em 2009 esse arquivo foi enriquecido com a doação do acervo do professor Odilon Nogueira de Matos, escritor e ex-professor de História da PUC-Campinas.

Se tiver interesse em preservar as fotos de sua família ou publicá-las, dirija-se ao Centro de Memória. Estudantes, professores, pesquisadores e a população em geral são muito bem-vindos.

Endereço:

Praça da República 102 – Centro - Sumaré/SP

E-mail: promemoriasumare@gmail.com

Fones: 19 3803-3016 e 19 3883-8829

BIBLIOGRAFIA:

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: historia e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual**: balanço provisório, propostas cautelares. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 23, n. 45, July 2003.

MIGUEL, Maria L. C. **A Fotografia como documento**: uma instigação à leitura. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. V.6, n.1/2, jan./dez., 1993.

CULTURA E PATRIMÔNIO NA DIREÇÃO DA CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO

REGINA MÁRCIA MOURA TAVARES

Nelson Rodrigues dizia que só o brasileiro faz piada de si mesmo e eu suponho que, talvez, isto aconteça pelo fato de haver aprendido muito cedo a não se levar a sério, a não se respeitar como agente histórico - social capaz de dar rumo e qualidade à sua própria existência. Creio mesmo, que a nossa tão decantada alegria e cordialidade, sempre mascarou uma atávica necessidade de agradar para ser aceito pelos poderosos que nos ensinaram a admirar.

Diante dos números desafios que enfrentamos na atualidade, penso que reflexão seja melhor do que julgamento e irritação. Seremos ousados na busca de causas remotas que possam aclarar nossa realidade, condição essencial para ensinarmos outro destino e sobrevivermos como nação verdadeiramente livre, talvez seja o melhor uso que possamos fazer do tempo disponível.

Por mais estranho que possa parecer, torna-se imperativo neste momento nacional discutir cultura, identidade, patrimônio e desenvolvimento!

A meu ver, não conseguimos deslanchar como outras sociedades já o fizeram, em espaço de tempo semelhante, porque estamos sempre pensando em obstáculos trazidos ou pelo neoliberalismo, ou pela globalização, ou pelos oligopólios transnacionais, ou pela sórdida classe política, pela centralização dos veículos de comunicação de massa, pelo baixo nível da educação, pela fartura de credos religiosos e tantos outros. Na realidade, nosso maior problema está no *comportamento permissivo e descompromissado dos indivíduos relativamente a tudo que acontece à sua volta!* Não existe o exercício da Cidadania como exige a vida numa sociedade politicamente organizada.

Creio, porém, haver razões histórico-culturais que justificam tal atitude, as quais tentarei, sumariamente, expor neste pequeno artigo.

No Brasil, assim como em várias metrópoles do país, não temos uma única identidade, mas somos *mosaicos culturais* que se constituíram a partir das etnias básicas formadoras - o indígena, o negro e o português, bem como com a imigração de povos de outras nacionalidades. Somos detentores de uma enorme riqueza cultural e assumir, com determi-

nação, este *patrimônio* diversificado como referencial básico de nosso processo de *desenvolvimento*, transformará nossa história e nos colocará de pé e atuantes para resolver os desafios próprios de um momento de grandes mudanças. Sabe-se que não há obstáculo que impeça o Homem *que sabe quem é* de chegar aonde pretende. É esta *força interior que remove montanhas* e que impulsiona a fantástica aventura humana!

A Cultura permeia toda a existência humana e é a maior criação dessa espécie Homo Sapiens, que somos. De formas variadas e em todas as direções ela consolida, como num caleidoscópio, nossos atributos de inteligência, nossa capacidade de estabelecer relações, de transferir experiências, de construir sempre um novo futuro diante de novos desafios. Infelizmente, em nosso país sempre se pensou a Cultura como sendo a produção de uma determinada camada social, especificamente a mais privilegiada em termos de oportunidades econômicas, de refinamento e expansão do potencial criativo.

Isto aconteceu, porque na consolidação do Estado Nacional burguês, na Europa, o recurso utilizado para justificar sua pretensão hegemônica foi a difusão de seu legado cultural por todo o mundo, como sendo a *Cultura*. Durante séculos, como aparatos ideológicos desse Estado, a Escola e mais tarde os Museus reproduziram a ideologia dominante, sendo que a produção cultural das outras camadas da população - os seus fazeres peculiares, suas maneiras de sentir, de pensar e de fazer ficaram relegados ao esquecimento, ou pelo menos, sem prestígio e significação no seio da sociedade. Nosso país, colônia por tantos séculos, importou o modelo europeu e até o momento não conseguiu desvencilhar-se dele. Não é por acaso que as exposições de renomados artistas estrangeiros, espetáculos de música e teatro, eventos literários, de dança e outras artes da chamada cultura erudita são fartamente divulgados pela mídia e conseguem polpudos patrocínios públicos e privados, enquanto as artes populares sobrevivem à duras penas, ou mesmo são totalmente ignoradas. Ou seja, a produção cultural de uma grande parcela da população não é devidamente reconhecida como importante e agenciadora de mudanças, isto

resultando numa *auto-exclusão dos indivíduos do contexto maior ao qual pertence*, comportamento que se repete há anos.

Já disse o filósofo Kierkegaard que o Homem se consubstancia no processo da existência e que a consciência que ele tem de si mesmo é fruto da percepção de seu entorno.

Mudar, portanto, esta consciência, esta situação anômala faz-se necessário e implica fazer o Brasil do século 21 deixar de pautar seu caminhar pelo ideário de um Brasil colonial. Há que se resgatar a participação de todos os segmentos sociais na construção das heranças culturais múltiplas, do patrimônio nacional, em todas as áreas do conhecimento, seja nas pequenas e médias cidades, seja nas grandes metrópoles, se realmente quisermos *incluir os todos os sujeitos no processo de construção do país*, dando aos infindáveis anônimos construtores do cotidiano o direito de se sentirem devidamente valorizados.

Há maneiras de se levar a cabo esta empreitada. Em 1988 concebi e coordenei uma pesquisa - ação sobre *Brinquedos e Brincadeiras Infantis Coletivas* em vários bairros de Campinas com o objetivo de levar as crianças a se entenderem *como produtoras da Cultura Lúdica Infantil*, envolvendo-as e às suas comunidades nessa percepção do processo criativo do ser humano. Alguns anos depois, publiquei o livro “*Brinquedos e Brincadeiras: Patrimônio Cultural da Humanidade, Pontes Edts., 2004*” com a intenção, entre outros, de estabelecer a dúvida entre os que sempre pensaram patrimônio cultural como testemunhos da arquitetura colonial ou clássica, belos exemplos pictóricos, sítios arqueológicos ou outra qualquer produção tangível. Iniciei, nesta época, a difusão de tal projeto pelo Brasil e América Latina por sugestão da Organização Latino - Americana da UNESCO, tendo recebido o selo “*Década Cultural Mundial*”. Vagorosamente, mas de forma determinada, a proposta continua crescendo e há seguidores dela no Brasil, na América Latina, nos EUA e em países da Europa. Várias comunidades estão preservando a cultura lúdica infantil com a percepção que queríamos que tivessem, e mesmo prefeituras municipais vem reciclando seus professores e demais agentes culturais para a preservação desse *patrimônio intangível*, num reconhecimento da importância de tal preservação para o desenvolvimento de aptidões bio-físio-psico-motoras e sociais do ser humano, além de se constituir no fundamento essencial para a auto-estima e a semente para o exercício de uma cidadania crítica.

Por outro lado, desde 1995 venho divulgando outros projetos capazes de levar os indi-

víduos a se sentirem partes integrantes da nação brasileira, bem como cidadãos participantes e responsáveis nas cidades onde vivem. São eles os do Museu-Empresa e do Museu Comunitário os quais são responsáveis, em outros países, pela integração dos sujeitos à realidade onde vivem, com decorrente comportamento engajado e pró-ativo.

O primeiro, *Museu-Empresa*, é o local privilegiado para a preservação, documentação, exposição e comercialização da *cultura artesanal de segmentos populacionais menos favorecidos*, com vista a um resgate da auto - estima desses sujeitos, da percepção mais acurada de suas próprias raízes étnicas, da compreensão de seu papel enquanto ser construtor da Cultura de seu tempo, além de representar uma alternativa significativa de fixação desse mesmo homem ao seu local de origem, por obter uma maior qualidade de vida, sem precisar migrar. O modelo inclui a autogestão e difere, totalmente, das tradicionais feiras de artesanato.

O segundo, *Museu Comunitário*, é o espaço onde as populações das cidades pequenas e de médio porte, bem como os segmentos sociais de grandes metrópoles *podem organizar acervos relativos às suas heranças culturais, procedendo a uma releitura de suas trajetórias, de suas criações, das soluções encontradas para os desafios enfrentados, das crenças professadas, dos sonhos perseguidos e, em se vendo como num espelho, possam compreender-se melhor e projetar coletivamente o futuro*. Como o primeiro, este também promove o Turismo Cultural Sustentável, no sentido em que tem como uma das metas a preservação da paisagem e dos vestígios histórico - sociais, os quais justificam suas próprias existências.

Tais modalidades de preservação do multifacetado patrimônio cultural nacional têm a virtude de recuperar, documentar, valorizar, revitalizar e difundir o que gerações anteriores foram capazes de produzir para resolver os desafios da sobrevivência e, dessa forma, alimentar a criatividade do homem contemporâneo. Da mesma forma, abrem possibilidades para que um novo Homem surja no cenário brasileiro, consciente de seu papel de criador da Cultura do país, artífice da história, timoneiro do desenvolvimento.

Se as administrações públicas, a classe política e a empresarial do país não atentarem para tais questões, jamais levarão nosso país à harmonia e ao desenvolvimento que, no dizer de Celso Furtado, deve ser “um processo criativo de invenção da história pelos homens enquanto indivíduos, coletividades, na escala de realização de suas potencialidades”. (Furtado, C.; *Cultura e Desenvolvimento em época de crise*, Editora Paz e Terra, 2a. ed., pág.63).

SÓCIOS CONTRIBUINTES

Adria Norma Riedo
Airtton Ataíde Noveletto
Alairton Marangoni
Alan Cardeque Simoes de Almeida
Alcides Germano
Aléssio Biondo Junior
Alfredo Albuquerque Mangueira
Anete Maria de Azevedo
Antonio Euclides Marcello
Antônio José Pinto
Antonio Sérgio Azevedo
Arivaldo Marangoni
Arnaldo Tomazin
Benedicto Aparecido Pianoski
Bruno Izaías da Silva
Claudio Aparecido Padovani
Claudio Fernando Franceschini
Cesar Barijan
Dionísio Kalvon
Domingos Carlos Guerreiro
Elaine Aparecida Rocha
Eduardo Gigo
Eugênio Coltro
Everaldo Ricatto
Fábio Araújo Pires

Francisco Antonio de Toledo
Glauce Ongaro
Gutemberg Portella
Herman Yanssen
Hermenegildo Maialle
Isidra Aina Veiss
Jarbas Teixeira
João Alvares
João Rubens Gigo
Joel Pizarro
José Antonio Hespanhol
José Antonio Rodrigues
José Carlos Bertasso
José Dalton Gomes Moraes
José Ferreira Quental
José Mancino
Julio Campigli
Karin Cristina Aliscantes Borges
Laércio Ap. Fregatti
Laerte A. Dell'Agneze
Lucia H. V. Camargo (In Memorium)
Luíz Carlos Cadorin
Luíz Carlos Piazzentin
Luíz Falivene Neto
Marcio Beltrami

Márcio José Vasconcellos
Maria Celeste P. Tardio
Mariza Biancalana
Mauricio de Lima Joel
Mildred de Souza Netto
Milton Angelo Ongaro
Nestor Geraldo Duarte
Orivaldo Antonio Gomes
Orivaldo Caron
Osmar Miranda Junior
Otávio Moretto
Otávio Tomazim
Paulo Roberto Miranda
Rander Cabral
Renato Ghirardello
Sidney Barijan
Sidney Foffano
Sidney Garcia
Silvio Cezar Coltro
Suely Ongaro
Ulisses Pedroni
Vilson Oschin Alves
Wellington Correia de Oliveira
Wesley da Silva de Oliveira
Wilson José Ravagnani
Wilson Roberto Ferreira

SÓCIOS EMPRESA

ACIAS
Alpe Segurança
Colégio Net Work
Desktop Internet
DSZ Imobiliária

Eldorado Imobiliária
Flyer Indústria Aeronáutica
Good Bom Supermercados
Pastelutchu Pastelaria
Restaurante Danucci
Refrigeração Dobelin

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SUMARÉ - 2014/2015

Presidente: ROBERTO CORDENONSI
Vice Presidente: FRANCISCO ANTONIO DE TOLEDO
1º Secretário: WELLINGTON CORREIA DE OLIVEIRA
2º Secretário: WESLEY DA SILVA DE OLIVEIRA
1º Tesoureiro: JOSÉ ANTONIO RODRIGUES
2º Tesoureiro: LAÉRCIO APARECIDO FREGATTI
Diretor de Patrimônio: ALAERTE MENUZZO
Vice-Diretor de Patrimônio: ULISSES PEDRONI
Diretor Social: GLAUCE ONGARO
Vice Diretor Social: EDUARDO GIGO

CONSELHO FISCAL

HERMAN YANSSEN
JULIO CAMPIGLI
VILSON OSCHIN ALVES

AUTORES

ALAERTE MENUZZO

Professor de História formado pela PUC-Campinas. Ex-Diretor do CONDEPHAEA – Conselho do Patrimônio Histórico Artístico e Etnográfico de Sumaré. Fundador e Diretor Patrimonial da Associação Pró-Memória de Sumaré. Cronista de jornais e revistas de Sumaré. Autor e co-autor de vários livros sobre a História de Sumaré.

ALINE RIBEIRO

Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Cursa a Ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural na UNICAMP e atua na área de educação básica.

ANA CLÁUDIA CERMARIA SOARES DA SILVA

Bacharel e Licenciada em História pela Unicamp, com Habilitação em Patrimônio Histórico e Cultural, pela mesma instituição. Foi responsável técnica do Projeto Memória e Resgate entre os anos de 2011 e 2013, e, atualmente, é coordenadora do Centro de Documentação e Memória “Bento Manoel de Barros” e membro do colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Limeira (CONDEPHALI).

ANA CLÁUDIA FERRAZ ORRÚ

Licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Atualmente, está cursando Bacharelado em Antropologia também na UNICAMP e Especialização em História Cultural: caminhos da pesquisa e ensino no Centro Universitário Claretiano. Tem experiência na área de História Cultural, atuando principalmente no estudo de ensino de história, educação patrimonial, história local, memória e identidade

CINTHIA ONGARO MONTEIRO DE BARROS

Arquiteta e Urbanista formada pela UNICAMP, especializada em restauro pela Universidade Católica de Santos. Conselheira do CONDEPHAEA desde 2007 e Arquiteta Municipal desde 2011, atuando na Secretaria de Planejamento do Município de Sumaré.

EMA REGINA BIANCHI AGUIAR

Ema Regina Bianchi Aguiar, é jornalista, autora do livro Nos Trilhos da Memória, um Século de Música em Sumaré.

FERNANDA GABRIELA BIONDO

Bacharel e licenciada em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é bolsista do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), na Superintendência de Pernambuco. Membro conselheira do CONDEPHAEA-Sumaré e Diretora de Publicações e Pesquisa da Associação Pró-Memória de Sumaré.

FRANCISCO ANTONIO DE TOLEDO

Professor de História formado pela PUC-Campinas. Ex-Presidente do CONDEPHAEA – Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Etnográfico de Sumaré. Fundador e Presidente da Associação Pró-Memória de Sumaré. Cronista de jornais e revistas de Sumaré. Autor de cinco livros sobre a História de Sumaré.

GABRIELE DALL MOLIN

Bacharel e Licenciada em História e graduanda em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. Mestranda em Antropologia Social pela PPGAS na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

JESSICA VENCESLAU

Graduada em História pela Universidade Estadual de Campinas, atualmente desenvolve projeto de Mestrado em História na Universidade Federal do Paraná, pesquisando as relações entre arte e política durante a Ditadura Militar Brasileira a partir do caso de Carlos Zilio, artista plástico e ex-militante da guerrilha armada brasileira. Também é integrante do Núcleo de Artes Visuais – NAVIS – um grupo de pesquisa interinstitucional voltado à investigação teórica, histórica e crítica no campo das artes visuais.

JOÃO PAULO BERTO

Bacharel e Licenciado em História, com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural, pelo IFCH/UNI-CAMP. Mestre em História Cultural (bolsista Fapesp) e Doutorando em História da Arte na mesma instituição, sob orientação da Prof. Dr. Marcos Tognon. Especialista em História e Humanidades pelo DHI/UEM. Atualmente é membro do colegiado do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Limeira (CONDEPHALI), curador do Espaço Cultural Engep e docente no curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL).

LAURA NOBRE ALECRIM

Arquiteta e urbanista (UFPE, 2010) e mestre em desenvolvimento urbano (MDU/UFPE, 2012). Trabalha na área de conservação do patrimônio cultural desde 2008, quando iniciou como estagiária no Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). É professora no curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/Devry) e servidora temporária do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

MARCIA HAZIN

Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Católica de Pernambuco (1993), graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (1986); Mestrado em Design com foco em Ergonomia pela Universidade Federal de Pernambuco (2012) e MBA em design de Interiores pela Faculdade Boa Viagem (2011). Atualmente, é professora da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e da Faculdade Damas, e é servidora do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco.

MIRIAM CECILIA LARA NETTO

Arquiteta Urbanista, formada pela FAU-PUC Campinas. Mestre pela FAU-Universidade de São Paulo. Fundadora do CONDEPHAEA – Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Etnológico de Sumaré. Fundadora da AEAS – Associação dos Arquitetos e Engenheiros de Sumaré. Atualmente atua na área de consultoria e assessoria em gestão e planejamento, em sua própria empresa.

REGINA MÁRCIA MOURA TAVARES

É licenciada em Ciências Sociais e pós-graduada em Antropologia pela Universidade de São Paulo. Docente por mais de trinta anos em Antropologia Cultural, História da Cultura e Cultura Brasileira, na USP e na PUC-Campinas. Membro CONDEPHAAT e, uma das fundadoras do CONDEPACC (Campinas). Pronunciou centenas de conferências no Brasil e no Exterior tendo como tema central a Preservação do Patrimônio Cultural e Suas Relações Com a Dinâmica das Sociedades. Recebeu o selo da UNESCO “Década Cultural Mundial”, em 1990.

ROBERTO CORDENONSI

Empresário do ramo imobiliário; ex-Vice-Prefeito Municipal de Sumaré; Conselheiro Membro do CONDEPHAIA – Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico e Etnológico de Sumaré; Diretor da Associação Pró-Memória de Sumaré e Membro do Lions Club.

SÉRGIO AZEVEDO

Cronista de jornais e revistas de Sumaré; ex-Presidente e Diretor da SANOVA – Sociedade Amigos de Nova Veneza; Diretor da Associação Pró-Memória de Sumaré.

ULISSES PEDRONI

Historiador. Co-Autor da primeira Monografia Histórica de Sumaré e Co-Autor da Segunda História de Sumaré em 1975, pela Edição Focus. Co-Autor de livros sobre a História de Sumaré e Fundador da Associação Pró-Memória de Sumaré. Fundador do jornal Comarca de Sumaré e Cronista de jornais da cidade e região. Autor da primeira Árvore Genealógica de seu avô Marcelo Pedroni.

WELLINGTON CORREIA DE OLIVEIRA

Formado em Filosofia - Centro Universitário Assunção - UNIFAI (2004). Formado em Biblioteconomia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp / Campus Marília (2008). Atuou como Bibliotecário-CEU Parque Bristol. Atuou como bibliotecário municipal da Rede de Bibliotecas Públicas de Sumaré/SP. Membro do Grupo de Estudos do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo. Diretor/Tesoureiro da Sociedade Amigos da Biblioteca Municipal de Sumaré e Vice-Diretor de Patrimônio da Associação Pró Memória de Sumaré. Atualmente Bibliotecário - Documentalista no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, campus Piracicaba.

CÂMARA MUNICIPAL

Sumaré se emancipou de Campinas em 30 de dezembro de 1953, elegendo no ano seguinte seu primeiro prefeito e seus primeiros vereadores. O movimento emancipatório de Sumaré teve na pessoa de Matosinho um dos mais ardorosos defensores.

No dia 1º de janeiro de 1955, Sumaré começava uma nova vida. Tomava posse a primeira Câmara de vereadores e o primeiro prefeito. Nascia assim um novo município no Brasil, com vida administrativa própria e independente. A partir de então, a Câmara se transformou numa importante referência para se conhecer melhor a história da cidade.

A Câmara Municipal de Sumaré passou por dois prédios antes de chegar ao atual. Começou no prédio mais antigo da cidade que hoje é sede da Associação Pró-Memória. Foi depois para o prédio onde hoje é o Paço Municipal. Para, finalmente, chegar ao prédio da Travessa Primeiro Centenário, onde está até hoje.

Lamentável incidente ocorreu na madrugada do dia 7 de agosto de 2006, por volta de uma hora, quando o prédio localizado na Travessa Primeiro Centenário foi alvo de um atentado criminoso. Foram incendiados três gabinetes por completo e comprometidos todos os demais, tanto no piso inferior como no superior. Os prejuízos foram altos, pois além de danificar a estrutura do prédio, foram destruídos quase todos os equipamentos, como computadores e outros.

Duas semanas após o episódio, o expediente da Câmara voltou a funcionar normalmente em dois prédios vizinhos provisoriamente, inclusive com a realização das sessões ordinárias.

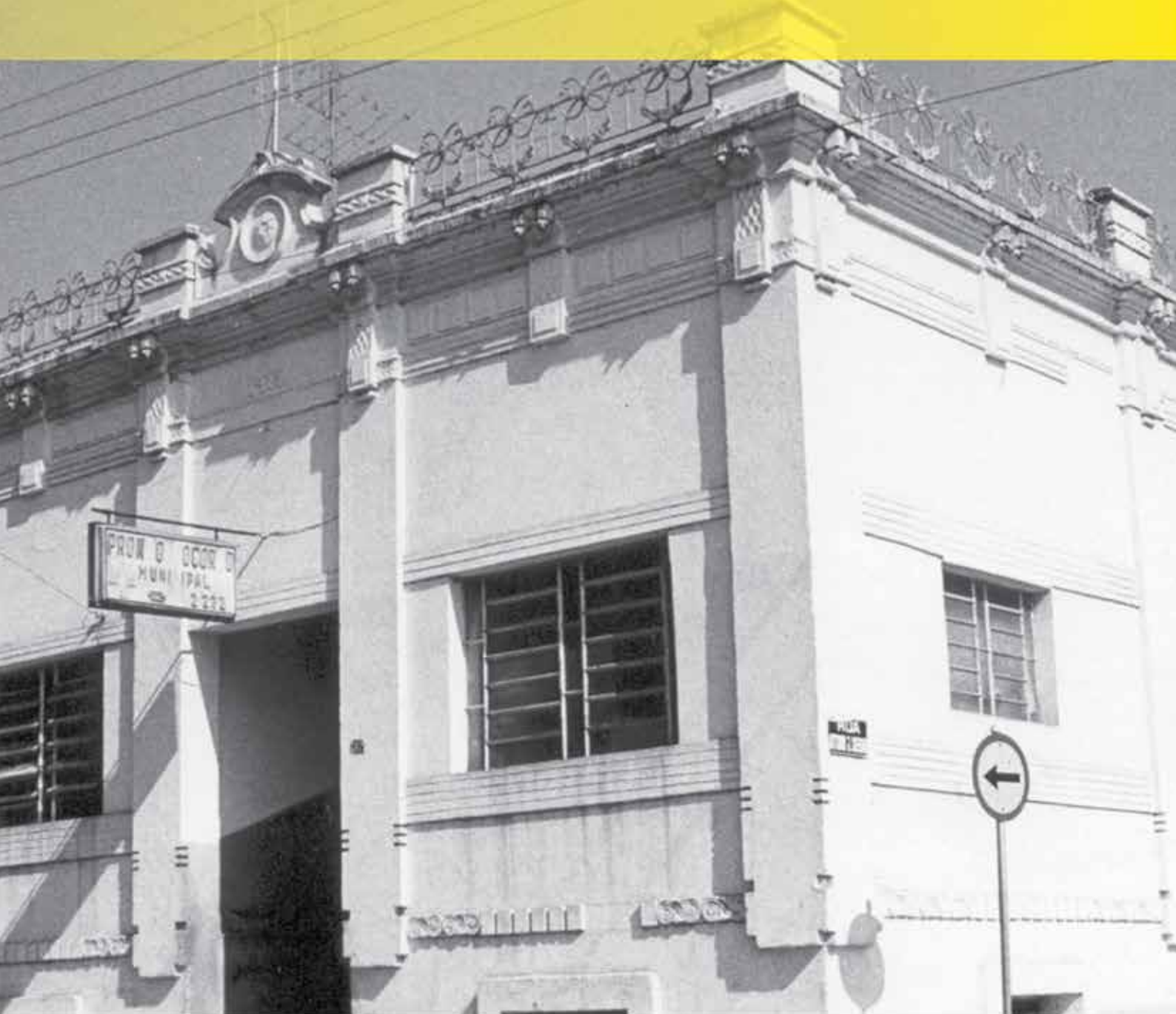


Ao lado, o primeiro prédio onde foi instalada a Câmara Municipal e abaixo o prédio atual antes da explosão.



Abaixo o prédio atual após a explosão. Logo após o incidente, cuidou-se da reforma da Câmara que foi concluída no início de 2007.





APOIO CULTURAL:

